



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

LUÍS PAULO DE ALMEIDA

AJUDAS ALIMENTARES NO HAITI E OS DESAFIOS DOS MOVIMENTOS
CAMPONESES NA BUSCA POR SOBERANIA ALIMENTAR

SÃO PAULO
2016

LUÍS PAULO DE ALMEIDA

AJUDAS ALIMENTARES NO HAITI E OS DESAFIOS DOS MOVIMENTOS
CAMPONESES NA BUSCA POR SOBERANIA ALIMENTAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa Campesinato, Capitalismo e Desenvolvimento.
Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Beatriz Adoue.

SÃO PAULO
2016

Almeida, Luís Paulo de.

A447 Ajudas alimentares no Haiti e os desafios dos movimentos camponeses na busca por soberania alimentar / Luís Paulo Almeida. – São Paulo, 2016.

136 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Silvia Beatriz Adoue.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

Bibliografia

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural. 3. Assistência humanitária – Haiti. 4. Segurança alimentar – Haiti. 5. Movimentos sociais rurais. I. Título.

CDD 341.48

LUÍS PAULO DE ALMEIDA

AJUDAS ALIMENTARES NO HAITI E OS DESAFIOS DOS MOVIMENTOS
CAMPONESES NA BUSCA POR SOBERANIA ALIMENTAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa Campesinato, Capitalismo e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Beatriz Adoue.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sílvia Beatriz Adoue (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Profa. Dra. Paulo Roberto Raposo Alentejano (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Profa. Dra. Kátia Iriz Marro (Polo Universitário de Rio das Ostras)

São Paulo, 25 de julho de 2016.

Aos movimentos camponeses haitianos,
por sua luta e dignidade.

Às mulheres e crianças
das montanhas do Haiti pela
persistência e pelo exemplo de vida.

Ao Fábio Klei, *in memoriam*,
companheiro da Brigada Dessalines em 2010,
por sua alegria e solidariedade
com os movimentos camponeses do Haiti.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao MST, movimento que me fez perceber a grandeza que é fazer parte desta história de luta. Por me proporcionar a maior experiência de vida militante ao me indicar para a brigada do Haiti.

Aos camaradas da Brigada Dessalines, com quem comparti três anos de vida e militância. Foram muitos os momentos de dureza, de aprendizado, de incertezas, de responsabilidades, mas também de alegria, de solidariedade, de conhecimento.

Aos movimentos camponeses haitianos pela paciência, pelo exemplo, pelas alegrias de seus militantes, mesmo nas agruras da vida.

À minha querida professora e orientadora Sílvia Beatriz Adoue, pela dedicação, orientação e correção deste trabalho.

Ao meu filho Gustavo Henrique Ritta de Almeida, razão maior de minha vida, que me acompanhou com seu sono sereno em várias noites de reflexão deste trabalho.

Aos meus pais, Belonir de Campos de Almeida e João Rodrigues de Almeida, exemplos de vida e militância, pelo apoio incondicional em todas as minhas decisões.

Por fim, à turma José Carlos Mariategui, de Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, pelas reflexões, convivência e aprendizado.

RESUMO

Este trabalho aborda as ajudas alimentares enviadas ao Haiti. A gravitação entre os momentos de crise humanitária e a consolidação de uma política permanente de envios de alimentos, mesmo quando o país não está em crise alimentaria. Discute as relações históricas da Comunidade Internacional com o Haiti, o tensionamento gerado pelas seguidas intervenções, sejam políticas, econômicas, militares ou humanitárias. Há mais de 200 anos, as políticas da Comunidade Internacional têm fracassado. São incontáveis as ONGs e os projetos comunitários desenvolvidos nas comunidades, a imensa maioria sem resultados convincentes. Há duas questões a refletir: a primeira aponta que o Ocidente nunca aprendeu a trabalhar com os haitianos; já a segunda questão se refere ao Haiti que aparece como comércio, mas gerando renda para as instituições que desenvolvem seus projetos, sobretudo, com o mercado de alimentos das empresas transnacionais do setor. Os camponeses sofrem com o isolamento do Estado, buscam na cultura e na religiosidade a força e resistência para seguir existindo. Os desafios dos movimentos populares contemporâneos estão na unidade nacional, na mobilização da massa camponesa, no plantear da reorganização da estrutura agrária para salvar o meio ambiente e o campesinato, no criar um projeto nacional que proteja a produção local, que aponte para a soberania alimentar, que combata as políticas de importação dos alimentos que podem ser produzidos no país, assim como as ajudas alimentares que, na melhor das hipóteses, cumprem o papel de caridade, jamais de soberania nacional.

Palavras-chave: Haiti. Comunidade internacional. Ajudas alimentares. Camponeses. Produção nacional.

ABSTRACT

This work is about the food help send to Haiti. The gravitation between moments of humanitarian crisis and the consolidation of a permanent politic of sending food even when the country is not on crisis. Talk about the historical relations between the International Community and Haiti, the tensions generated for the interventions, those political, economical, military or humanitarian. For the last 200 years that politic of International Community has fail. There are uncountable numbers of NGOs and community projects, most of them without positive results. There are two ways to think about this question, the first points that the Occident never learn to work with Haitians; the second points Haiti as a big market, creating profit for the institutions that runs the projects, most of them as a market for the transnational corporations of the sector. The peasants suffers with lack State presence, and search on culture and religiosity the strength to keep existing. The challenges of popular movements are: the national unity, the peasant mass mobilizations, how to reorganize the agrarian structure to save the environment and the peasants, to construct a national project that protects the local production towards food sovereignty, and go against the politics of importation of food that can be produced in the country, and the food help politics, that only serve as charity not to build national sovereignty.

Keywords: Haiti. International community. Food help. Peasants. National production.

RESUMEN

Este trabajo aborda las ayudas alimentarias enviadas a Haití. La gravitación entre los momentos de crisis humanitaria y la consolidación de una política permanente de envíos de alimentos aun cuando el país no está en crisis alimentaria. Discute las relaciones históricas de la Comunidad Internacional con Haití y las tensiones generadas por las seguidas intervenciones, sea política, económica, militar o humanitaria. A más de 200 años las políticas de la Comunidad Internacional han fracasado. Son incontables las ONGs y los proyectos comunitarios desarrollados en las comunidades, la inmensa mayoría sin resultados convincentes. Hay dos cuestiones a reflexionar: la primera apunta que el Occidente nunca aprendió a trabajar con los haitianos; ya en la segunda cuestión Haití aparece como comercio, mas generando ganancias para las instituciones que desarrollando sus proyectos, sobre todo, con el mercado de alimentos de las empresas transnacionales del sector. Los campesinos sufren con el aislamiento del Estado, buscan en la cultura y en la religiosidad la fuerza y resistencia para seguir existiendo. Los desafíos de los movimientos populares contemporáneos, están en la unidad nacional, en la movilización de la masa campesina, en plantear la reorganización de la estructura agraria para salvar el medio ambiente y el campesinado, en crear un proyecto nacional que proteja la producción local, que apunte para la soberanía alimentar, combata las políticas de importación de los alimentos que pueden ser producidos en el país así como las ayudas alimentares que, en la mejor de las hipótesis, cumplen el papel de caridad, jamás de soberanía nacional.

Palabras-clave: Haití. Comunidad internacional. Ayudas alimentares. Campesinos. Producción nacional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 — Localização do Haiti no Caribe.....	23
Imagem 1 — Primeira fortaleza construída pelos espanhóis.....	24
Imagem 2 — Trabalhadores carregando arroz dos Estados Unidos I.....	89
Imagem 3 — Trabalhadores carregando arroz dos Estados Unidos II.....	89
Imagem 4 — Imagem do alto das montanhas.....	107
Imagem 5 — Imagem da parte baixa das montanhas.....	108
Imagem 6 — Arroz importado dos EUA.....	112
Imagem 7 — Feira livre.....	113
Imagem 8 — Lavoura de milho.....	115
Imagem 9 — Lavoura de arroz.....	115
Imagem 10 — Camponeses das montanhas preparando a terra para o plantio.....	117
Imagem 11 — Camponesas das montanhas caminham em direção à feira.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Ajudas alimentares enviadas ao Haiti.....	61
Tabela 2 — Alimentos enviados ao Haiti.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACDI	Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
ADRA	Adeventist Aide Pour Developement
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AKJ	Ayiti Kale Je
APD	Ajuda a Projetos de Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BMPAD	Ajuda a Projetos de Desenvolvimento do governo haitiano
BNH	Banque National D'Haiti
CARE	Organização Internacional Contra a Pobreza
CARICOM	Comunidade do Caribe
CBI	Iniciativa da Bacia Caribenha
CECI	Centro de Estudo e Cooperação Internacional do Canadá
CEPAL	Comissão Economica para America Latina e Caribe
CIAT	Centro Internacional de Agricultura Tropical
CI	Comunidade Internacional
CIRH	Comissão Provisória para a Reconstrução do Haiti-
Citibank	National City Bank of New York
CNSA	Coordenação Nacional de Segurança Alimentar
CROS	Coordenação da Organizações do Sudeste
CRS	Catholic Relief Services
CSNU	Conselho de Segurança da ONU
FAC	France Agency Cooperation.
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e comercio
GBM	Grupo Banco Mundial
GTZ	Deutsche Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit.
HAVA	Agencia Voluntária Haitina Americana

ICF	Cooperação Interina
IFI	Instituto Financeiro Internacional
KPN	Konbit Peyisan Nip
MARDNR	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento do Haiti
MAS	Ministério de Assuntos Sociais
MINUSTAH	Missões das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MPCE	Ministério do Planejamento e Coordenação Externa
MPNKP	Movimento Camponês Nacional do Congresso de Papay
MPP	Movimento Camponês de Papay
ODVA	Organização de Desenvolvimento do Vale de L'Artibonite
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
ONGat	Organização Não Governamental de alcance transnacional
PADF	Fundação Panamericana de Desenvolvimento
PAPDA	Plataforma Haitiana de Análise por um Desenvolvimento Alternativo
PDVSA	Petróleo de Venezuela S.A.
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNH:	Polícia Nacional do Haiti
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODEP	Projeto para o Desenvolvimento Comunitário Participativo
RAKPABA	Rede de Cooperativas dos Camponeses do Baixo L'Artibonite
SNS	Secretaria de Serviço Nacional de Sementes
TK	Tèt Kole Ti Peyzan Ayisyen
EU	União Europeia
USAID	Agência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos
VC	Via Campesina
WINNER	Watershed Initiative for National Natural Environmental Resources

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA HAITIANA.....	22
2.1	Colonização: 1492 a 1789.....	22
2.2	<i>Plantation</i>.....	26
2.3	A Revolução: 1791- 1804.....	29
2.4	Pós-revolução de 1804.....	34
2.5	Golpes, invasões militares e resistência popular.....	39
2.6	Cultura: mecanismos da resistência camponesa.....	47
3	A COMUNIDADE INTERNACIONAL OPERANDO NO HAITI.....	54
3.1	O desenvolvimento dos projetos coordenados pela Comunidade Internacional... ..	55
3.2	A Internacional Comunitária operando no Haiti.....	65
3.3	A cooperação Latino Americana.....	73
3.3.1	Cooperação cubana.....	73
3.3.2	Cooperação venezuelana.....	75
3.3.3	Cooperação brasileira.....	78
4	AJUDAS ALIMENTARES NO HAITI.....	81
4.1	Ajudas ou comércio?.....	82
4.2	Cada crise, novo programa.....	84
4.3	Um governo chamado USAID.....	87
4.4	Projeto WINNER.....	91
4.5	Ajudas para quem?.....	95
5	QUESTÃO AGRÁRIA E A PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS CAMPONESES NA LUTA POR SOBERANIA ALIMENTAR.....	99
5.1	Questão agrária haitiana.....	100
5.2	A problemática ambiental.....	106
5.3	Atualidade da agricultura haitiana.....	110
5.4	Os movimentos camponeses e a soberania alimentar: um caminho a percorrer..	119
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132

1 INTRODUÇÃO

A primeira vez que escutei um haitiano falar foi em maio de 2006, quando ainda estudava Pedagogia da Terra, no ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária), em Veranópolis/RS. Na ocasião, o líder sindical Didier Dominique fez uma palestra sobre a história do Haiti e a ocupação militar em curso, coordenada pelo Brasil. Fiquei encantado com o que escutei. Em janeiro de 2007, num desses dias de calor no Sul, chegava da roça no meu assentamento (Vacaria/RS), quando o telefone tocou: era Cedenir Oliveira, da direção nacional de MST, que me disse que a Via Campesina estaria enviando uma brigada de 20 pessoas ao Haiti e que meu nome estava indicado. De pronto aceitei o convite, o que causou enorme espanto em meus pais, embora, minutos depois, passassem a me apoiar na decisão.

A partir daí, a viagem foi postergada por cinco vezes e, em cada uma delas, havia um ato de envio. Por fim, já estava ficando desmotivador aquele vai não vai. Até que um dia fiquei sabendo que não iriam 20 pessoas na brigada, que seriam apenas quatro, mas meu nome estava mantido. Isto porque o projeto inicial da escola em agroecologia não foi aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC); seus técnicos alegaram que a Via Campesina não tinha condições técnicas de desenvolver o projeto. Somente em outubro de 2008 viajamos para a Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema/SP, para fazermos a preparação da atividade. Outros dois acontecimentos não nos permitiram viajar: a crise alimentar que se abateu sobre o Haiti (devido à crise imobiliária que se iniciou naquele ano nos Estados Unidos, causando uma crise internacional) e o ciclone Hanna que passou em Gonaive, segunda maior cidade do país, destruindo casas, plantações, escolas, hospitais, pontes, levando a vida de 850 pessoas. Porém, era de consenso a decisão dos quatro militantes convocados para a primeira missão: só iríamos para frente. E foi o que fizemos. Nossos parceiros haitianos não estavam em condições de nos receber naquele momento, então, viajamos à Venezuela e ficamos esperando por lá, já que o recurso para dois anos no Haiti, eram escassos 3.800 dólares; logo, tínhamos de economizar o máximo possível.

Num fim de tarde, estávamos em Barinas, Venezuela, visitando o Instituto Latino Americano de Agroecologia Paulo Freire (Iala), quando fomos comunicados de que o avião que nos deixaria no Haiti sairia de Caracas às 7h30m do dia seguinte. Imediatamente

reunimos nossas malas e saímos em busca de um ônibus que pudesse nos conduzir até lá. Por fim, no dia 29 de janeiro de 2009, desembarcamos no aeroporto Toussaint L'Ouverture.

A sensação de quem chega por primeira vez no Haiti é um pouco estranha. Quando o pequeno avião começou a aproximar-se do aeroporto, cortando as cadeias de montanhas que cercam os arredores da capital, sentimos, o que é normal, um frio na barriga pelas incertezas, pela expectativa de como seria a missão. Observávamos um tanto espantados enquanto o avião se equilibrava para pousar minutos depois na terra de Dessalines.

Era por volta das 11:00 horas da manhã, no horário local; o calor era diferente de qualquer outro já experimentado anteriormente. A chegada foi o cartão postal da vida e do ritmo haitiano. Deixamos as dependências do aeroporto, e por mais que tivéssemos comunicado, escrito, ligado, ninguém nos esperava. Três horas mais tarde, já não suportando mais o sol que nos fazia companhia, resolvemos buscar um intérprete do espanhol para o *kreyol* e explicar ao taxista onde pretendíamos ir: Delmas 83, Porto Príncipe, uma pousada e único endereço que Patrola (coordenador da Brigada) havia visitado no ano anterior e onde sabia chegar. Três dias depois, nossos parceiros foram nos visitar. Pretendíamos ficar quinze dias nesse local e aí buscar um espaço fora da capital; puro engano: ficamos seis meses e adquirimos uma dívida enorme com o dono da casa.

Em 2009, estabelecemos um plano de trabalho que chamamos de diagnóstico da realidade haitiana, no qual traçamos as seguintes metas: aprender o *kreyol* (falado por 100% dos camponeses), conhecer os movimentos camponeses haitianos, a geografia do país e definir em quais projetos poderíamos contribuir com as organizações campesinas. Foi um ano incrível, de muitas aprendizagens. Viajávamos de ônibus, *tap tap* (caminhonetas de transporte coletivo), mototáxi, à pé, subimos e descemos montanhas, conhecemos os 10 departamentos. Mais tarde, conseguimos uma toyota (típica para subir montanhas), um centro de formação no interior do país, onde pudemos estabelecer as bases da equipe e um projeto que permitiu pagar a dívida na pousada em Porto Príncipe, instalar a brigada no centro de formação, comprar uma motocicleta, garantir nossa estadia por um tempo, além de pagar as passagens e visitar nossos familiares no final do ano.

Em dezembro, realizamos avaliação e constatamos que poderíamos aportar em quatro linhas de ação: sementes de legumes, reflorestamento, captação de água da chuva e formação.

Portanto, deveríamos voltar pelo menos mais um ano ao Haiti, pois o trabalho apenas se iniciava. Viajamos em dezembro ao Brasil para regressar em janeiro do ano seguinte.

Era início da noite de 12 de janeiro de 2010, quando ao assistir notícias, em casa, soube que um terremoto havia atingido a capital, Porto Príncipe. Fiquei espantado, pois havia escutado muitas vezes que a região era vulnerável a ciclones, mas terremoto nunca tinha ouvido falar. Comentei que, pelas condições de vida haitiana, seria uma catástrofe grande, que poderia levar a vida de umas 5 mil pessoas. Santa ingenuidade, meu prognóstico ficou menos de 3% do que realmente foi. Passei dias de angústia tentando saber notícias de nossos camaradas, como estavam, se algo lhes havia acontecido e meu desespero só aumentava a partir das informações que a mídia sensacionalista descrevia.

O ano de 2010 foi o mais difícil de todos. A Via Campesina Brasil, reunida 4 dias após o terremoto, ainda no calor dos acontecimentos e na emoção que tomava conta de todos, decidiu enviar uma nova brigada (31 militantes), a prestar solidariedade ao povo haitiano. Fiquei com a tarefa de organizar e preparar aos novos brigadistas. Em 4 de abril de 2010 desembarcamos em território haitiano; entre nós estavam professores, um jornalista, um veterinário, camponeses, um agrônomo, um engenheiro florestal, um enfermeiro, um médico, carpinteiros, técnicos agrícolas e muita disposição de contribuir com os camponeses haitianos.

Após um período de nova preparação em território haitiano e articulação com os movimentos parceiros, nos distribuímos em equipes de duas ou três pessoas nos dez departamentos do país. Foi um ano muito difícil, tanto pelas condições daquele momento, como pelas limitações de infraestrutura da Brigada. Por exemplo, nossa ajuda de custo era trimestral. Cada brigadista recebia US\$ 25 para passar 3 meses. Era o que dava. Contrariando a imensa maioria dos estrangeiros que vão ao Haiti, ficam nos melhores hotéis, alugam os melhores carros, altos salários e fazem intermináveis críticas ao modo de vida haitiano, nossa brigada fez um movimento contrário: viver no meio do povo, com o povo e contribuir na medida do possível. Muitas vezes, incomodava as indagações dos haitianos nos chamando de *blan volè* (brancos ladrões) e nos mandando abandonar o país. Sempre argumentávamos com nossos companheiros/as que existia alguma razão de tais manifestações e que não deveríamos contestar, que estávamos na casa deles, que estas questões estavam fora de nosso alcance.

Numa manhã, nesses dias em que a gente não acorda de bom humor, me dirigia à venda para comprar pães para o café quando um jovem, no meio de um grupo, me dirigiu

palavras pouco amigáveis (por ser estrangeiro); parei e contestei (em *kreyol*), respondendo no mesmo tom; os demais riram dizendo: “se lascou, ele entendeu” e eu mesmo acabei rindo da situação.

Esta incógnita permaneceria no tempo em que convivi no Haiti. Por isso, quando da elaboração do projeto de pesquisa no curso “Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe” não tive dúvida: será sobre o Haiti. Então, veio a primeira pergunta: o que pesquisar? Pensei que seria o momento de tentar entender essa enorme contradição da Comunidade Internacional e os apoios enviados ao Haiti. Preferi fazer o recorte sobre as ajudas alimentares. Eis o debate. Confesso que, em muitos momentos, ficou difícil me distanciar do tema, ter um olhar apenas de pesquisador dados os enormes laços de compromisso e carinho que tenho pela população daquele apaixonante país.

Nos quase dois anos de pesquisa, leituras e algumas noites mal dormidas, lendo, escrevendo, conversando com companheiros, tentando entender o que muitas vezes parece incompreensível e, diga-se de passagem, apenas como registro, a maioria das elaborações está em francês e inglês, o que, sem dúvida, me custou muito a interpretação desses textos.

A história do Haiti é fascinante. A de todo o povo. Um país de revolução. Capaz de desafiar as maiores potências e vencer. Tantas vezes invadido e resistido às adversidades que a política em distintos tempos lhe impôs. Do mito Makandal, com seu método de extermínio. Dos grandes revolucionários da independência: Toussaint, Capois, Petion Christóph e Dessalines; da resistência de Chalmagne Peralte e Bretravile, assim como, de tantos outros lutadores incansáveis por um Haiti digno. Dos 139 camponeses de Jean Rabel, assassinados ao reivindicarem um único direito: o acesso à terra. Entendi o projeto de James que sonhava em criar uma rota de retorno à África para que os africanos trazidos às Américas pudessem voltar ao continente; a luta incansável de Louis Juste pagando com a vida por sua militância; a luta pela sobrevivência do fatídico 12 de janeiro de 2010.

Um país tantas vezes saqueado, a exemplo da infame dívida da independência, condenando o país por ter conquistado a liberdade. E tantas vezes literalmente invadido. Somente nos últimos 25 anos foram sete invasões militares, sempre orquestradas e executadas pelo vizinho do Norte. Contabilizando os 19 anos da invasão ianque e os 29 anos de ditadura militar, chegaremos a um século de golpes, invasões e conspirações de todo o tipo. A ausência da experiência democrática dispensa qualquer comentário.

Foram muito valiosos os quase 3 anos que lá vivi, comparti, senti, aprendi com a luta cotidiana dos camponeses/as haitianos. Dos lugares históricos como Mole Saint Nicolas (instalação dos europeus nas Américas), do Palácio de Saint Soussi, da Citadelle, do Palácio das 365 Portas, do Forte Crête-a-Pirrot. Da mística das mulheres camponesas, mesmo depois de horas sob sol escaldante, carregadas, que seguiam a passos firmes, caminhando e cantando, buscando energia para chegar à feira da cidade. Das longas e duras subidas nas montanhas. Das paisagens pouco motivadoras em épocas de seca, mas de um verde deslumbrante na temporada de chuvas. De um mar tão azul que parece água cristalina.

Um pedacinho da África no meio das Américas. E seu maior infortúnio é ter ousado derrotar as maiores forças militares de sua época, fazendo uma revolução dirigida por negros e mulatos, e ao mesmo tempo ser vizinho de um país que pensa em dominar o mundo e, ao menor movimento, desembarcam homens, marines e tanques.

O Haiti está localizado no Caribe. E o Caribe é um mundo à parte. É mais do que um conjunto de ilhas e arquipélagos. São 32 países em 31 ilhas. Algumas ainda permanecem colônias. É uma região heterogênea, mas também com questões em comum. As principais são: colonização europeia, extermínio dos povos originários e a substituição pela força de trabalho africana, distância geográfica entre países etc. Com exceção de Haiti e República Dominicana, os demais estão todos separados por algumas milhas de águas marítimas. Haiti faz fronteira terrestre com a República Dominicana; ao sul está banhado pelo Mar do Caribe (também conhecido como Mar das Antilhas) e ao norte pelo Oceano Atlântico. Seu território é de 27.750 km²; desses, 75% são terras montanhosas. Atualmente sua população é de 10,4 milhões de habitantes, sendo que 55% vive no meio rural. Há muitas questões comuns que caracterizam a sociedade haitiana. Entre elas estão o baixo salário, as altas taxas de desemprego, o trabalho informal, a migração para outros países, a baixa capacitação profissional e a oficialização das organizações populares por parte do Estado etc.

Haiti é um país social, econômica e institucionalmente em crise, em grande medida devido ao avanço das forças do capital exercido ao longo dos últimos séculos. O país sofre os efeitos da política imperialista. O contexto é de instabilidade econômica e política. Debilitado pelas crises, as iniciativas que buscam reconstruir as estruturas na sociedade não têm conseguido avanços. As instituições estatais são mínimas e obsoletas frente à tarefa de resolver os problemas que afetam o país. O papel ausente do Estado é frequentemente assumido pelas ONGs que, na melhor das hipóteses, levam adiante uma tarefa de

assistencialismo frente às situações de carência.

O presente trabalho busca compreender os resultados das ajudas alimentares enviadas ao Haiti, bem como as causas e consequências para o campesinato haitiano, a partir da análise de sua formação socioeconômica e das relações com a comunidade internacional constituída ao longo de sua história. Discute a situação socioeconômica em que os movimentos camponeses haitianos estão inseridos, assim como a relação com os organismos internacionais, tais como Banco Mundial, FMI e a presença das ONGs no país. Busca compreender o impacto das ajudas alimentares e se, da forma que são executadas, contribuem para o avanço das políticas de desenvolvimento soberano ou acentuam, ainda mais, as relações de dominação e dependência.

A escolha do tema partiu da minha vivência pessoal no Haiti e das contradições observadas entre os projetos de desenvolvimento financiados e coordenados pela Comunidade Internacional com os haitianos, bem como a potencial capacidade produtiva do campesinato, tendo, por outro lado, a entrada de alimentos importados.

A metodologia utilizada para analisar e tentar compreender a sociedade haitiana foi a partir dos fatos históricos. Método se refere a meta/caminho, ou seja, o caminho a ser percorrido. Já metodologia é a forma/maneira como se percorre esse caminho, no diálogo com objeto pesquisado. Muitos escreveram sobre o método. Para Spósito, citando Japiassu, “método é o conjunto de procedimentos racionais, com capacidade de elaborar raciocínio, confrontar, comparar duas ideias, baseados em regras que visam atingir um objetivo determinado”. Nesse sentido, podemos entender o método como o caminho com objetivo, resultado, deliberação. O mesmo autor, citando Bunge, acrescenta que “[...] é o conjunto de conhecimentos por intermédio dos quais se colocam à prova hipóteses científicas” (SPÓSITO, 2011, p. 25).

Na literatura marxista, o método de análise é baseado nas relações históricas e materiais da sociedade. Nesse sentido, Marx ao descrever qual método utilizaria, assinala que “meu método dialético, por ser fundamento, difere do método hegeliano [...]. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado” (MARX, 1968 apud NETTO, 2011, p. 21). Portanto, cabe ao pesquisador tentar sucessivamente, no movimento real, aproximar-se do seu objeto de pesquisa.

Para Netto, “método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe conforme a sua vontade, para ‘enquadrar’ o seu objeto de pesquisa” (NETTO, 2011, p. 52). E conclui dizendo que método “é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam o procedimento do pesquisador. Implica [...] uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquele que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011, p. 53).

Portanto, neste trabalho, na relação com o objeto de pesquisa, é conveniente iniciar com a análise teórica da formação socioeconômica haitiana através de pesquisa bibliográfica. Outras informações constituirão base à análise de dados e informações coletadas, dentre as quais se destacam: o diálogo com camponeses, entrevistas com lideranças, com representantes de países que atuam na cooperação e desenvolvimento de projetos no Haiti, a participação em encontros e seminários dos movimentos populares, atuação da Comunidade Internacional, das ONGs e a relação da população camponesa com essas instituições. Por último, análise e sistematização dos materiais coletados dialogando com as leituras sobre o tema, tendo ainda como suporte as aulas do mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, com a teorização da pesquisa.

No primeiro capítulo é desenvolvido um estudo sobre a formação socioeconômica haitiana. Traz questões relacionadas à política e aos distintos momentos considerados marcantes ou chaves para entender o país na atualidade. Entre eles, estão a chegada dos espanhóis à Ilha de Saint Domingue, em 1492, o brutal tratamento aos povos originários levando ao seu extermínio em poucas décadas. Passando pelos momentos decisivos na revolta dos escravos em 1791 (sob o domínio francês), que culmina com a revolução de 1804. A partir daí, a tentativa da construção do Estado-Nação com as particularidades haitianas, enfrentando o isolamento, assim como o pagamento da dívida da independência pagando pesados tributos, durante 137 anos, ao governo francês e bancos estadunidenses, o equivalente, na atualidade, a 21 bilhões de dólares, levando à castração da economia, tornando o país dependente dos organismos internacionais. Apresenta a luta pela democracia no último século, tendo de enfrentar invasões, golpes e ditaduras militares. Traz ainda, como a cultura e a mística diária dialogam com o campesinato, buscando força e resistência para enfrentar a fúria da natureza (por vezes afetados), mas, sobretudo, a fúria e a ganância do capitalismo na

espoliação das riquezas naturais, bem como a exploração da força de trabalho. As principais referências bibliográficas são: Louis-Juste, que contribui na compreensão da acumulação primitiva do capital, desde a colonização até a ruptura com o processo revolucionário; na leitura de James, para entender as questões que culminariam com a revolução dos escravos, e Seitenfus, que acrescenta contribuição na construção da relação entre a comunidade internacional com o mundo haitiano.

O segundo capítulo apresenta uma análise das intervenções da Comunidade Internacional (CI) no Haiti, apontando as questões históricas no âmbito da economia na sociedade haitiana. O foco é a relação da Comunidade Internacional com os camponeses, materializando-se na política de ajuda humanitária, indo desde os momentos de crises, girando em torno dessas, a justificativa na aplicação das políticas de desenvolvimento. Compreende-se por Comunidade Internacional as instituições do Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organizações Não Governamentais (ONGs), a Organização das Nações Unidas (ONU) etc. Dialoga-se com os conceitos de Pereira e Louis-Juste, estudiosos das políticas desses organismos. O primeiro, a nível de interpretação internacional, já o segundo, focalizando as questões locais. Autores como Furtado e Marini embasam as leituras sobre economia e consequentemente dependência. Lahens, assim como Seitenfus contribuem no diálogo entre a CI e a dependência haitiana com base nos empréstimos e na submissão dos governos com os financiadores. Analisar-se-á, a partir das relações históricas estabelecidas, se a fórmula usada para o Haiti ajuda na superação dos limites existentes ou aprofundam a dependência dos organismos internacionais.

No terceiro capítulo, discutiremos os efeitos das ajudas alimentares na comunidade camponesa. Como elas são planejadas, organizadas e executadas, não sendo nada por acaso a inundação de alimentos estrangeiros no país em questão. Analisaremos como as ajudas alimentares enviadas ao Haiti são usadas nos momentos de crises e desastres naturais para consolidar a política permanente de envio de alimentos, transformando-os em mercadorias. Entendendo mercadoria na definição de Marx que afirma: “mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer (MARX, 2013, p. 113). Não alterando em nada se ela vem do estômago ou da imaginação. As principais referências bibliográficas são autores haitianos, entre os quais: os sites da AlterPresse e da Ayiti Kale Je, agências que produzem notícias, informações

e análises da história e atualidade haitiana; Plataforma Haitiana de Análise por um Desenvolvimento Alternativo (PAPDA), que coordena publicações regulares com análise da conjuntura e da agricultura haitiana; Louis-Juste que perpassa todo esse trabalho; e entrevistas com envolvidos no setor agrícola (camponeses, dirigentes de movimentos populares e coordenadores de projetos da cooperação internacional).

No quarto capítulo, faz-se uma análise da questão agrária haitiana, suas debilidades e problemas enfrentados pelos camponeses, bem como as potencialidades na produção de alimentos que o país oferece. Tentamos apresentar as contradições do uso, posse e propriedade da terra, e como as empresas transnacionais da área de alimentos introduzem, no mercado haitiano, seus produtos a preços inferiores que os locais para debilitar a produção nacional e dominar o comércio. As perspectivas dos movimentos camponeses na luta pela soberania alimentar e nacional, já que o Haiti é culturalmente rural e diariamente dependente desse modo de vida, pois a força do trabalho do campesinato se constitui essencialmente da família. Para análise, utilizamos entrevistas com dirigentes e camponeses, leituras de Kautsky e publicações da ENFF sobre questão agrária em nível geral. Para o nível local, está Castor e as publicações de PAPDA, assim como os pronunciamentos públicos dos movimentos camponeses.

2 FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA HAITIANA

Neste primeiro capítulo tratarei de apresentar como se formou a sociedade haitiana, tanto no aspecto social e econômico como do Estado-Nação. Apresento uma recorrida histórica desde o desembarque dos europeus (1492) até o início do último século. De maneira geral, o Haiti está marcado pelas contradições da formação de sua nação. Faz-se necessário recuperar alguns fatos marcantes em sua história para entendê-lo na atualidade. Entre eles está o extermínio da população nativa (ainda pela colonização espanhola); a alta produtividade e lucratividade dos colonos franceses (sob domínio da França); a revolução dos escravos na cidade de Santo Domingo; a dívida da independência imposta pela França duas décadas após a revolução, o que levaria a debilidade e a dependência econômica até a atualidade; as invasões militares orquestradas pelos Estados Unidos e os golpes de Estado, assim como a ditadura militar, o desenvolvimento do neoliberalismo e a entrada desenfreada das ONGs na substituição dos órgãos estatais, na tentativa de resolver os conflitos de baixa intensidade.

É possível afirmar que o Haiti, em sua trajetória, foi marcado por três grandes questões: o colonialismo, o racismo e as divisões internas fomentadas pelo lucro e pela ganância da comunidade internacional. Cada uma delas em seu tempo: o colonialismo desde a colonização até a atualidade, o racismo que continua por toda sua trajetória sendo agora acompanhada pelo neocolonialismo, as divisões internas marcadas desde a luta independentista e se acirrando, sobretudo, nos momentos de maior contradição na luta interna pelo poder, bem como, a falta de unidade e proposição de projetos de desenvolvimento em nível nacional que buscassem reduzir as desigualdades sociais gritantes no seio da população. Por fim, apresento a cultura como mística para enfrentar a dureza do trabalho, da vida cotidiana, a fúria da natureza, a ganância do capital, assim como a imensa capacidade dos camponeses em seguir acreditando, mesmo nos momentos mais difíceis que possam aparecer.

2.1 Colonização: 1492 a 1789

A primeira e brutal violência cometida contra a população nativa onde atualmente se localiza o Haiti ficou a cargo dos espanhóis. Antes chamado de Ayiti Quisqueya¹ pelos 800 mil caribenhos (Araucacas e Taínos), primeiros habitantes da ilha que viviam nas terras há aproximadamente 7.000 anos antes da chegada dos espanhóis.

Mapa 1 — Localização do Haiti no Caribe



Fonte: Google Mapas. Mapas do Haiti no Caribe. Acesso em: 13 de novembro de 2015.

No dia 12 de outubro de 1492, Cristóvão Colombo e sua expedição haviam pisado em terra firme, atualmente Watling Island, no arquipélago das Bahamas. No dia 6 de dezembro de 1492, em reconhecimento dos arredores, Colombo desembarca nas terras onde hoje está o Haiti. Representando a rainha, a igreja católica e a Espanha, motivo pelo qual o local foi batizado de Hispaniola, fundaram a primeira cidade no paraíso das Antilhas, colocaram o nome de São Nicolau, referindo-se ao calendário romano no dia de sua fundação: 6 de dezembro. Portanto, foi o Haiti que abriu as portas do Novo Mundo. Não tardou para iniciar o processo que ficou conhecido mundialmente do nascente capitalismo: o trabalho escravo, as grandes navegações, a exploração de riquezas naturais do Novo Mundo e a exportação dessas ao Velho Continente.

¹ Nome dado pelos antigos habitantes da Ilha, fazendo alusão à geografia montanhosa do país.

Imagem 1 — Primeira fortaleza construída pelos espanhóis



Fonte: Foto do autor, setembro de 2015.

Os conquistadores logo trataram de escravizar os nativos que ali viviam. Os antigos habitantes até se demonstraram hospitaleiros com a expedição, sem imaginar o que estava por vir. Os espanhóis tinham seus objetivos e, para alcançá-los, não tiveram dúvida em adotar métodos brutais no tratamento com os habitantes da Ilha. Em estudo da revolução haitiana, James explica que “a população nativa que era de aproximadamente meio milhão foi reduzida a 60 mil em apenas 15 anos, e até a metade do século XVI, os nativos tinham praticamente desaparecido”. (JAMES, 2000, p. 19).

Os espanhóis buscavam ouro e metais preciosos no Novo Mundo e trataram de escravizar a população local e impuseram longas e duras horas de trabalho forçado nas minas e pedreiras. A população nativa não suportaria a dureza do trabalho imposto pelos colonizadores. O ouro não se exauria, mas os nativos, sim. Restava-lhes apenas fugir, ou estariam condenados a viver o resto da vida extraindo riqueza de seu próprio território para os invasores. Os que dominavam as técnicas de navegação tentavam a fuga. As rotas mais comuns eram Cuba e Venezuela, países próximos à costa haitiana. Sem dúvida, essa era a

última tentativa encontrada para sobreviver à brutalidade dos colonizadores e ao extermínio da população local. Já em 1498, seis anos após a invasão a Ilha estava totalmente tomada pelos espanhóis. Portanto, havia aí a necessidade de importar mão de obra e, por isso, em 1501 chegariam os primeiros escravos africanos à Espanhola, surgindo, assim, o capitalismo nascente da brutalidade e do tratamento desumano aos povos trazidos da África e baseado num estado periférico e na força de trabalho escravo.

Ainda no início do século XVI (1520), “a França começa a olhar para as Antilhas com observação ao Brasil, Flórida e Canadá e pelas incursões de piratas nas possessões espanholas das Antilhas” (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 25). Porém, foi em 1625 que os franceses se instalariam de uma vez por todas nas proximidades do Haiti, quando tomaram, através da pirataria, a Ilha La Tortue (Tartaruga), hoje parte do território haitiano.

Os espanhóis ficaram na Ilha até 1697, quando foi assinado o Tratado de Ryswich, pelo qual a Espanha deveria passar a sua parte ocidental – território onde atualmente é o Haiti – para o controle francês. Os outros 2/3 da Ilha, onde atualmente se situa a República Dominicana, continuaram sob o controle espanhol. A França, para diferenciar seu território da Espanha, tratou de dar novo nome, batizando-o de Saint Domingue. Com a população originária totalmente desaparecida, restava aos franceses intensificar a vinda de mão de obra escrava do continente africano para trabalharem nas plantações e engenhos de açúcar. Louis-Juste descreve:

A extensão e consolidação francesa ocorreram em Saint Domingue entre 1665 a 1698. O mercantilismo como forma de luta burguesa se desenvolveu contra o feudalismo, desenvolveu-se com o Colbert, ministro da fazenda de Louis XIV [...]. Assim, Colbert regulamentou a produção e o consumo, proibiu a exportação de metais preciosos e moeda, a armazenagem com vista a evitar a especulação. Além disso, estabeleceu manufaturas reais e controle da indústria de guerra e a metalúrgica. Daí seu princípio colonial: tudo para e pela metrópole! Assim fundaram-se as empresas que iriam lucrar com o tráfico negreiro e com a produção de gêneros de primeira necessidade, como a Companhia das Ilhas da América (31 de outubro de 1625), a Companhia das Índias Ocidentais (maio de 1664) e a Companhia de Saint Domingue (1698). Já, em maio de 1681, um censo estimava em 6.658 pessoas que viviam na Colônia e entre elas computava-se 1.063 negros e 725 negras. Se esse senso contabilizou 2.312 negros naquele ano, seriam 20.000, em 1701. (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 25).

Estes, com a força de seu trabalho, colocariam a Ilha como a mais importante de toda a América, como observa James. “Sob o domínio francês, a colônia passou a ser a mais importante das Américas, utilizando da mão de obra escrava africana no cultivo e produção de açúcar – a colônia era responsável pela metade da produção de açúcar consumido na Europa”

(LOUIS-JUSTE, 2000, p. 86). O Haiti se transformou numa potência produtiva a ponto de os franceses aceitarem ceder a parte que lhe pertencia onde hoje é o Canadá à Inglaterra, e assim não perder a Colônia de Saint Domingue.

Segundo o autor, o povo, bem como a nação haitiana, chegando à atualidade, nasceu de uma escravocracia fundada na economia da *plantation* (plantagem). Considerando que a *plantation* se desenvolveu apenas na relação comercial com a metrópole, ou seja, era um poder atrofiado na colônia, pois tudo era definido a partir das necessidades metropolitanas e tudo, então, se implantava, a ferro e fogo, na colônia de Saint Domingue.

2.2 *Plantation*

De modo geral, sabemos como a produção se materializava nas colônias ocupando uma vasta cadeia, indo do sistema patriarcal, alicerçado no consumo pessoal e apoiado pelas metrópoles, chegando até as plantações nas colônias propriamente ditas. O que nos interessa, aqui, é ressaltar as particularidades dessa forma de exploração, já que esse modo de produção foi definitivamente cortado pela revolução de 1804.

O sistema *plantation* possuía algumas características particulares. Em linhas gerais, toda a produção estava voltada para o mercado mundial. A vida na Colônia estava organizada para esse fim, bem como todo e qualquer esforço se dava em torno disso. Tudo o que se produzia (e em grande escala) era enviado para suprir as necessidades europeias da época. Mesmo numa pequena superfície territorial, como é o caso da Saint Domingue, era possível produzir uma vasta quantidade de insumos e gêneros alimentícios, dadas as condições climáticas quentes, úmidas e as terras férteis.

O trabalho era forçado (escravo). Os trabalhadores trazidos pelo tráfico negreiro da África eram vendidos e escravizados na Colônia. As plantações tinham total dependência desse tipo de trabalho duro e árduo nos longos dias de sol que caracterizam a região caribenha. O trabalho forçado produzia toda a riqueza, proporcionando o enriquecimento dos colonos com a produção e comercialização de seus produtos.

Nessas condições de exploração e dominação dos colonos sobre os trabalhadores estabeleciam-se outras duas características: o monocultivo e a produção em grande escala. Os trabalhadores passariam a especializar-se no manejo, tanto da produção agrícola, como na sua industrialização. Apenas parte disso era produzida para a alimentação dos moradores da Colônia. O mercado interno era reduzido, já que os trabalhadores não possuíam salários e os colonos, dadas as próprias vaidades, preferiam vender e comprar na metrópole.

A grande propriedade da terra sob o controle de algum colono era somente outra característica. As vastas plantações de cana-de-açúcar, café, cacau, anil, tabaco e algodão, estendiam-se pelos vales e montanhas do Norte, Centro e Sul do país sob o domínio e poder de poucos colonos.

Completando a rede produtiva, eram necessários a conjugação entre o cultivo agrícola e o beneficiamento no mesmo estabelecimento, embora a maioria das plantações não possuíssem tais condições. Os engenhos eram fazendas e fábricas ao mesmo tempo cultivando matéria-prima e industrializando-a na mesma propriedade. Portanto, o trabalho era organizado por quantidade e qualidade, visando sempre a produtividade e o maior lucro possível na exploração dos trabalhadores. Dessa forma, o poder colonial se estabelecia em torno de quem possuía os meios de produção e os instrumentos de trabalho: terra, escravos, engenho etc. Tudo termina coincidindo com uma só e a mesma pessoa.

Por fim, coroando toda a cadeia produtiva da época, o transporte marítimo se colocava como elo entre as mercadorias produzidas na Colônia e os consumidores da metrópole e de outros países europeus. Para entender as forças produtivas desenvolvidas na Saint Domingue, bem como a importância para a economia francesa, com uma gigantesca produção de gêneros alimentícios, as contradições eram latentes observe-se o que descreve Louis-Juste:

Na véspera da revolta de 1791, subirão para 492.000 escravos, sendo que um escravo que se vendia a 1.500 libras em 1742, valeria 3.300 em 1789. [...] Um escravo, por mais forte que fosse, não sobrevivia por mais de 15 anos nas plantações, sem tornar-se estúpido depois de trabalhar entre 16 e 18 horas por dia. Fato socialmente significativo: os franceses não deixaram nenhum traço material de instituição cultural na colônia. Essa foi simplesmente uma colônia de exploração. [...]. Em 1789, 793 açucareiras contra 648 em 1775, forneceram para exportação, cerca de 147 mil libras de açúcar bruto. O conjunto de estabelecimentos cafeeiros rende no mesmo ano 77 milhões de libras contra 45 em 1775. Contabiliza-se 7 milhões de libras de algodão exportados e 958.629 libras de anil, ainda em 1789. Na mesma época 54 empresas açucareiras figuravam nas estatísticas de exportação para 600.000 libras. Também a produção de víveres necessários para a produção de força de trabalho compulsória, e, destinados em parte para o consumo local de algumas camadas medias, faz parte do panorama agrícola da colônia: banana, macaxeira,

batata doce, inhame, sorgo. Para completar o quadro econômico, assinalamos a existência de 185 fábricas de cachaça, 36 olarias, 370 cerâmicas e demais estabelecimentos artesanais. Enfim, 40.000 cavalos, 48.000 mulas, e 250.000 cabeças de gado. (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 26).

Para escoar todos os gêneros produzidos na Colônia e fazê-los chegar ao continente europeu, principal mercado comprador, fazia-se necessário desenvolver a indústria naval, de maneira que essa expansão produtiva era acompanhada de um intensivo movimento comercial,

[...] em 1776, dos 596 navios aparelhados nos portos da França, 363 viajavam para Saint Domingue. A França possuía 750 grandes navios com 24.000 marinheiros. [...] O montante de seu comércio exterior supera 300 milhões, ou seja, o equivalente ao comércio exterior dos EUA no mesmo período. (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 26).

O transporte completava o ciclo entre produtores e consumidores nessa rede de exploração e lucratividade. Assim, o desenvolvimento da indústria naval e o enriquecimento dos colonizadores franceses, através do comércio pelas frotas marítimas, giravam em via dupla: primeiro, no tráfico negreiro da África para a Colônia, e segundo, no transporte das mercadorias produzidas pelos próprios negros na Colônia para a Europa.

Seitenfus destaca que:

Em 1729 Saint Domingue já produzia 21 milhões de libras de açúcar e em 1788 alcançava a impressionante cifra de 52 milhões. Mais de 750 grandes barcos tripulados por 80 mil marinheiros se encarregavam de transportar as riquezas agrícolas para a metrópole. O futuro Haiti respondia então por 1/3 do comércio exterior da França. Em 1789, por exemplo, dos 17 milhões de libras esterlinas exportados pela França, 11 milhões provinham da Colônia de Saint-Domingue. (SEITENFUS, 2014, p. 43).

Toda a riqueza fora produzida em condições de extrema precariedade, conforme destaca Louis-Juste, “[...] o Código Negro (1685) prevê uma ração semanal composta de três cassavas (biju) de mandioca, do peixe ou da carne seca ou arenque salgado. Porém, o cardápio mais corrente se limitava a algumas batatas cozidas e um pouco de água.” (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 26). Nessas condições se forjaria a “Pérola das Antilhas” sob lucros exorbitantes dos exploradores e que, sozinha, produzia mais que todas as demais colônias francesas.

Os interesses na Saint Domingue estavam muito além de quem vivia nela. Os negócios em torno da produção e do tráfico dos africanos eram lucrativos demais para o governo Francês não tomar partido quando as revoltas em 1791 se iniciaram. Veremos que foi exatamente o que aconteceu.

Milhares de escravos não suportavam as duras horas de trabalho diário, e por menor que fosse sua falta, estavam condenados a penosos castigos. Na primeira oportunidade que aparecesse, os que conseguiam, fugiam ou se escondiam em alguma das inúmeras montanhas que a geografia e a paisagem haitiana oferecem. Estes passaram a ser chamados de “Marrons da Liberdade” com referência à tribo indígena *Cimarrón*² do Panamá, que se rebelou contra a dominação espanhola. O mais conhecido de todos foi Makandal³, considerado herói nacional por sua luta.

As contradições nesse modo de produção eram inúmeras. Com a população de escravos vinte vezes maior do que a dos colonos (25 mil colonos para 500 mil escravos), somente a força brutal seria capaz de manter esses trabalhadores produzindo, porém, a falta de consenso entre as classes dominantes, e a luta interna pela hegemonia, deixariam o Estado colonial frágil. Os colonos franceses começavam a perceber que um cheiro de revolta coletiva se avizinhava. Faltaria apenas um organizador dos negros. Ele não tardaria a aparecer.

2.3 A Revolução: 1791- 1804

O sistema da *plantation* começa a ruir com a luta pela independência do povo haitiano, no final do século XVIII e início do século XIX (1791-1804). Após 13 anos de intensas batalhas, o Haiti declarou-se independente do domínio francês, no dia 1º de janeiro de 1804.

² No espanhol a palavra *cimarrón* significa selvagem.

³ Makandal, foi o primeiro “marron” a tentar organizar a luta coletiva pela libertação dos escravos em Saint Domingue. Perdeu um de seus braços trabalhando no engenho de açúcar, inapto ao trabalho no engenho foi destinado a cuidar do gado, onde percebeu que as vacas não pastavam determinadas plantas. Começou a manipulá-las e descobriu que essas plantas eram venenosas; a partir daí começou a organizar uma revolta coletiva com o método de extermínio dos brancos pelo envenenamento colocado nas águas e alimentos dos colonos pelos escravos que lhe eram fieis. Em 1757, quando tudo estava coletivamente organizado para a ação final, acabou capturado e levado à fogueira em praça pública na cidade de Les Capes, capital do departamento Norte. No momento que a fogueira foi incendiada ouviu-se um urro forte e ele livrou-se das cordas que o prendiam. A confusão foi tão grande que ninguém mais viu o espetáculo organizado pelo governo colonial, abençoado pelos sacerdotes e assistido por colonos e escravos. Makandal acabou queimado nesse mesmo dia. A lenda permanece até os dias de hoje, diz-se que ele tinha a capacidade de se metamorfosear em um animal e por esse recurso teria fugido. (Ver livro: *O reino deste mundo*, de Alejo Carpentier).

Primeiro veio Boukman⁴, em seguida, aparece o grande líder Toussaint L'Ouverture⁵. Influenciados pela Revolução Francesa de 1789, os escravos da colônia davam início a uma revolta organizada, com comando e objetivos comuns a serem conquistados: primeiro, é claro, por não suportarem o fardo das duras horas de trabalho e maus tratos dos colonos; segundo, por se considerarem cidadãos franceses e, na cabeça de seus líderes, não era cabível seguir com a escravidão na Colônia, uma vez que na França havia sido abolida; terceiro, porque a classe trabalhadora historicamente entra em processo intenso de luta em apenas dois casos: quando sente que vai perder ou quando sente que vai ganhar. Nesse caso, as legiões de escravos iniciariam as históricas rebeliões em 1791, convictas e organizadas, contra o trabalho forçado, sentindo que era possível encontrar desse lado do mundo a “fraternidade, a igualdade e a liberdade”.

As rivalidades da época entre França, Espanha e Inglaterra, quando as duas últimas ocupariam parte do território francês na Ilha, ajudariam a emergir o exército rebelde, em 1793, dois anos após as primeiras revoltas coletivas, quando surge na esfera política militar o General Toussaint L'Ouverture. A França, com dificuldade de manter o controle em Saint Domingue seria forçada a proclamar a liberdade em 29 de agosto de 1793 para tentar conservar a mais rica e importante colônia francesa da época. Porém, a França, em plena expansão do Império Napoleônico, jamais perdeu de vista a Colônia de Saint Domingue, e tentou de todas as formas seguir no controle da Ilha.

O general responsável por manter a Colônia sob domínio francês era Leclerc⁶, cunhado de Napoleão Bonaparte. Ele, não daria trégua a Toussaint, seus generais e à população, no desenvolvimento da luta militar pelo território em disputa.

⁴ Boukman, (o Jamaicano), nasceu na Jamaica e posteriormente foi vendido por seu senhor britânico para um colono francês, que colocou Boukman para trabalhar como diretor de escravos na Colônia de Saint Domingue. Pai de santo, exercia liderança política e religiosa entre os negros. Liderou a Cerimônia Bois Caïman, na noite de 14 de agosto de 1791, na parte norte do país, local de maior concentração de escravos. Esse foi o primeiro evento organizado pelos revolucionários, é originalmente conhecido como o início da Revolução Haitiana. Nesse congresso, estabeleceu-se que ninguém jamais deveria trair a revolução. Boukman foi capturado e morto em novembro, poucas semanas após o início do levante, abrindo espaço para ascensão de Toussaint no comando do exército revolucionário.

⁵ François Dominique Toussaint Bréda (1743-1803), general de exército dos rebeldes, foi líder da revolução de escravos na colônia de Santo Domingos. Ele próprio se autodenominou L'Ouverture (em francês: aquele que tem abertura). Característica particular de Toussaint por ser o único que conseguia dialogar com trabalhadores escravizados, colonos franceses e com o governo metropolitano. Não chegou a ver a libertação completa da Ilha. Em 1802 foi traído e enviado à prisão de Forte de Joux, na França, onde morreu, em 27 de abril de 1803.

⁶ Victor Emmanuel Leclerc (1772-1802). General, cunhado de Napoleão Bonaparte que desembarcou com 25 mil homens em Santo Domingos com a missão de reintroduzir a escravidão na Colônia. Morreu de febre amarela, enfermidade que também levou a vida de 22 mil de seus homens.

Toussaint, em fevereiro de 1801, escreveria a Napoleão Bonaparte, numa correspondência em que estava a primeira constituição política da América Latina, um fato histórico, instituindo a autonomia política em Saint Domingue. Na mesma carta ele se autodecretava governador vitalício da Colônia.

A Constituição foi considerada moderada, mesmo abolindo a escravidão (principal luta dos haitianos) e decretando liberdade a todos os moradores da colônia. A população que lutava pela liberdade esperava mais de seu líder. Louis-Juste destaca que:

É nessa tarefa econômica que encontrou seu calcanhar de Aquiles, para não atender as reivindicações de liberdade plena dos soldados cultivadores. A Constituição de 1801, além de conservar a grande plantação como unidade de produção econômica e a extroversão econômica como forma prioritária de troca (art.16), proibiu o culto religioso popular (art. 6, 7, 8, 9 e 10). Apesar de consagrar a liberdade e abolir a escravidão (art. 3, 4, e 5) e organizar a justiça [...]. A Constituição de 1801 não estipulou a reforma agrária nas suas cláusulas (LOUIS-JUSTE, 2018 p. 29).

O próprio Toussaint, ao dirigir-se aos colonos franceses, tentava convencê-los de permanecer em Saint Domingue:

Filhos de Saint Domingue, voltem a suas casas. Não era meu projeto expropriar-vos. Só a liberdade era a reivindicação dos negros, aquela liberdade a eles outorgada por Deus. Filhos de Saint Domingue, as portas da sua casa estão bem abertas, a sua terra pronta para acolher-vos. (TOUILLOT, 1977, p.171-172 apud LOUIS-JUSTE, p. 29).

Mesmo sendo um negócio lucrativo aos colonos franceses permanecer na Ilha, o que de fato interessava à França era manter a Colônia sob seu controle. Em 1802, uma expedição foi enviada e foi encarregada de reconquistar a colônia. Prenderam Toussaint e o levaram à França, onde morreu em 1803, na prisão de Fort Joux.

A derrota de Toussaint na Guerra da Independência e sua prisão e morte na Europa são considerados universalmente uma tragédia. Elas encerram os elementos autênticos de uma tragédia na qual, mesmo no auge da guerra, Toussaint lutava para manter a conexão francesa como uma necessidade ao Haiti em seu longo e difícil acesso à civilização. (JAMES, 2000, p. 264).

Toussaint tentava manter conexão com a França, e talvez estivesse aí seu principal limite, pois quando a luta de classes se acirra de tal modo que apenas um dos lados sairá vencedor, não há espaço para os moderados. Pior para os franceses, pois quem assumiria o comando seria o general negro Jean Jacques Dessalines⁷, o qual, diferentemente do

⁷ Jean Jacques Duclos — o Dessalines (1751-1806) —, ex-escravo e general que sucedeu Toussaint L'Ouverture no comando das forças revolucionárias, levando a colônia à independência em 1º de janeiro de 1804. Para não fazer nenhuma referência, a França batizou o novo país de Haiti. Foi coroado Imperador. Morreu vítima de uma traição, em 18 de outubro de 1806. É a principal referência revolucionária para a população haitiana.

ex-general, não apresentava nenhuma intenção de manter a diplomacia com seus algozes. Para Seitenfus,

Dessalines foi o herói providencial para a terrível missão. Descartando de plano o bom-mocismo que conduziu o assassinato de Toussaint L'Ouverture – pelo frio e pela fome – no forte de Joux, Dessalines é o homem exigido pelas circunstâncias históricas. (SEITENFUS, 2014, p. 47).

Ex-escravo, ainda com a marca do chicote no lombo, mas de admirável habilidade militar e com a mesma audácia na arte de trapacear opositores, daria continuidade à luta, agora não apenas pela liberdade, mas, pela independência. Os enfrentamentos seriam cada vez mais violentos.

O processo revolucionário que culminou com a independência haitiana foi marcado por duras e sangrentas batalhas. Durante treze anos, mulatos e escravos daquela que era a colônia mais próspera das Américas derrotaram as três maiores potências bélicas do mundo. (JAMES, 2000 p. 184).

Diferentemente de Toussaint, que tentava conciliação com a França, Dessalines tratou logo de armar a estratégia de expulsão de todos os brancos da Ilha, trazendo consigo uma única consigna: “independência ou morte”. E assim o fez. Enfrentou os exércitos mais poderosos de sua época e venceu.

Sua mente simples já havia descoberto a solução e, ao contrário de Toussaint, contou aos homens o que pretendia: [...] ‘Tende coragem, eu vos digo, tende coragem. Os franceses não poderão ficar por muito tempo em Santo Domingos. No começo eles se sairão bem, mas logo ficarão doentes e morrerão como moscas. Ouvi! Se Dessalines se render a eles cem vezes, cem vezes ele os enganará. Repito, tende coragem e vereis que, quando os franceses forem poucos, esgotá-lo-emos, queimaremos as colheitas e iremos para as montanhas. Eles não conseguirão defender o país e terão que partir. Eu então os tornarei independentes. Não haverá mais brancos entre nós. Independência!’. Era a primeira vez que um líder pronunciava essa palavra na frente de seus homens. Aqui não se tratava apenas de um programa, mas de uma tática. Os mentirosos e traiçoeiros, Bonaparte e Leclerc, finalmente haviam encontrado um adversário à altura. (JAMES, 2000, p. 286).

A luta pela independência marcou profundamente a sociedade haitiana. Aquela era uma guerra de todo o povo. Os franceses acostumados a inúmeras batalhas não conseguiriam manter a Colônia em seus domínios. No dia 16 de novembro de 1803, os negros e mulatos se concentraram próximo à cidade de Les Capes⁸, naquela que seria a última batalha; depois disso, não restaria nenhuma condição do exército francês continuar no Haiti. James, em seu livro, destaca,

⁸ Na época era a cidade mais importante da Colônia. Hoje é a capital do Departamento do Norte (Nord).

O mulato Clairveaux estava no comando e, com ele, Capois Morte, oficial negro assim alcunhado por causa de sua bravura. O exército nacional atacou de manhã. À tarde sob fogo cruzado dos mosquetes e da artilharia, Capois liderou o assalto aos fortins de Bréda e Champlin, gritando: – Para frente! Para frente! [...] os franceses já haviam lutado em tantos campos de batalha, mas jamais presenciariam uma batalha como aquela. De todos os lados vinham uma tempestade de gritos: – Bravo! Bravo! [...]. A luta fora um pesadelo tão grande que agora todos em Santo Domingo, brancos e negros, ficaram um tanto alucinados. (JAMES, 2000, p. 233).

Os franceses resistiram até onde foi possível. Relatos indicam que os soldados das esquadras francesas enviados a Santo Domingo, forjados na guerra contra o feudalismo na Revolução de 1789, não imaginavam que os verdadeiros objetivos de seus governantes eram restaurar a escravidão. Milhares perderam a vida, muitos foram vítimas da febre amarela, outros nas duras batalhas contra o exército local. Quem sobreviveu relata a guerra, em especial a última batalha.

‘Mas que homens são esses negros! Como lutam! E como morrem! É preciso guerrear contra eles para conhecer a sua coragem temerária em arrostar o perigo quando já não podem mais recorrer a estratégias. [...] avançavam cantando, pois, os negros cantam o tempo todo, fazem música para todas as coisas. Aquela era uma canção de homens bravos, e dizia o seguinte: ao ataque granadeiro, quem morrer problema seu. Esqueça a mãe, esqueça o pai, ao ataque granadeiro, quem morrer problema seu. Aquela canção valia por todas as nossas canções republicanas. [...] É preciso ver aquela bravura para se ter uma ideia dela. Aquelas canções, cantadas a plenos pulmões por duas mil vozes, sob a harmonia do canhão, produzia um efeito empolgante’.

Dessalines, líder local, estava posicionado numa colina próxima. Até ele, conhecido como o mais bravo de todos, foi tomado pelo espírito que animava Capois e seus homens e, emudecido de admiração, ficou observando o ataque, revirando na mão sua legendária tabaqueira. Uma chuva repentina parou o combate. Mas era o fim. Naquela noite Rochambeau convocou um conselho de guerra e decidiu evacuar a ilha. (JAMES, p. 234).

Esta batalha daria fim à guerra entre os negros e mulatos da Colônia de Santo Domingos contra o exército francês, protetor dos colonos e suas propriedades, mas, sobretudo, protegiam os interesses da França no comércio de escravos trazidos da África e da riqueza produzida na Colônia.

A independência foi declarada em 1º de janeiro de 1804. O novo país nascido das entranhas da guerra foi batizado de Haiti. O nome é para não fazer nenhuma alusão à França, mas também uma homenagem aos povos originários (na língua dos Taínos, antigos moradores da Ilha, que significa: terras montanhosas), o que de fato faz sentido. A partir daí, passou a ser o primeiro país latino-americano a declarar-se independente, bem como a primeira República Negra independente, fora da África.

2.4 Pós-revolução de 1804

A primeira parte, e sem dúvida, a mais importante no longo e tortuoso caminho que as massas de Santo Domingos traçaram em busca da liberdade, estava concluída. Porém, a trajetória para a verdadeira independência, teria ainda um largo caminho pela frente. O país sofreu enorme bloqueio implantado, precisou lidar, então, com o isolamento, tática sempre aplicada pelas potências do capitalismo quando um povo não se curva aos seus interesses. Uma das principais armas utilizadas foi a tentativa de tornar a vitória dos trabalhadores em maldição, em ódio permanente, ou seja, o ópio da vitória transformado em castigo da vitória.

Na política interna, Jean Jacques Dessalines, tomou a reforma agrária como principal programa de governo naquele propício período da revolução recém-levada a cabo. As propriedades dos colonos franceses foram confiscadas pelo Estado. As terras começaram a serem distribuídas. Quem estava no exército, teve prioridade, quanto maior a patente e influência no Estado, recebia as melhores terras e bem localizadas. Os camponeses que lutaram na guerra também tiveram sua parcela, porém, um pouco menor. Os escravos recém-chegados da África ficaram com pouca ou sem-terra alguma, no geral, em lugares distantes e nos altos das montanhas. Dessalines não chegou a concluir sua política, foi traído e morto em uma emboscada pouco antes de completar 3 anos de revolução. A reforma agrária ficou pelo caminho e tem sido uma questão pendente até os dias atuais. A problemática em torno da terra nunca se resolveu. De certa forma, é uma dívida histórica que os sucessivos governos têm com os camponeses haitianos, que é, por consequência, a maioria da população.

Essa é a única revolução de escravos negros bem-sucedida na história da humanidade, já que, além da liberdade individual, conquistou também o poder político do país. Porém, isso teve consequências ao longo dos séculos que se seguiram.

As potências ocidentais venderiam caro a derrota. Precursor da luta contra a escravidão e o colonialismo na América Latina, o Haiti foi marcado desde então por sucessivas represálias das potências norte-americana e europeias, através de embargos econômicos, pagamento compulsório da dívida da independência, ocupações estrangeiras e ajudas financeiro-humanitárias vinculadas a pacotes de arrocho de serviços públicos e abertura do mercado interno. (JOHNSON, 1920. p. 89).

Não é difícil imaginar o que aconteceu. Os franceses cobrariam caro a perda da colônia. O país não teve tempo de organizar a economia local. Saindo das ruínas da guerra e

pressionados por um eminente retorno dos colonizadores, a população da jovem nação não teve sossego para prosperar. O Haiti sofreu com o isolamento, encontrou dificuldade na comercialização do açúcar, produto de exportação da qual o país ainda dependia para equilibrar a economia devastada pela guerra, quando os meios de produção haviam sido quase todos destruídos. Seitenfus destaca que:

Paris deve reagir, pois o caso haitiano pode servir de exemplo e indicar o caminho para a conquista da dignidade dos povos colonizados. O Ocidente colonialista e racista, inspirado pela posição francesa, define uma estratégia cuja aplicação se estenderá ao longo de dois séculos, alcançando os dias atuais. Ela desenvolve cinco dimensões:

- (1) estabelecer um cordão sanitário impedindo o Haiti de estabelecer e manter contatos internacionais;
- (2) enfraquecer o Estado haitiano, tornando o país ingovernável;
- (3) criar condições culturais e psicológicas no Ocidente fazendo com que tudo que venha do Haiti seja percebido como um mal em si;
- (4) perceber o Haiti como uma sociedade que ameaça os fundamentos das relações internacionais;
- (5) alimentar um pavor temeroso e covarde em relação ao Haiti. (SEITENFUS, 2014, p. 34).

Na política, após a independência, o Haiti era um território liberado. Seu exemplo seria a faísca necessária para incendiar outros povos da região. A experiência vitoriosa serviria de inspiração, de espelho, para as demais lutas de independência no continente latino-americano. Caso, por exemplo, do juramento feito por Francisco Miranda, em 12 de março de 1806, na cidade de Jacmel, capital do departamento Sudeste do Haiti onde foi criada a bandeira da independência da Grand Colômbia. Miranda se comprometia frente à revolução haitiana de ser fiel às lutas de independência no continente. Mais tarde (1816), Bolívar se encontra com os revolucionários haitianos e recebe de Alexandre Petión (então presidente da parte Sul do Haiti) ajuda em armas, soldados, navios e suporte à luta iniciada por Bolívar na liberação da Grand Pátria. Petión fez uma única exigência, caso a independência triunfasse: a escravidão teria de ser abolida. A solidariedade do povo haitiano foi considerada fundamental para a vitória do libertador. Não era de interesse dos países coloniais que o exemplo haitiano fosse propagado. Era preciso isolá-lo, e com esforços das potências da época, foi exatamente o que aconteceu.

Mesmo Simon Bolívar, que havia recebido significativas contribuições dos revolucionários haitianos ao convocar o Congresso do Panamá em 1826, surpreendentemente deixa o Haiti de fora. O Vaticano, em 1860, seria o primeiro a reconhecer o Haiti como independente, depois do acordo assinado com o governo haitiano para desenvolver o cristianismo no país. Oficialmente os EUA reconhece o Haiti em 1862,

sob o comando de Lincoln, durante a Guerra de Secessão, mas, 53 anos depois os mesmos EUA ocupariam o Haiti e o transformariam em sua colônia.

O golpe determinante que levou a economia, de uma vez por todas, à ruína foi em julho de 1825, quando a França ameaçava reconquistar a jovem nação, levando o então presidente Jean Pierre Boyer a assinar a “Dívida da independência”. Analistas creem que, naquele momento, a França não representava uma real ameaça, já que suas frotas marítimas se encontravam bloqueadas pelos ingleses estabelecidos próximos da Ilha. O que levou provavelmente à assinatura seria um acordo entre as classes dominantes haitiana e francesa para explorarem o trabalho dos camponeses haitianos. Para o Haiti, foi, sem dúvida, a castração da economia, enquanto a França forneceria recursos para a modernização econômica e tecnológica, na época atrasada, se comparada com a Inglaterra, sua principal competidora. O acordo previa que o Haiti pagaria 150 milhões de francos de indenização pela perda francesa da ilha. Esse valor equivalia a trinta vezes o orçamento da França naquele período.

Após mais de duas décadas, finalmente, em 1826, firma-se um tratado entre os dois países. Nele, a França exige e obtém uma compensação financeira equivalente a US\$ 21 bilhões atuais. Imaginando que o rigoroso cumprimento será um salvo-conduto para sua Revolução no Concerto das Nações, as autoridades haitianas obrigam-se a buscar empréstimos em bancos franceses para honrar o débito. Abre-se, assim, um ciclo de dependência e de endividamento a comprometer seu desenvolvimento econômico e a hipotecar seu futuro. (SEITENFUS, 2014, p. 35).

A dívida exauriu a economia haitiana que, em alguns momentos, chegou a enviar 70% de sua arrecadação à França e suas consequências se perpetuam até os dias atuais. Louis-Juste observa que:

O rei Charles X, irmão de Louis XVI, decretou, em 17 de abril de 1825, o seguinte:
 Art. 1º. Os portos da parte francesa de Saint Domingue serão abertos para o comércio de todas as nações. Os impostos arrecadados nesses portos, ou seja, sobre os navios, as mercadorias tanto na entrada quanto na saída, serão iguais e uniformes para o francês em cujo favor esses impostos serão reduzidos à metade.
 Art. 2º. Os habitantes atuais da parte francesa de Saint Domingue pagarão na Caixa de Depósito e Consignatório da França em 1º de dezembro de 1825, a soma de cento e cinquenta milhões de francos, destinada para indenizar os antigos colonos que reivindicarem alguma reparação de danos.
 Art. 3º. Nós concedemos, nessas condições, pela presente ordem de pagamento, aos habitantes da parte francesa de Saint Domingue, a independência plena e inteira de seu governo. (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 30-31).

Vejamos que o governo francês se referia ao Haiti como “a parte francesa”, ou seja, ainda não reconhecia a independência conquistada há mais de duas décadas. A assinatura da dívida é, sem dúvida, o início da dependência econômica do Haiti. Louis-Juste destaca ainda

que

[...] três empréstimos foram tomados aos capitalistas franceses em 50 anos: 30 milhões em 1825, 15 milhões em 1874 e 50 milhões em 1875. Esse dinheiro emprestado passou diretamente das Caixas dos banqueiros [...] e Sindicatos dos Recebedores Gerais para a caixa dos Depósitos e Consignatários em Paris. (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 31).

Portanto, é na “Dívida da Independência” que se acentua a origem do desequilíbrio econômico sofrido nos últimos dois séculos, condicionando a produção e hipotecando o futuro do país. “Essa dívida pesa tanto sobre a vida do país que a Lei de Terra de 28 de fevereiro de 1883 condiciona a distribuição de terra para o cultivo de gêneros para a exportação: café, cana, algodão, tabaco, anil etc.” (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 31). Outras questões, como a deflorestação têm suas origens na infame dívida, já que as florestas do país foram concedidas às empresas estrangeiras para explorarem madeiras nobres como carvalho, acaju, cedro etc.

Vale ressaltar os sucessivos esforços feitos pelas potências em distorcer a histórica luta por liberdade do povo haitiano, colocando o país como incapaz de resolver seus problemas, dando a impressão de desordem, pobreza, ignorância, dependência etc. Para Rosa, o racismo e o colonialismo acompanham o Haiti desde sua independência, apontando que

[...] o Haiti talvez represente um caso paradigmático, em que após o fim do jugo colonial, seguiram-se 200 anos em que tanto a herança colonial quanto novas práticas e construtos discriminatórios atuaram de maneiras complexas para (re)produzir uma sociedade fragmentada e desigual. (ROSA, 2006, p. 3).

Acrescenta ainda que:

É necessário refletir a respeito do que a nação haitiana expressa como paradigma do produto colonial. Se o racismo e o colonialismo são os dois grandes males do Haiti, a nação ainda os está regurgitando, após 200 anos, na tentativa de um renascimento político, social e cultural. O veneno destes males fundou a nação, com todos os exageros derivados de um racismo e de um colonialismo conduzidos às últimas consequências, irradiados desde os colonos franceses aos altos escalões do poder napoleônico. (ROSA, 2006, p. 3).

Fanon, ao analisar as consequências do colonialismo, contribui para entender o sentido e as sequelas que a colonização deixa no colonizado. Para ele, a brutalidade, a discrepância, a distância entre os dois mundos (aqueles que produzem a riqueza e aqueles que se beneficiam dela), “fizeram o colonizado alimentar o desejo de ocupar o lugar do colonizador, gozar de todas as vantagens sociais, econômicas e políticas” (FANON, 2011, p.

33). Tais reflexões ajudam a entender, com certa proximidade, o caso haitiano, já que os movimentos pós-coloniais caminharam nesse sentido de “ocupar o lugar do colonizador”, mas não necessariamente em sua completa negação. No Haiti, a revolução (1804), seria o grande marco dessa ruptura entre os dois mundos, porém, resquícios e vícios da sociedade colonial permaneceriam na longa marcha na construção de uma nova sociedade.

As potências econômicas da época tentaram negar os acontecimentos na Colônia de Saint Domingue, porém, o Haiti será sempre lembrado pela luta independentista. A sociedade haitiana, do mais velho ao mais jovem, do mais culto ao analfabeto, conhece sua história, sabe de onde veio, sabe dos revolucionários da independência, das batalhas históricas travadas entre os negros e o exército mais poderoso da época, das táticas de guerrilhas adotadas pelos comandantes do exército revolucionário, das canções cantadas pelos revolucionários, mesmo quando marchavam para a morte. O povo haitiano se reconhece e se identifica com sua história, com autêntica identidade herdada desses tempos de lutas. Esse intenso processo de luta fundante da nação haitiana, assim como seu culto religioso (Vodu) de origem africana, no qual, na reza e na dança se evocam os deuses da liberdade, bem como a criação do idioma (*Kreyol*) pela própria necessidade de comunicação interna – já que até os dias de hoje uma pequena minoria fala o francês –, são traços que desenham a identidade cultural, do que sabemos ser o Haiti atualmente.

Entre os momentos mais marcantes da formação social e cultural haitiana estão a Cerimônia da Bois Caïman, na noite de 14 para 15 de agosto de 1791, seguida da revolta organizada coletivamente na semana seguinte (21 e 22 de agosto de 1791), quando as planícies do Norte (plantações e engenhos) amanheceram em fogo, passando pela criação da bandeira azul e vermelha, em 18 de maio de 1803, na cidade de Akayè, para não fazer nenhuma referência à França, chegando à batalha de Vertye, no dia 18 de novembro de 1803 e, por fim, ao conhecido 1º de janeiro de 1804, quando o Haiti declarou sua independência. É nesse momento histórico da formação haitiana que aparecem os principais traços forjados na luta pela expressão máxima da liberdade coletiva.

Seitenfus conclui que atualmente o que move o povo e a nação haitiana é a sua imensa capacidade de recomeçar.

Muito além da capacidade de recuperar ante os dismantelos dos homens e a fúria da natureza, o que move o povo haitiano é a imensa vontade, uma capacidade de luta, um amor sem limites a vida, sem ilusões e sem renúncias. Da condição

humana os haitianos extraem sua essência que não é outra senão o apego à vida. Em sua plenitude e totalidade. (SEITENFUS, 2014, p. 60).

É fato, porém, que na atualidade a expressão máxima da identidade formadora do povo haitiano, aquela que constituiu o horizonte da Revolução de 1804, seja justamente a que lhe falta. Debateremos mais adiante estas questões, mas, para tanto, seguiremos a marcha histórica que levou a sociedade haitiana ao empobrecimento.

2.5 Golpes, invasões militares e resistência popular

O Haiti é um país que, apesar de conquistar sua independência há mais de 200 anos, tem pouca experiência em democracia. Sua trajetória tem sido marcada por golpes de estado, deposição de governos, invasões militares estrangeiras e conspiração de todo o tipo. Dos 20 presidentes da história do país, somente três conseguiram concluir seus mandatos, os demais foram mortos ou depostos do cargo. Porém, a cadeira da presidência já foi ocupada de maneira provisória 57 vezes. Somente nas duas últimas décadas o país foi atravessado por sete intervenções de “paz” da ONU, a maioria delas militar. Muitas dessas invasões são pouco esclarecidas e, ainda hoje, estão para ser conhecidos seus resultados em benefício da população.

Ceceña define por que isso ocorre, apontando que o imperialismo costuma criar seus próprios inimigos, baseado nas seguintes justificativas:

A construção do inimigo se desliza dos entes institucionais aos específicos, criando um imaginário de guerra. [...] Para esse inimigo, a resposta é o isolamento, a demonização, ou aplicação de uma força desproporcional para destruí-lo, e sobretudo, humilhá-lo. [...] O perigo chega ao grau de que estes pequenos e insignificantes inimigos que aparecem em qualquer rincão ou se rebelam por qualquer coisa, podem por em risco o próprio sistema. Por isso, se busca atacá-los antes que se coloquem em posição de força dissuadindo o que resulta suspeito de converter-se em inimigo. (CECEÑA, 2013, p. 2).

O Haiti está ocupado militarmente há 100 anos. Desde a invasão norte-americana em 1915, chegando à atual, coordenada pelo Brasil. No entanto, nenhuma delas, tampouco os governos, submissos, em sua maioria, às políticas dos Estados Unidos, foram capazes de resolver os problemas de infraestrutura, de estancar a destruição dos recursos naturais, do meio ambiente, a fome, a desnutrição, a pobreza, a educação, o trabalho e a democracia. Há

um vácuo de poder institucional e de lideranças capazes de propor políticas que resolvam os problemas que perpassam diariamente a vida da população. É preciso considerar, entre essas questões, as intensas intervenções estrangeiras em todos os níveis e diferentes áreas, tentativas que, quase por completo, foram fracassadas.

O último movimento revolucionário que atravessou o século XIX foi o Movimento Camponês Acaau, liderado por Jean Jacques Acaau, no Sul do país, remontando a bandeira da livre individualidade em seu manifesto de 1843.

Nesse movimento, destacou-se, entre outros, quatro pontos importantes: A impossibilidade para termos o direito à educação, o abandono de nossos lotes, o desmantelamento do país pelo peso enorme da dívida monstruosa, a ausência de perspectiva. (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 69).

O movimento, derrotado pelas forças do Estado, não alcançou seu objetivo. Depois disso, não temos registros de movimentos que caminhassem na direção da tomada de poder, tendo um programa de mudanças econômicas e sociais para o país. O que se viu, chegando aos dias atuais, é muita resistência, sobretudo, diante das invasões militares. Já na década de 1930, começam a aparecer outros mecanismos tais como os partidos políticos. Na década de 1980, com abertura à democracia surgem os sindicatos e movimentos sociais. Porém, somente na década de 1990, logrou-se a elaboração de uma estratégia que dialogasse e contagiasse a grande massa da população no caminho de mudanças profundas na sociedade haitiana.

A tradição de luta, inaugurada pelos revolucionários da independência é retomada em épocas de crise no país. A primeira do século XX ocorreu diante da invasão militar pelo exército norte-americano, em 1915. Ceceña aponta que os objetivos das investidas incessantes do imperialismo, de forma geral, baseiam-se em dois pontos: “garantir a manutenção do capitalismo e dentro dele a primazia dos Estados Unidos; e garantir a disponibilidade de todas as riquezas do mundo como base material de funcionamento do sistema, assegurando a manutenção de suas hierarquias e poder”. (CECEÑA, 2013, p. 4).

A invasão começou a ser arquitetada quando a França vendeu a dívida da independência a um consórcio de bancos americanos. Esses, preocupados em proteger seu patrimônio, organizaram, no ano de 1914, uma expedição e “assaltaram” o Banco Central do Haiti, levando todas as reservas de ouro para os EUA. Essas permanecem, até hoje, sob o domínio norte-americano. Revoltados, os haitianos protestaram. Em resposta, veio a invasão

militar que duraria 19 anos (1915-1934), na tentativa de manter o controle, assegurando a livre exploração das empresas estadunidenses instaladas no país caribenho. Eis os motivos:

Em 1909, o Citibank adquire a maioria das ações do Banque National d'Haiti (BNH) que se encontrava em mãos francesas e desde 1880 detinha o poder de emitir papel-moeda e de servir de Caixa Tesouro Nacional haitiano. Em 1914, Roger Leslie Farnham, encarregado da região do Caribe no Citibank, pressionou o secretário de Estado William Jennings Bryan para que Washington intervisse militarmente no Haiti a fim de proteger os interesses norte-americanos. No ano seguinte terá início a ocupação militar. (SEITENFUS, 2014, p. 249).

Para entender os interesses que estavam por trás da invasão, faz-se necessário olhar o caminho que tomava a política econômica dos EUA. Louis-Juste destaca que “a ocupação militar de 1915 virá a ser uma guerra contra os demais capitais estrangeiros, consagrando o princípio do presidente estadunidense Monroe: a América para os americanos⁹”. Desde a declaração de Monroe, os americanos haviam se preparado para invadir o México, tomar grande parte de seu território e se apropriar dos recursos naturais. A mesma política serviu para América Central e Caribe, tais como Nicarágua e República Dominicana etc. O mesmo ocorreu com a Emenda Platt de 1901, que concedeu ao governo dos EUA, a Baía de Guantánamo, em Cuba. Essa foi a primeira divisão do mundo contemporâneo. Com o Tratado de Yalta, em 1945 e o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo viveria nova partilha.

A política externa desenvolvida pelos capitalistas estadunidenses, com total incentivo de seu governo, vê na América Latina um vasto mercado consumidor para suas mercadorias do ascendente capitalismo norte-americano.

No Haiti, antes mesmo da invasão militar, observava-se a mesma política dos EUA tentando controlar o país. Centenas de áreas foram tomadas pelas empresas estadunidenses, chegando a controlar 3.250 km² de terras agrícolas. Para ter ideia desse significado, basta saber que o espaço agrícola total do Haiti é de 17.687 km² em um território global de 27.750 km², onde 75% são terras montanhosas. O Vale de L'Artibonite, maior região de terras planas do país, conhecido por sua produção de arroz, foi tomado pela Standard Fruit para a plantação de bananeiras. Outras empresas aproveitam e se instalam no país, tais como afirma Louis-Juste:

O Haytian American Company (para o cultivo de sisal) e a Haytian American Sugar Company (cultura de cana) controlam mais de 30.000 hectares [...]. E a Haytian

⁹ Em 1823, o presidente dos EUA James Monroe, em seu informe anual para o congresso dos Estados Unidos da América, declara às potências europeias da época a intensão dos EUA com respeito à América Latina. O mundo não demoraria muito a entender o que isso significava.

American Development Company controla também 4.056 hectares pela mediação da Haytian Agriculture Corporation. (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 32).

Isso implica a expulsão de milhares de camponeses e, conseqüentemente, a migração dessa massa de trabalhadores rurais para os centros urbanos e principalmente para outros países, “como Cuba e República Dominicana (1920) para trabalhar nas empresas norte-americanas no corte de cana-de-açúcar nesses países” (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 8). Com a migração para a República Dominicana, criaram-se novos fatores intensificando os conflitos com os imigrantes. Alguns políticos, intelectuais e parte da burguesia dominicana espalharam a ideia de uma “invasão pacífica¹⁰” justificando que isso permitiria ao Estado haitiano, em determinado momento, replantar a consigna de que “a ilha é uma só”. Isso alimentaria o ódio e preconceito em parte da população dominicana. Frases como “dominicano não corta cana” refletem a discriminação e a divisão do trabalho entre as nacionalidades. É por estas e outras razões que permanece certo conflito nos dias atuais entre os países. No entanto, quem mais se beneficia dessa migração são as empresas dominicanas que contratam haitianos com salários baixos e condições de trabalho precárias se comparados aos dos dominicanos. Para Fontes, questões como estas estão baseadas em inúmeras contradições, pois:

A suposta homogeneização do mercado é sempre produtora de profundas desigualdades, tais massas humanas disponíveis para o mercado, mesmo quando mantêm em seus territórios nacionais de origens, mesclam-se com população já urbana, competem com ela de maneira mais ou menos indistinguível dos demais, e deveram defrontar com a instauração de novas barreiras físicas, sociais e culturais. [...] Erguem-se ‘novas’ barreiras sociais, que reatualizam antigas discriminações e inventam novas formas de opressões – étnicas, linguísticas, sexuais, culturais, bairristas, geográficas, religiosas etc. (FONTES, 2013, p. 52).

Esses trabalhadores estão expostos à violência da expropriação de sua força de trabalho, dos seus empregadores – formais ou informais –, mas também da sociedade, de seus concorrentes, da polícia, das milícias etc.

As investidas do setor agrícola empresarial dos EUA não são apenas para manter o controle político. A política já estava orientada desde o governo central. Buscava-se lucro, pois o clima do Caribe é propício à produção de certos alimentos, bem como a proximidade geográfica, diminuindo os custos no transporte da produção.

¹⁰ Haiti já ocupou duas vezes a República Dominicana. A primeira sob o comando de Jean Pierre Boyer, em fevereiro de 1822, duraria 16 anos. A segunda em 1849 sob o comando de Faustin Soloque.

A invasão não foi aceita pelos haitianos. Liderados, numa luta nacional, pelos tenentes Charlemagne Péralte (morto na luta em 1918) e por Benoit Batrville (também caído em combate, em 1920), o Haiti reivindicava a tradição da luta herdada dos revolucionários, invocando as massas, sobretudo a camponesa, a aderir uma vez mais à luta armada pela expulsão dos invasores.

Os estadunidenses expulsos do país em 1934 deixariam seus discípulos. Esses não tardariam organizar o golpe militar que duraria 29 anos (1957-1986). Após a ascensão de François Duvalier (Papa Doc), em 1957, reivindicando a participação da população negra no poder, dá-se início a mais um capítulo terrível na história haitiana. Com a morte do pai, em 1972, a ditadura continuou com o filho Jean Claude Duvalier (o Baby Doc). A ditadura destruiu todas as forças de oposição, armou a milícia dos “Tontons Macoutes¹¹”, perde-se o número de assassinatos, prisões, maus-tratos e exilados nesse período; toda a oposição foi perseguida e praticamente aniquilada. Baby Doc permaneceu no poder até ser deposto pelas massivas mobilizações, em 1986, as quais denunciavam a falta de liberdade, a corrupção que reinava no governo e a miséria instalada no país. Ao fugir, abandonando o governo, levou consigo fortunas de dólares para o exílio no exterior.

Nesse contexto, abrem-se espaço às organizações não governamentais (ONGs), partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais avançarem na participação política do país. Nessa abertura, as ONGs se apressam e começam a desenvolver suas políticas que viriam a cumprir um papel de mediadoras das potências econômicas nos interesses comerciais. Sinal de que um novo período se abria.

Com discurso convincente e promessas de resolver as mazelas da população, sobretudo, a camponesa, entrava em cena na história recente da política haitiana o padre da teologia da libertação, Jean Bertrand Aristide¹². Em 1990, é levado ao poder através do voto popular. Pela primeira vez na história do país, ocorria uma eleição democrática, com participação massiva da população. Aristide obteve uma esmagadora vitória, conquistando

¹¹ Milícia, com poder absoluto sobre as comunidades camponesas, criado por François Duvalier para controlar todo o tipo de mobilização popular.

¹² Ex-sacerdote da Teologia da Libertação, eleito presidente pela primeira vez em 1990. Deposto por um golpe militar em 1991, retornou em 1994 para concluir seu mandato. Em 2000, foi eleito presidente pela segunda vez. Em 2004, no momento em que preparava a comemoração dos 200 anos da revolução haitiana, foi deposto mais uma vez da presidência, posteriormente enviado ao exílio na África do Sul, onde permaneceu até 2011, quando o Congresso Nacional autorizou seu retorno ao Haiti. Figura controversa, até agora nada menos que 58 livros foram publicados sobre sua vida.

70% do eleitorado. Isso foi fruto da vontade coletiva, do trabalho de base, da formação de militantes oriundos da teologia da libertação que coordenavam centenas de grupos de base e centros de formação pelo interior do país, permitindo uma tomada de consciência coletiva, buscando construir outro modelo de sociedade a partir das próprias lutas que levaram à queda da ditadura.

Antes mesmo de Aristide assumir o governo, houve uma tentativa de golpe, encabeçada pelos militares apoiadores do antigo regime. O povo não permitiu e recolocou o presidente eleito no governo.

Aristide trouxe esperança à população. Iniciou necessárias mudanças, mas não durou muito tempo, pois em 1991 veio o golpe. Ex-militares, descontentes com as políticas do governo, iniciaram um processo de desestabilização, o que levaria à queda de Aristides e a uma nova ditadura, até 1994. Em seguida, os EUA intervieram militarmente no país. Acontecia aí mais uma invasão norte-americana no pequeno país caribenho. Seitenfus destaca que a ONU segue exatamente as orientações dos EUA.

Malgrado seu caráter multifacetário, todas as Missões foram abrigadas sob o guarda-chuva do Capítulo VII da Carta da ONU. Assim, em 2 de agosto de 1994 o CSNU adota a Resolução 940 prevendo a criação de um contingente militar multinacional para intervir no Haiti. Pela primeira vez em sua história as Nações Unidas lançaram mão do Capítulo VII de sua Carta para tratar de um assunto de natureza constitucional e, portanto, estritamente doméstico. A partir do momento em que o CSNU considera que as crises políticas internas haitianas representam uma ameaça à paz e à segurança internacional, ele se transforma em refém suplementar da maneira como se pratica a política no Haiti. (SEITENFUS, 2014. p. 79).

Aristide foi levado ao exílio nos EUA, permanecendo até 1994. Bill Clinton, então presidente dos EUA organizou seu retorno, recolocando-o no governo, disponibilizando um contingente de 15 mil militares, desde que levasse junto e desenvolvesse a cartilha do neoliberalismo. A população espantou-se com as novas políticas de Aristide. Um tanto desconfiada seguiu apostando no “Fanmi Lavalas¹³” partido do presidente, elegendo René Preval para seu sucessor.

Aristide vai outra vez às eleições em 2000 e novamente é eleito no primeiro turno com 2.632.534 votos, alcançando 91,81% dos votos válidos. O conjunto dos demais candidatos alcançou míseros 239.038 do eleitorado. As turbulências políticas voltariam. A oposição logo se deu conta de que pelo voto popular não chegaria ao poder. Os EUA armam os ex-militares

¹³No idioma local: avalanche, enxurrada.

dissolvidos do antigo exército em 1995, pelo próprio Aristide, que se organizam na fronteira na República Dominicana. Esses iniciariam a desestabilização política, assassinando lideranças partidárias do governo, colocando fogo em instituições estatais e criando pânico na população. Uma vez mais Aristide é impedido de concluir seu mandato. Foi golpeado em 2004, quando preparava a comemoração dos 200 anos de independência. O motivo: o governo realizou estudo constatando a ilegitimidade da dívida da independência, ameaçando cobrar, nos tribunais internacionais, os atuais 21 bilhões de dólares que a França e os bancos norte-americanos teriam que devolver ao Haiti. A França logo puniria Aristide pela audácia em ousar falar da dívida. Não demorou para os marines estadunidenses, franceses e canadenses, em mais uma noite terrível na história haitiana, entrarem em sua residência na noite de 28 de fevereiro de 2004, levarem o presidente para a Jamaica e, posteriormente, ao exílio na África do Sul. Em julho do mesmo ano, a ONU assumiu a responsabilidade pela ocupação e, desde então, está no Haiti a Missões das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah, sigla em inglês). A coordenação ficou com o Exército brasileiro que completou, em julho de 2015, onze anos de intervenção militar. A Minustah, muitas vezes, é chamada pelos haitianos de turista e o *bon bagay*¹⁴, algumas vezes divulgado por aqui, mas, na verdade, é ironizada pela população de *volè kabrit*¹⁵.

Recentemente, os haitianos passaram a chamar a Minustah de “cólera”, referente ao surto de cólera que atingiu o país, 9 meses depois do terremoto. O primeiro caso foi registrado em 18 de outubro de 2010.

Estudo realizado pelo epidemiologista francês Renauld Piarroux, encomendado pelo Ministério da Saúde Haitiano e pelo governo francês, constata que a cólera foi disseminada pela base militar do Nepal instalada na cidade de Mirebalais, Departamento Central. Os resíduos fecais dos militares foram jogados no Rio Meye, afluente do Rio L’Artibonite. Até 2015 a cólera já matou 8.850 pessoas, infectando 746 mil (57% dos casos do mundo) do mesmo ano. Em dezembro de 2010, a epidemia era tão forte que a cada 38 segundos uma pessoa era atingida pelo vírus; em janeiro de 2011, esse número subiria para uma nova infecção a cada 18 segundos. Seitenfus destaca que “o estudo aponta ainda que 3/4 dos infectados não apresentam nenhum sinal da doença, o que chegaria a 3,2 milhões de pessoas, cerca de 30% da população” (SEITENFUS, 2014, p. 310).

¹⁴ Coisa boa, boa gente.

¹⁵ Ladrão de cabritos. Se referindo ao roubo de cabritos pelo exército de Sri Lanka. No meio popular não há tolerância. O roubo é motivo de repressões graves, podendo levar ao linchamento do ladrão.

A ONU, jamais reconheceu sua responsabilidade, tampouco indenizou as vítimas ou familiares. De todos os recursos utilizados no combate à cólera, somente 25% veio da ONU. De acordo com Seitenfus, em fevereiro de 2013, o secretário geral declara que “a ONU não indenizará as vítimas, pois a mesma tem imunidade no artigo sobre convenções e privilégios de 13 de fevereiro de 1946, quando integra operações de paz” (SEITENFUS, 2014, p. 309). Para o mesmo autor, as Nações Unidas “em suas ações e omissões, estão descomprometidas [...] com os princípios que embasam a ética internacional [...] o garantidor do mais elevado compromisso dos direitos humanos fundamentais de alcance internacional é o único sujeito desobrigado de cumpri-lo” (SEITENFUS, 2014, p. 309).

O saldo da ocupação é vergonhoso. O Haiti continua sendo o país mais pobre das Américas: 70% de desemprego e salário médio de 3,5 dólares/dia. Por estas e outras razões que a “pesquisa realizada pela *NewLink Miami* e publicada em 12 de junho de 2013 pelo Jornal *Le Nouvelliste* aponta que na comunidade haitiana apenas 10,9% da população confia ou respeita a Minustah” (*LE NOUVELLISTE* apud SEITENFUS, 2014, p. 453). Não por acaso, os haitianos veem nos brancos a causa maior de seus problemas. O orçamento anual da Minustah para manter 5 mil soldados e algumas centenas de agentes da ONU é de US\$ 800 milhões/ano, enquanto o orçamento do governo haitiano é de apenas 200 milhões a mais, para uma população de 10,4 milhões de pessoas.

A crise haitiana nada tem de natural. Ela é resultado das políticas imperialistas aplicadas ao largo das décadas. No entanto, o Haiti é pautado pelas instituições internacionais e meios de comunicação de massa do mundo todo, somente em momentos de crises políticas e tragédias naturais, sempre associando-as à ideia de incapacidade de resolver seus próprios problemas. E sempre na tentativa de justificar as intervenções estrangeiras, tanto políticas como econômicas ou militares.

As invasões militares são parte da estratégia para manter o domínio político e econômico. A miséria que assola a população, em particular a camponesa, não se explica simplesmente pelas catástrofes naturais ou turbulências políticas; é preciso considerar, entre outras coisas, as políticas internacionais aplicadas em larga escala no decorrer das décadas anteriores e, junto a isso, as alianças da raquítica e dependente burguesia haitiana com setores e empresas estrangeiras para manter o controle sobre a massa camponesa. Fatos que precisamos analisar para compreender os motivos da agricultura haitiana ter mergulhado em profundas e intermináveis crises. Mais à frente analisaremos os interesses das corporações

internacionais que atuam na agricultura haitiana. Os camponeses, esquecidos pelas estruturas estatais e distintos governos buscam na cultura a força e energia para seguir acreditando nas transformações do setor.

2.6 Cultura: mecanismos da resistência camponesa

Há muitas definições de cultura no mundo. Para Grondin, (1985, p. 8) “há mais de 500 definições”. E, tratando-se de cultura camponesa, esta pode ser entendida como:

O termo cultura provém da palavra de origem latino *colere*, que significa ‘cultivar, criar, tem em conta, cuidar’ (CHAUÍ, 1997, p. 178) e expressa uma ação assignada pelo cuidado. Tomada em conta no abstrato, para aludir seu significado mais geral. Cultura é toda a criação humana resultante das relações entre os seres humanos e deles com a natureza que conduz e estabelece modos de vida. Se trata da criação e recriação que emergem as relações nas que os seres humanos, ao transformar o mundo se transformam a si mesmos. Essas transformações se dão na ordem material quando a criação e recriação como ato humano tomam materiais da natureza e lhes dão forma que não possuíam até então. (TARDIM, in: CALDART et al., 2013, p. 178).

Portanto, no caso camponês pode ser entendida como cuidar, cultivar, produzir na terra e reproduzir a vida. De forma resumida, é tudo o que a humanidade produz e constrói para viver. Assim, cultura pode ser entendida como o conjunto de formas e comportamentos desenvolvido e praticado por uma sociedade, um grupo social ou familiar. As produções de determinados utensílios para o trabalho, alimentação, linguagem, bem como valores, regras e acordos comuns nos grupos sociais formam a particularidade de determinada cultura. Essas formas de comportamentos são expressões das relações humanas e dos grupos sociais com a natureza, ou seja, (a produção da existência) ou entre membros da própria comunidade (socialmente), assim como valores e crenças com o sobrenatural (religião, mitos etc.).

A cultura em Saint Domingue forjada pelos escravos africanos e colonizadores franceses se constituiu a partir da economia da *plantation*. A nova sociedade construída pela revolução, herdaria (sobretudo, parte da nova burguesia) os costumes, hábitos e valores coloniais. As elites, buscando identificar-se antes com a França e mais tarde com os EUA, historicamente, manifestou desprezo pela cultura nacional em especial a camponesa. Desde então, o desenvolvimento de uma burguesia nacional dependente, o alinhamento dessa com os

setores imperialistas que viriam a intervir na política, na economia e na ideologia do país, bem como o desenvolvimento das forças produtivas formariam as particularidades culturais haitianas.

Em grande medida, os projetos de cooperação internacional não conseguem atingir as metas propostas dada a falta de conhecimento da cultura e o modo de vida haitiano. Na quase totalidade, a Comunidade Internacional, sobretudo as ONGs, tem pouco domínio dos hábitos e valores nacionais. Os projetos em desenvolvimento tentam ocidentalizar o haitiano como ocorreu nos demais países, tais como Brasil ou a vizinha República Dominicana, por exemplo. A ocidentalização é sempre um processo lento e violento, forçando o colonizado à missigenização, religião, idioma, valores etc. No caso haitiano, por sua história, pela revolução e pelo isolamento, o projeto dos colonizadores franceses em ocidentalizar os haitianos não foi concluído. O Haiti tem seu idioma (*kreyol*) o que dificulta ao estrangeiro comunicar-se, sobretudo com os camponeses, pratica sua religião (vodu) e continua sendo o país mais negro do continente, com porcentagem próxima a países africanos.

Em minha estadia (janeiro de 2009 a setembro de 2011) tive contato com muitos estrangeiros que, por inúmeras razões, estavam ou passavam por lá. Um certo dia, acompanhava uma delegação brasileira, um jornalista fez a seguinte observação: “faltou ao Haiti miscigenar-se” e concluiu, “não seria ruim ao país ter outros hábitos”. Apesar de ser um militante de organização popular, esse companheiro expressou exatamente o que o estrangeiro pensa do Haiti: ocidentalizar-lhe. Para o estrangeiro, o haitiano deve ter outro modo de vida com gostos e valores do Ocidente. Eis a dificuldade (para não dizer preconceito), em entender o mundo haitiano, motivo pelo qual a imensa maioria dos projetos desenvolvidos no Haiti fracassaram, já que uma premissa básica de quem trabalha em outro país é conhecer sua história, sua cultura e seu idioma.

É, portanto, um país com uma cultura particular, nem totalmente africana, como pensam alguns antropólogos, nem totalmente latino-americana, por estar localizado geograficamente neste continente. O contato do haitiano com o mundo branco em primeira instância é de rejeição. A partir da revolução, a relação com o *blan* (branco) historicamente tem sido conflituosa, manifestando-se de duas formas: pela militarização ou pelo dinheiro (cooptação). No senso comum, o imediato é a rejeição, mas também querem beneficiar-se da presença do branco, podendo ser nas pequenas coisas do dia a dia, como elevar o preço de

uma mercadoria, mas principalmente nos projetos de desenvolvimento, dada a forma como a comunidade internacional gerencia a aplicação dos recursos, com ausência de transparência.

Foram inúmeras as vezes em que, andando na rua, nos *tap-tap*¹⁶, nos ônibus, nas feiras, os haitianos se dirigiam a mim com indagações, me chamando de *blan*, numa clara demonstração de que eu não fazia parte do mundo deles. Era chamado de *blan*, de Minustah, de estadunidense e até de alemão, nunca de brasileiro (o que significa que a presença civil brasileira por lá é bem menor que a outras nacionalidades). Como conhecia o idioma local (o que já é parte da vida haitiana) e pela paixão que eles têm pelo futebol brasileiro, dialogava com certa rapidez. Um outro exemplo da rejeição e desconfiança ao estrangeiro ocorreu numa reunião de trabalho, quando nossos companheiros¹⁷ se apresentavam. A surpresa tomou conta dada a observação de um senhor, membro do movimento local, de onde ocorria a reunião. Após o fim da apresentação, o senhor observou: “são brancos!”. O dirigente do movimento tentou explicar de onde eram os brasileiros e qual o trabalho desenvolvido na comunidade. Foi em vão. No final da explicação do dirigente, ele novamente pediu a palavra e reafirmou: “mas são brancos!” Numa clara demonstração de falta de confiança em estrangeiros.

O provérbio *tout moun se moun*¹⁸ não deve ser descartado, já que rege o princípio da igualdade e fraternidade entre os membros da sociedade haitiana. O *nèg* (nego) não é uma palavra pejorativa. Ao contrário, significa que faz parte da comunidade, cultiva os valores comuns da vida haitiana. Pode haver (mesmo que raros) brancos *nèg* e também o contrário, pois há haitianos negros que são considerados *blan*, dada sua identificação cultural com o Ocidente. Isso, se dá pela condição de existência de cada um na sociedade. Existe uma tensão entre essas duas categorias, uma relação de distanciamento, de rejeição, de não pertencer ao seu mundo. Na política, isso se manifesta com frequência. É também uma clara manifestação tanto na adesão, como na rejeição, dos projetos em desenvolvimento no Haiti.

Para Rosa, “a construção da Nação, não acompanhou o processo de formação do Estado, ele mesmo gestado de forma fragmentada” (ROSA, 2010, p. 9). Os camponeses, ao defrontarem-se com a ausência estatal, resolvem seus problemas com seus próprios esforços esperando que a sorte fique de seu lado. Ao longo dos tempos, foram desenvolvendo mecanismos de resistência, principalmente, na cultura e na religiosidade. O mundo camponês

¹⁶ Caminhonetes de transporte coletivo.

¹⁷ Gilmar Contaratto, MST/SP e Jéferson Macena MAB/CE. O fato ocorreu no município de Plesance, Departamento Nord, junho de 2010.

¹⁸ Toda pessoa é uma pessoa.

é um mundo à parte. A verdadeira raiz cultural repousa sobre ele, com seus valores e contradições.

No preparo do solo, plantio, colheita, armazenamento e comercialização, cada etapa desse ciclo apresenta suas particularidades. Uma das práticas utilizadas no preparo do solo é o *konbit*¹⁹. Essa prática coletiva se dá pela solidariedade entre os camponeses, considerando que, nessa fase, o trabalho é duro, pois, no caso dos pequenos camponeses, sobretudo os das montanhas, é realizado braçalmente. No período da ditadura militar, o *konbit* era realizado como forma de reunir os camponeses e dialogar sobre as questões políticas que acontecia, já que os *tontons macoutes* controlavam todo o tipo de movimento realizado nas comunidades.

Haiti é um país bilíngue. Há o idioma francês, imposto pelos colonizadores, e o *kreyol* haitiano, criado pelos trabalhadores escravos no período da escravidão, forma encontrada para se comunicarem entre si. Mais de 90% da população utiliza o *kreyol* diariamente, mesmo assim, somente na Constituição de 1989, ele se tornou oficial. Na tentativa de isolar a maioria da população, a burguesia historicamente demonstrou preconceito com o *kreyol*, majoritariamente falado pelos camponeses. Ainda hoje a oficialidade permanece em francês. Somente em 1990 é que o então presidente eleito, Aristide, fez o primeiro discurso oficial em *kreyol*, proporcionando a comunicação direta e o entendimento da comunidade camponesa.

Na mesma Constituição (1989), se reconheceria, pela primeira vez, o direito de voto das mulheres, assim como o vodu que passou a ser oficializado como religião. Prática religiosa trazida pelos escravos da África, também era praticada desde a colonização, mas, pelo preconceito, não eram permitidos os seus cerimoniais publicamente. O vodu tem seus sacerdotes. Os pais de santo são o *hougan* e o *bokò*, a mulher, mãe de santa é chamada de *mambô*. Para o vodu, o *hougan* é como um dom, já nasce com ele, enquanto que em *bokò* e *mambô* qualquer pessoa pode se transformar, desde que desenvolva certos conhecimentos e habilidades. Os sacerdotes têm grande poder local, sobretudo, com os praticantes da religião. Possuem certos conhecimentos da natureza, e na ausência do Estado, assumem inclusive as curas quando os camponeses não alcançam atendimento médico. A população se divide na aceitação do vodu. Muitos pensam que ele é uma religião da discórdia, do mal, não concordando com as práticas religiosas. Outros a praticam e possuem confiança nos sacerdotes.

¹⁹ Mutirão. O proprietário do terreno contrata um grupo de pessoas ou troca de dias de serviço para realizar a preparação do solo.

Para Castor “enquanto os sacerdotes católicos e protestantes vêm do estrangeiro, o *hougan* é parte de sua terra, seu mundo, sua mística” (CASTOR, 1983, p. 15). Por isso, a insistência de cooptação por parte dos governos.

Todos os governos trataram de cooptar o *hougan* para integrá-lo ao aparelho de dominação [...]. O *duvalierismo* introduziu certas variantes nas relações do Estado com a hierarquia vodu, já que agora elas são públicas, perdendo seu caráter pressupostamente clandestino. (CASTOR, 1983, p. 15).

Quase tudo no Haiti possui o oficial e o não oficial. O vodu, por séculos, foi religião não oficializada, no entanto, praticada por grande parte da população. A Igreja Católica estava presente desde a época da escravidão. Se manteve oficialmente na revolução e transformou-se em ainda mais hegemônica com o acordo entre o Vaticano e o governo haitiano em 1860. Por suposto, sempre esteve dentro do Estado, combatendo as práticas do vodu e do protestantismo. Nas últimas décadas, foi a vez das seitas evangélicas introduzirem-se como religiões, frequentadas por grande parte da população. Estas, tentam assumir protagonismo na política haitiana. Já colocou um candidato em terceiro lugar nas eleições de 2006. Nas últimas eleições presidenciais (2015), oito dos 56 candidatos eram evangélicos, enquanto a religião católica e o vodu não apresentaram pretendentes ao cargo.

Outra herança do período colonial é o preconceito da cor da pele. Os brancos, cerca de 5% da população, em 1805, foram expulsos por completo da ilha e, por várias gerações, não foram aceitos, permanecendo os mulatos e os negros com 95% da população. Os conflitos e as desconfianças políticas perpetuaram-se no país caribenho. Logo após o assassinato de Dessalines (1806), o país foi dividido em dois: o Norte (negro) governado por Henry Cristhoph e o Sul (mulato) governado por Alexandre Petión. As questões raciais permaneceriam no seio da população haitiana. Um exemplo claro é a Cidade de Petión (Petión Ville), local mais rico de Porto Príncipe, habitado em grande maioria pelos mulatos, enquanto os pobres estão nos locais baixos, amontoados, e a cada chuva ficam com todo o lixo que desce do alto da cidade. Accau, ainda no século XIX, tentaria solucionar esse problema da cor de pele em sua célebre frase: “um mutato pobre é negro, e um negro rico é mulato” concluindo que o problema central não é a cor da pele, mas, sim, em que classe cada um está. O conflito tem origem no período colonial que estratificou a sociedade. Os brancos proporcionavam aos mestiços condição diferenciada, isso seria motivo de negociações ainda na luta independista, já que existiam exércitos coordenados pelos negros e outros pelos mulatos.

Para Castor, citando Jean-Jacques Honorat,

A imposição religiosa, a imposição racista e a imposição linguística foram as três armas utilizadas pelos escravistas contra o negro, as quais serão mantidas e utilizadas posteriormente. Para a elite, a religião, a cor e a linguagem converteram-se em três instrumentos de exploração econômica. (HONORAT, 1974, p. 202, apud CASTOR, p. 17).

A instituição de melhor organização é o núcleo familiar. A solidariedade entre membros da mesma família é impressionante. Compreendendo família como pais, irmãos, tios, padrinhos, avós, vizinhos, amigos etc. É nos momentos de crise que aparece o mais alto grau de solidariedade entre eles. Quem está na diáspora costuma enviar recursos econômicos aos seus familiares. No terremoto de 2010, por exemplo, foi esta forma organizativa que superou a pior tragédia natural da história haitiana. Naquele momento, meio milhão de pessoas abandonaram a capital rumo às casas de algum familiar ou amigo no interior do país, encontrando abrigo, alimentação, solidariedade.

As casas camponesas estão organizadas de acordo com o número de pessoas que cada família possui. Os sacerdotes, na realização das cerimônias cultivam o *lakou*²⁰, local de convívio social, onde os familiares, vizinhos e pessoas próximas costumam reunir-se para conversar, trocar presentes e gentilezas. É nesse espaço que o convívio social ganha contornos de intimidade. Para frequentar um *lakou* é necessário ser alguém de confiança dos donos da casa. As cerimônias normalmente possuem espaço destinado especialmente a elas, sempre próximas do *lakou*.

Ainda, entre as práticas culturais aparece o *Rara*²¹, carnaval campesino fora de época. As bandas musicais, durante o mês de outubro de todos os anos, saem às ruas tocando, cantando e dançando, fazendo arrecadações de dinheiro que serão destinadas a compra de comidas e bebidas para os participantes da festa final, realizada no dia 2 de novembro, com o encontro de todos os grupos do município. Vence o carnaval quem mais arrecadou naquele ano. Por mais dura que pareça a vida, os camponeses e camponasas jamais perderam o sorriso, a alegria e a esperança de viver. Dançar e cantar é parte fundamental da mística para o trabalho diário.

²⁰ Terreiro. Também pode ser entendido como pátio.

²¹ Carnaval campesino.

Na arte, aparecem centenas de artistas, pintores, muralistas que costumam embelezar os muros com seus quadros. Andando pelas ruas das cidades é possível identificar o trabalho exposto aos visitantes, retratando o cotidiano da vida haitiana.

Fechando esse ciclo cultural, particularmente haitiano, se destacam os *maches*²². Eventos massivos, coordenados pelas mulheres (*madanm sara*²³). São elas que acordam de madrugada, descem as montanhas carregando as cestas de produtos na cabeça para comercializar e, com a venda, comprar novos produtos que lhes fazem falta. É a feira que movimenta a economia local e regional. O haitino não tem o hábito de guardar dinheiro, que circula diariamente, sendo as feiras o principal local de circulação da moeda nacional (*gourd*). As feiras, mais além da cultura são uma necessidade, pois a falta de estruturas, tal como eletricidade, não permite o armazenamento de alimentos. Assim, as famílias têm por hábito vender e comprar diariamente (nos *maches*) suas necessidades.

Os camponeses, com ou sem a presença do Estado, já acostumados à ausência deste, desenvolvem suas formas de organização social. A cultura e a arte são partes da vida deles, seja no preparo da terra, no plantio, na colheita e nas feiras livres realizadas todas as semanas e dessa forma, a vida no meio rural vai se reproduzindo. Linguagem, religiosidade, relação com a natureza e entre comunidades são parte dessa existência. O abandono e a repressão por sucessivos governos levaram a massa camponesa a organizar sua própria forma de vida e a relação com a natureza, agregando um fator relevante na vida dessas populações: a teimosia e a resitência em seguir existindo.

Toda a sociedade tem seu grau de organicidade e desenvolvimento. Portanto, o desafio da comunidade internacional está no que rege o conhecimento do modo de vida e organizativo haitiano. Não é possível desenvolver projetos planejados e executados por pessoas que desconhecem o mundo haitiano e as particularidades dos camponeses. O Haiti não está para iniciantes, para jovens fazerem experiência de vida. Necessita tempo e conhecimento para entender o funcionamento da sociedade. A ocidentalização bem como os projetos do Ocidente nunca funcionaram, por isso, a mudança no tratamento com os haitianos é necessária para, assim, quem sabe, ter êxito a relação e os projetos de desenvolvimento com o campesinato haitiano.

²² Feiras livres que acontecem em todas as partes do país. Normalmente duas vezes por semana, sendo uma feira nas comunidades e outra na sede dos municípios.

²³ Vendedoras, comerciantes. São conhecidas pela habilidade em fazer comercio. São elas que mantêm a conexão entre quem produz e quem consome.

3 A COMUNIDADE INTERNACIONAL OPERANDO NO HAITI

Como hipótese inicial, dialogaremos com as relações entre os camponeses haitianos e a Comunidade Internacional que atua no Haiti, tais como as instituições do Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comercio (OMC) e as Organizações Não Governamentais (ONGs). A análise partirá da relação histórica das políticas econômicas aplicadas por essas instituições na superação dos limites existentes ou que aprofundam ainda mais a dependência dos camponeses haitianos a essas políticas internacionais.

Tentaremos entender as ajudas alimentares enviadas ao Haiti. Qual a função que elas exercem? Quem se beneficia das ajudas? Quem lucra com as mesmas? Ajudam na superação dos problemas na produção nacional e, com isso, no desenvolvimento da soberania alimentar, ou caminham na direção contrária elevando o grau de dependência alimentar do país? Para isso, faremos um breve histórico de como essas políticas foram se configurando. Analisaremos a partir da metade do século XX, quando se intensificam as ajudas de forma geral e, em específico, as alimentares, por parte das agências de cooperação internacional.

Para tanto, precisamos entender o avanço do imperialismo, seus mecanismos de dominação e suas variantes de acordo com cada tempo histórico e realidades distintas. Na definição de Lenin:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral, mas o capitalismo só se transformou em imperialismo quando chegou a um determinado grau, muito elevado, de seu desenvolvimento, quando algumas características fundamentais do capitalismo começam a transformar-se na sua antítese, quando ganham corpo e se manifestam em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. (LENIN, 2005, p. 89).

Tais investidas se dão nas diversas áreas e de diferentes maneiras. Em geral, buscando explorar novas riquezas, tais como águas, florestas, terras, minérios etc. Fontes, citando Marx, aponta que este não formulou diretamente o conceito de imperialismo, porém, menciona que “a necessidade de mercados sempre crescente para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em

todos os lugares” (MARX, 1998, p. 11, apud FONTES, 2010, p. 22). Para isso, utiliza-se de diversos mecanismos com os quais nos propomos a dialogar, olhando para a realidade haitiana.

3.1 O desenvolvimento dos projetos coordenados pela Comunidade Internacional

A Comunidade Internacional transformou o Haiti em uma espécie de “laboratório” permanente na aplicação de suas políticas. Andando nas ruas da capital Porto Príncipe, ou mesmo nos remotos rincões do país, onde aparentemente só os camponeses conseguem chegar, veremos que há alguma instituição internacional desenvolvendo algum tipo de trabalho comunitário, nas áreas econômica produtiva, animação/educação, religiosa etc.

Com a globalização do capital, as questões políticas, econômicas e sociais passam a ser orientadas pelas potências econômicas, especialmente, as europeias e a estadunidense. As instituições criadas por estas potências servem como mecanismos de implementação das políticas econômicas aplicadas no Haiti. Para melhor entender a função dessas instituições desde o nascimento e o seu desenvolvimento, recorremos a Pereira, que esclarece:

O Grupo Banco Mundial (GBM) é constituído por sete organizações com diferentes mandatos, gravitação política, estruturas administrativas e instâncias de decisão [...]. A expressão ‘Banco Mundial’ designa apenas o Bird e a AID²⁴ [...]. O Bird é a organização mais antiga e mais importante do Grupo Banco Mundial. Produto das articulações que promoveram a conferência de Bretton Woods, nasceu em 1944 junto ao FMI. O nexo entre ambas as organizações é de tal ordem que, desde o início, a condição para um país se tornar membro do Bird é vincular-se ao FMI. Sediado em Washington, começou a operar em 1946 com menos de 400 funcionários. Em 1993 tinha cerca de oito mil e, em meados de 2008 cerca de dez mil empregados, dos quais dois terços trabalhavam na sede. O restante estava disperso em quase 120 escritórios espalhados pelo mundo. (PEREIRA, 2010, p. 39).

Para Pereira, muito mais do que um banco, o GBM “enfeixa um complexo de entidades e uma gigantesca base de ação econômica, social, intelectual e ideológica”. E conclui que:

O fundamento de sua estrutura organizativa e de suas funções segue inalterado, tal como estabelece o acordo da fundação. Sua função básica, ali definida, é promover empréstimos e garantias financeiras aos países-membros elegíveis para tal, bem

²⁴ Associação Internacional de Desenvolvimento.

como serviços não financeiros de análise e assessoramento técnico. (PEREIRA, 2010, p. 40).

Ainda em 1941, os EUA já haviam arquitetado a nova política econômica que viria com o fim da Guerra. Tratava-se de pontos fundamentais “que garantissem, ao mesmo tempo, o livre comércio para os produtos norte-americanos, a abertura do mercado estrangeiro ao capital estadunidense e o acesso irrestrito a matérias-primas necessárias àquela que se tornaria a maior potência econômica e militar do planeta”. (GEORGE; SABELLI apud PEREIRA, 2010, p. 97).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1944) havia devastado a Europa e, a partir de então, vai se consolidando a hegemonia dos EUA no bloco dos países capitalistas que visa impulsionar a exportação do capital industrializado e, junto, seu modo de vida a todas as partes do mundo. Tendo as relações a seu favor, no dia 24 de julho de 1944 é convocada a conferência internacional de Bretton Woods, ocasião em que se criam as instituições: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird, conhecido atualmente como Banco Mundial), Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt) – hoje, Organização Mundial do Comércio (OMC) – e a Organização das Nações Unidas (ONU). Nessa conferência estabeleceu-se o novo conceito de desenvolvimento, que seria aplicado com veemência em todas as partes do mundo.

A palavra-chave que ditaria as políticas na maior parte do mundo passou a ser desenvolvimento. É com esse conceito que grandes corporações intensificam seu deslocamento aos chamados países subdesenvolvidos. A ideia central visa incentivar o consumo de massa. Louis-Juste ironiza a explicação do economista Ragnan Nurke, um dos elaboradores da tese, que tenta explicar a pobreza no Terceiro Mundo dizendo que “um país é pobre, porque é pobre” (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 133). E acrescenta que, para esses economistas, a pobreza poderia ser assim explicada:

A falta de capital e tecnologia seriam a causa do subdesenvolvimento; a absorção de capital e o consumo de tecnologia destacar-se-iam enquanto pré-requisitos para o desenvolvimento. Esse modelo ignora três categorias de fato: 1) o processo de construção e produção das sociedades chamadas subdesenvolvidas, negando a história da acumulação capitalista durante a colonização; 2) a conservação dos mecanismos de exploração dos antigos países colonizados no sistema econômico mundial, esquecendo das regras de trocas desiguais; 3) a existência dos países subdesenvolvidos como uma parte inserida na totalidade do sistema mundial neocolonial. (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 133).

O Haiti sentia, há mais de um século, o peso da dívida da independência pago à França, porém, na nova ordem mundial que se configurava sob a hegemonia e comando dos EUA, iniciava-se uma nova intervenção econômica, que havia começado há duas décadas anteriores, com a criação do BM, como demonstram as afirmações seguintes:

A onipresença dos EUA nos negócios econômicos e financeiros no Haiti não é de hoje. Vem desde o contexto quando o Haiti assinou em 1919, em plena ocupação militar americana, um acordo que permitiu tomar emprestado 40 milhões de dólares. [...]. A partir dessa época, tem ocorrido uma sucessão de empréstimos para pagar os EUA: os empréstimos de 1922 (23 milhões de dólares) de J.G. White do Eximbank, precursor do Banco Mundial, (5 milhões de dólares) em 1938, e 5,5 milhões em 1941 de SHADA financiado pelo Eximbank em julho de 1941. Nessa época, os serviços da dívida absorvidos anualmente eram de 25 a 30% dos recursos totais do país, [...] levando ao aumento da tarifa média de importação de 21% em 1921/1922 a quase 51% em 1938/1939.²⁵ (DORA, 2013 apud LAHENS, 2014, p. 59).

Para Louis-Juste, “essa política de ajuda ao desenvolvimento acompanha a abertura da Guerra Fria (1947) e torna-se, até hoje, o principal mecanismo no princípio da relação internacional pela ‘paz’”.

Historicamente, a maior parte das importações e ajudas alimentares que o Haiti recebe vem dos EUA. A relação de “cooperação” na área alimentícia começou em 1954, após a passagem do ciclone Hazel. De acordo com estudo da ONG belga, Helvetas, foi nesse mesmo período que se implantou a primeira ONG no Haiti. Mesmo após a crise ter passado, os EUA seguiram enviando alimentos, investindo milhões de dólares em corporações “humanitárias” a cada ano. “As ajudas visivelmente se intensificaram nas décadas 1950 e 1960, época na qual o governo estadunidense firmou acordo com o governo haitiano por um montante global de 40 milhões de dólares, em que mais de 50% foram destinados exclusivamente ao governo de Duvalier”. (PÉAN, 2014 apud LAHEN, 2014, p. 60).

Para o ano fiscal de 1961, a ajuda financeira americana é de 14,9 milhões de dólares, dos quais 11,4 milhões são doações, 2,5 milhões em assistência técnica, 1,14 milhão em ajudas alimentares e 250 milhões em empréstimo. Por outro lado, a ajuda aportada no decorrer da década de 1960-1970 foi bastante controversa devido às múltiplas violações dos direitos humanos cometidas pelo regime de François Duvalier [...]. Os empréstimos do governo haitiano da época sobre os créditos *stand-by* do FMI tornam-se sistemáticas a partir de 1963, atingindo 11 bilhões de dólares em 1968. Em 1979, o FMI consentiu um empréstimo de 236 milhões de dólares para o governo haitiano a fim de irrigar as terras agrícolas do Vale de L’Artibonite, região produtora de arroz²⁶. (PÉAN, 2014 apud LAHEN, 2014, p. 60).

Os sucessivos empréstimos, ao longo da segunda metade do século XX, levaram à dependência do Haiti em relação ao BM e FMI. No marco da Guerra Fria, os EUA passam a

²⁵Tradução do autor.

²⁶Tradução do autor.

controlar o maior número possível de países ao redor do mundo, induzem a “aparentes vantajosos” empréstimos, criando dependência nas débeis economias às suas políticas. Tendo o controle econômico em suas decisões, induzem quando lhe é conveniente a ajustes econômicos e estruturais nas frágeis economias desses países. No caso haitiano, os EUA, sem nenhum constrangimento, financiaram os governos ditadores dos Duvalier, período em que todas as manifestações políticas estavam suprimidas, centenas de lideranças políticas estavam desaparecidas, outras tantas assassinadas e exiladas, em função das perseguições políticas da ditadura.

O FMI se utiliza do Haiti para testar novos modos de financiamento a serem implantados especificamente a um conjunto de países mais pobres. Nos anos do governo de Jean Claude Duvalier, a APD²⁷ para o Haiti é formada para ‘facilitar os ajustes estruturais’ (FAS) do FMI, do crédito de restabelecimento econômico do BM e o crédito do governo dos EUA²⁸. (LAHENS, 2014, p. 61).

É nesse contexto que a Comunidade Internacional se estabelece definitivamente no Haiti. Em 1966, eram apenas 13 empresas, número que passaria a 154 em 1981. As verdadeiras intenções podem ser sentidas claramente, em 1982, quando o então presidente estadunidense Ronald Reagan apresentou à Organização dos Estados Americanos (OEA), a Iniciativa da Bacia Caribenha (CBI, sigla em inglês), não deixando nenhuma dúvida sobre os interesses em questão: “A CBI apoiava-se em três pilares: 1- ajuda bilateral; 2- taxa preferencial a favor das atividades de negócios dos estadunidenses no Caribe; 3- acordos comerciais de concessão”. (SEGUY, 2014, p. 40).

O plano foi delineado visando transformar o Haiti numa vasta zona de produção industrial, dadas as condições de baixos salários, pois, em 1991 era de 1,4 dólar/dia, e continuaria em declínio, chegando, em 2004, a 0,70 dólar por 8 horas de trabalho, mostrando as vantagens para as empresas se instalarem no Haiti, podendo assim competir com a produção asiática. Para tanto, teria de criar as condições necessárias de migração da massa camponesa às zonas industriais nos centros urbanos. O resultado é o desemprego de milhares de camponeses que passam a trabalhar no mercado informal, formando um verdadeiro exército de reserva para as empresas capitalistas que se instalariam no país. Um fato curioso, mas que representa a mundialização e exploração do trabalho (devido aos baixos salários), é que o Haiti passa a ser o maior fabricante de bolas de beisebol do mundo, porém, tal modalidade esportiva jamais foi praticada no país.

²⁷Ajuda Pública para o Desenvolvimento.

²⁸Tradução do autor.

As políticas de ajustes estruturais vêm se configurando, desde o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, sob pressão do Plano de Reforma Estatal orientado pelo Banco Mundial (BM) e FMI. No início da década de 1990, auge do desenvolvimento do neoliberalismo, as estratégias do plano de ajuste estrutural são sentidas no Haiti. De acordo com Louis-Juste, os gastos públicos caem consideravelmente nesse período. “A educação que recebia 15,2% em 1972 passa a receber 4,3% em 1983. Os gastos com saúde pública, entre 1999 e 2002, oscilam entre 6% e 8% respectivamente, porém, o pagamento da dívida alcança 22% do PIB” (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 31). Segundo Lahens, “entre 1990 e 1993 um novo empréstimo de 276,9 milhões de dólares americanos é concedido ao Haiti, desses 38,3% são destinados a ajudas alimentares” (LAHENS, 2014, p. 84), leia-se, para importação de alimentos vindos de países industrializados.

Tudo pensado, planejado e executado com muita capacidade pelas centenas de agências internacionais instaladas no Haiti. As ajudas alimentares sempre exerceram uma função: diminuir o número de camponeses, transformando-os em operários fabris, com mão de obra barata.

Esse resultado nada tem de natural. Foi planejado pelo imperialismo estadunidense. A arma alimentar conseguiu atingir o seu alvo: a destruição da população camponesa: desde 1983, os EUA têm outorgado cerca de 218 milhões de dólares americanos ao Haiti em ajuda alimentícia e assistência técnica. (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 34).

Próximo aos olhos do vizinho EUA, o Haiti é presa fácil, é onde as políticas são testadas e posteriormente aplicadas em outras partes do mundo. Na década de 1990, o Banco Mundial mobiliza sua estratégia na consolidação do projeto neoliberal. Pereira destaca que, para a América Latina e Caribe, esse projeto está sistematizado em três grandes ações estratégicas.

A primeira era a ‘reforma do Estado’, entendida, resumidamente, como a combinação de dez medidas [...]. A segunda ação estratégica era o ‘combate à pobreza’. Contra a noção de direitos universais de cidadania, as propostas do Bird consistiam na criação de programas e projetos de alívio da pobreza, preferencialmente onde as tensões sociais pudessem de algum modo fugir ao controle político-repressivo do Estado. [...]. A terceira ação estratégica consistia em avançar na liberação dos mercados de trabalho, terra e crédito. (PEREIRA, 2010, p. 15-16).

É nesse período, que se acentuam no Haiti a aproximação do BM com as Organizações Não Governamentais (ONGs), passando a estimular o avanço de centenas de projetos localizados no setor agrícola. Esse número vai crescendo à medida que cresce a intervenção

estrangeira.

Para Louis-Juste,

O surgimento das ONGs redesenha as formas de lidar com as relações sociais em sua globalidade. Funciona quase como substituta das cruzadas pela ‘civilização’: tão somente suaviza o saque dos recursos naturais do Sul, bem como a exploração de sua capacidade de trabalho, [...] dificultando, portanto, qualquer política de emancipação humana. (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 86).

Na década de 1980, dada a crise política estabelecida no Haiti, onde as organizações populares ganham força nas mobilizações, reivindicando a democratização e exigindo a renúncia do ditador Jean Claude Duvalier, desta vez, incapaz de controlar o levante das massas haitianas que levariam à sua queda. Nesse contexto, intensifica-se o número de ONGs no Haiti. É nos momentos de crise (1954, 1986 e 1991) que se consolida a presença da Comunidade Internacional, agora também representada pelas ONGs, cada vez mais presentes no país.

Louis-Juste, observa que:

Já em 1988, [...] apontaram a existência de 104 ONGs oficiais, citando o Ministério do Planejamento e Coordenação Externa (MPCE). A Plataforma criada pela Agência Internacional para o Desenvolvimento (Usaid), a Haitian American Voluntary Agencies (Hava) articulou as atividades de 86 dentre elas. Se esta estimou em 200-300 ONGs em atividades no país entre 1983 e 1984 os autores citados²⁹ contabilizam cerca de 260. (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 9).

É nesse contexto que Jean Bertrand Aristide, em 1990, chegou ao governo pelo voto popular, fruto das mobilizações da sociedade haitiana no anseio por mudanças profundas na política e economia do país. Porém, em seguida (1992) foi golpeado exilando-se nos EUA. Retorna ao Haiti em 1994 para terminar o mandato, trazendo junto todas as orientações do governo norte-americano para desenvolver o neoliberalismo. O restabelecimento do presidente Aristide em suas funções em 1994, destaca Lahens:

[...] permite ao IFI³⁰ impor as condições ao Haiti a fim de desbloquear a APD. Outra vez mais, as ajudas estão associadas às condições econômicas onde as autoridades haitianas devem simplesmente aceitar o valioso serviço prestado pela comunidade internacional que deu origem ao Golpe de Estado. (LAHENS, 2014, p. 84).

Em 25 de julho de 2006, em plena ocupação militar, desta vez coordenada pela ONU,

²⁹ Ver estudos de: MATHURIN, Aliette; ZAUGG, Bernard; MATHURIN, Ernst. *Implantation et Impact des Organisations non-gouvernementales: Contexte general et étude de cas (Haiti)*. Suisse, Editeurs CIDIHCA et SHSE, 1989.

³⁰ Instituições Financeiras Internacionais.

acontece a conhecida Conferência de Petion Ville, sempre com as presenças do BM e FMI e representantes do governo Préval, recentemente eleito, em abril de 2006. Na ocasião, foram oferecidos empréstimos de 759 milhões de dólares americanos para um período de 14 meses (julho de 2006 a setembro de 2007). Desse total, 230 milhões provinham dos EUA e 400 milhões da União Europeia. Dada a onipresença norte-americana no plano da APD, esse empréstimo foi condição para a governabilidade do então presidente recém-eleito, deixando clara a participação do FMI e BM auxiliando nas políticas do governo, canalizando-as a seu favor e a seus interesses sobre as políticas econômicas, não tendo o Haiti muito a fazer, dada a dependência do presidente em garantir a governabilidade com uma ocupação militar em seu país. Curiosamente, nesse mesmo período, inicia-se a intensificação das ajudas alimentares, o controle dos sucessivos governos, bem como as principais vias de entrada e saída de alimentos.

A tabela 1, a seguir, aponta o significado das ajudas alimentares e o impacto na agricultura haitiana, de 1995 a 2008.

Tabela 1 — Ajudas alimentares enviadas ao Haiti

Ano	Produção nacional (milhões de US\$)	Ajudas alimentares recebidas (milhões de US\$)
1995	20	20
1996	22	24,2
1997	38,7	28
1998	30	40
1999	28,4	45
2000	18	58
2001	15,3	57
2002	30	60
2003	28	59,6
2004	50,1	58,9
2005	41,2	46
2006	45	54
2007	25,3	80
2008	16	90

Fonte: Tabela organizada pelo autor, com base nos dados da Organisation for Economic Co-operation and Development (Organização dos Economistas de Cooperação e Desenvolvimento).

Como os valores analisados são em dólares, percebemos que a produção nacional não tem estabilidade, ela varia de acordo com o preço e a oscilação do dólar. Mesmo quando a produção nacional aumenta, caso das safras 2004 para 2006, por exemplo, também é crescente o dispêndio da CI no envio de alimentos ao país. Nota-se, que, de 1995 até 2002, as ajudas alimentares estão numa escalada crescente. Entre 2003 e 2005, existe uma queda, porém, na balança comercial, o total de dólares externos ainda é superior aos da produção nacional. Novamente em 2006, volta a crescente entrada de dólares dada a importação de alimentos. A partir de 2008, a entrada de dólares é superior à da produção nacional, ou seja, a produção nacional perde completamente a capacidade de competir com os produtos importados, deixando de ser a principal referência para a economia do país. O auge é justamente em 2008 quando a crise imobiliária se desencadeia nos EUA. Como sempre, os países mais vulneráveis são os primeiros a sentirem as consequências das crises internacionais. Se analisarmos as ajudas enviadas para os haitianos no caos do terremoto de 12 de janeiro de 2010, observamos para onde e para quem servem.

Os EUA destinaram US\$ 379 milhões para o envio de 5 mil militares ao Haiti, mesmo já estando lá a Minustah – tropas da ONU –, impondo nova ocupação ao país, que presenciava perda humana irreparável de 316 mil pessoas. De cada dólar enviado nesse período, apenas 0,42 chegou a ser investido nas ajudas em saúde, alimentação e abrigo aos atingidos. Simultaneamente, foram desembolsados US\$ 1,6 bilhão pelos EUA em função das emergências daquele momento. Desses, US\$ 665 milhões foram destinados ao Departamento de Defesa e seus militares envolvidos na operação, com o objetivo de não permitir a fuga em massa dos haitianos; a Usaid administrou US\$ 350 milhões e o Departamento de Segurança ficou com US\$ 150 milhões, com a mesma justificativa, de manter a “ordem” interna e controlar a migração da população em decorrência do momento de desespero coletivo. De acordo com Lahens, “os recursos enviados ao Haiti em circunstância do terremoto foram fatiados em: 34% aos militares, 28% a instituições da ONU e ONGs, 26% à sociedade privada e outras ONGs, 5% à Cruz Vermelha, 1% ao governo haitiano e 0,4% às ONGs nacionais” (LAHENS, 2014, p. 97). Fato importante, como se tratava de reconstruir o país, era ter colocado a população haitiana como beneficiária dos milhares de dólares supostamente destinados para esse fim, mas, pelo que tudo indica, quem mais precisava foi esquecido.

São patentes os fracassos para estabilizar ou ‘normalizar’ o Haiti nos últimos 25 anos. Não menos de 30 bilhões de dólares foram gastos supostamente para resolver as recorrentes crises. Milhares de anônimos especialistas em cooperação para desenvolvimento foram ao Haiti para acompanhar e orientar os múltiplos projetos,

nas mais diversas áreas, que simplesmente esfumaram-se sem deixar vestígios palpáveis. A partir deste descalabro, o Haiti passou a ser alcunhado como ‘cemitério de projetos’. (SEITENFUS, 2014, p. 63).

Dessa forma, a população haitiana pode perguntar: para que e a quem servem os milhões de dólares enviados todo ano ao Haiti? Quem se beneficia com a pobreza e o caos por vezes propagandeado? Por que a insistência de manter tantos militares no país? Essas e outras perguntas deveriam ser explicadas por renomados representantes da Comunidade Internacional, mas não são.

O coordenador do BM no Haiti tenta justificar os milhões de dólares investidos, bem como a falta de resultados efetivos na vida da população. Como sempre, a responsabilidade não é deles, de acordo com suas próprias palavras: “a ineficiência da ajuda ao desenvolvimento é devido ao mau funcionamento das instituições haitianas, a ausência da governabilidade, a corrupção etc.” (GERARD, 2013 apud LAHENS, 2014, p. 94). No entanto, em todos os documentos que tratam desse tema e que foram aqui estudados, foi constatada a presença permanente de tais instituições internacionais auxiliando as políticas de desenvolvimento no Haiti. Estranha muito o coordenador do BM não assumir que essas políticas sempre foram orientadas por eles e outros parceiros próximos, tais como o FMI e Usaid.

O terremoto moveu o mundo em direção ao Haiti. Representantes de Estados e de transnacionais, assim como ONGs apressaram-se a ajudar o país naquele momento de desespero das famílias atingidas pelo sismo. Dirigentes haitianos receberam com euforia as promessas de 11 bilhões de dólares da Comunidade Internacional. As doações deveriam ser depositadas num período de 5 anos para “reconstruir” o país. Somente se esqueceram de avisar aos haitianos que não seriam eles que coordenariam esses recursos. Mais uma demonstração da arrogância, desrespeito e autossuficiência das agências internacionais.

A falta de confiança dos doadores no governo local, e com olhos brilhando ao montante de dólares que supostamente chegaria ao Haiti era necessário precaver-se dos males da corrupção e da incapacidade administrativa das instituições estatais. É criada, portanto, em abril de 2010, a Comissão Provisória para a Reconstrução do Haiti (CIRH). Esta é composta por 30 membros divididos em partes iguais entre haitianos e estrangeiros. Para Seitenfus, os indicados da CI são representantes de Estados ou grupos de Estados que se comprometessem com doações de “no mínimo US\$ 250 milhões, organizações internacionais voltadas para o

desenvolvimento (BM, Bird, FMI) e organismos regionais (OEA, Caricom), além, por evidente, da presença marcante do sistema das Nações Unidas” (SEITENFUS, 2014, p. 246). Apesar da maioria da população ser campesina, nenhum representante do setor foi convidado a fazer parte e debater a reconstrução, numa clara evidência de que os camponeses não representam e não são representados nas discussões que dizem respeito aos rumos do país.

A coordenação ficou com o ex-presidente dos EUA, Bill Clinton³¹, na copresidência esteve o primeiro ministro haitiano Jean-Max Bellerive e a secretaria foi destinada a Gabriel Verret, ex-funcionário da Usaid. O Brasil é o único país sul-americano a integrar a CRIH, pois havia prometido 340 milhões de dólares à reconstrução.

Seitenfus afirma que, cada vez mais, o Estado haitiano foi sendo descartado na tarefa de administrar os recursos oriundos das doações, devido às seguintes questões:

- A ajuda externa ao Haiti triplicou entre 2009 e 2010, passando de 1,12 para 3,17 bilhões de dólares.
- A ajuda bilateral e multilateral que havia alcançado 130% da receita bruta interna em 2009 pulou para 400% em 2010.
- Do montante de 200 milhões de dólares liberados pela Usaid para reconstrução até abril de 2010, somente 2,5% haviam sido direcionados para empresas haitianas.
- Do financiamento da ajuda de urgência 99% não chegaram às instituições públicas haitianas. (SEITENFUS, 2014, p. 268).

E prossegue:

Embora a frustração fosse grande, o que efetivamente chocava era o fato que o Estado haitiano era sistematicamente descartado. Tal processo de transferência de recursos financeiros foi marcado por uma evidente substituição do público pelo privado e dos nacionais pelos internacionais. (SEITENFUS, 2014, p. 269).

Seitenfus observa que o próprio secretário geral da ONU, Ban Ki-Moon, ao apresentar relatório no Conselho de Segurança da ONU, em outubro de 2012, salientou que “fica reconhecido que dos supostamente US\$ 5,78 bilhões oferecidos no período de 2010-2012 pelos doadores bilaterais e multilaterais, pouco menos de 10% (US\$ 556 milhões) foram entregues ao governo haitiano.” (SEITENFUS, 2014, p. 269). Os recursos, em sua grande maioria, foram utilizados para cobrir gastos da própria máquina de intervenção no

³¹ A relação da família Clinton com o Haiti vem de longa data. Tudo inicia em outubro de 1975 quando Hillary Diane Rodhan e William Jefferson Clinton se casaram. Após a lua de mel em Acapulco, no México, o casal recebe o convite de David Edwards, amigo do casal e executivo do National City Bank of New York (Citibank) para viajar ao Haiti. O interesse de Edwards era exclusivamente financeiro, comprometer os Clinton para promover os interesses do Citibank no Haiti. O jovem casal ficou “apaixonado” pela ilha que, naquele período, já ocupava o posto de país mais pobre do continente. “O próprio Bill Clinton declarou que ‘o país se tornou uma obsessão familiar’ e que teriam uma ‘responsabilidade especial’ com os haitianos” (SEITENFUS, 2014, p. 250).

Haiti.

Nem mesmo Clinton conseguiu manter a unidade em torno das intenções dos doadores e a CRIH foi extinta em outubro de 2011. A CI perdeu a oportunidade de retratar-se com os haitianos e ajudar na árdua tarefa de reconstruir o país. Mas não foi capaz. Assim, a tão sonhada e propagandeada reconstrução continua como tarefa pendente às gerações futuras.

3.2 A Internacional Comunitária³² operando no Haiti

Para compreender o que está por trás dessa cortina, faz-se necessário entender a relação existente entre o Haiti e as instituições financiadoras nos grandes projetos desenvolvidos no país. Recorremos à criticidade de Louis Juste para compreender a orientação política econômica, bem como sua manifestação através da Internacional Comunitária. Para o autor, se configura da seguinte forma:

A Internacional Comunitária forma o conjunto das organizações e instituições nacionais e internacionais que aplicam a política do capital globalizado sob a forma de especulação financeira. Abrange tanto as instituições da ONU quanto as ONGs locais e estrangeiras que militam contra a associação voluntária dos trabalhadores, das minorias, das mulheres, dos indígenas etc. Isto é, as organizações pequeno-burguesas formadas por universitários e as demais categorias socioprofissionais, as quais, na sua grande maioria, moram em Porto Príncipe mas intervêm nos meios rurais e/ou suburbanos – longe da sua própria realidade. [...] Instituições do sistema das Nações Unidas como o Fundo Monetário Internacional, o

³² O conceito de “Internacional Comunitária” é de Jean Anil Louis Juste, formalizado em sua tese de doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2007, com o título: *Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade. Crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no desenvolvimento de comunidade no Haiti*. O conceito foi criado a respeito da formação social haitiana para designar as instituições tanto nacionais quanto internacionais e seu complexo ideológico-político chamado de “Comunidade Internacional”. Jean Anil Louis-Juste (1954-2010) foi assassinado por causa da sua militância política poucas horas antes do terremoto de 12 de janeiro de 2010. Professor, teórico, militante da classe trabalhadora, trabalhava na Universidade de Ciências Humanas do Haiti, coordenava uma publicação mensal, sempre crítico ao Estado e à Comunidade Internacional, especialmente às ONGs que atuam no país. No ano de 2009, a Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram o aumento do salário mínimo haitiano de 1,25 dólares para 3,5 dólares diários. No silêncio do Governo do então presidente René Preval em não sancionar a lei, inicia-se um período de manifestações na capital Porto Príncipe. Por sua convicção política e vínculo com a classe trabalhadora Louis Juste apoia as manifestações, especialmente dos estudantes da Universidade das Ciências Humanas. Dada a pressão das manifestações ele passa a ser ameaçado de morte. Seus colegas pedem sua proteção, mas ele, sem medo, dizia que se lhe matassem, a terra iria tremer. No dia 12 de janeiro ocorria uma manifestação dos estudantes no centro da capital ao qual ele se dirigia. Foi abordado por duas pessoas em uma motocicleta que dispararam dois tiros em seu peito. Levado imediatamente para o hospital, não resistiu. Quando o médico deu a notícia de sua morte, a terra tremeu, e nesse exato momento inicia-se o conhecido terremoto que ceifou a vida de aproximadamente 316 mil haitianos.

Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio aplicam essa política ditatorial ao impor o novo padrão do capital ‘globalizado [...]’. *A Comunidade Internacional é, portanto, uma falsificação mais ou menos velada da Internacional Comunitária, para melhor legitimar a dominação exercida pelo capital sob o pretexto de desenvolvimento.* (LOUIS-JUSTE, 2003 apud SEGUY, 2014, p. 26; grifo do autor).

Existe uma complexidade na participação da Internacional Comunitária no Haiti. As megaorganizações implicadas nesse processo são instituições ligadas ao sistema da ONU, ao BM, FMI, OMC, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Junto a essas instituições de cooperação aparecem as agências de cooperação “bilateral” que substituem velhos ministérios de colônia³³. São as Agências de Desenvolvimento Internacional para os Estados Unidos (Usaid), da França (FAC)³⁴, do Canadá (ACDI)³⁵, da Alemanha (GTZ)³⁶ etc. Alinhado a tudo isso está um conjunto de ONGs locais que foram transformadas em braço de apoio na aplicação dos distintos projetos nas comunidades. As instituições locais, são financiadas pelos organismos da CI, ou pelas ONGats³⁷. Todos esses organismos, buscam apoiadores locais para desenvolver seus projetos. As ONGs locais, bem como os executores nacionais estão formados basicamente por três grupos: 1) por haitianos que vivem ou já viveram na diáspora, falam francês, inglês e/ou espanhol, facilitando a comunicação com os financiadores já que esses não costumam falar o idioma local; 2) por universitários oriundos da pequena burguesia nacional, pois estes mantêm proximidades ideológicas com os apoiadores; 3) por ex-militantes sociais, que na busca por trabalho, abandonam sua militância local, são deslocados aos escritórios em Porto Príncipe, passando a ser coordenados pelos agentes internacionais financiadores. Estes, por serem ligados aos movimentos sociais, têm facilidade de comunicação com os receptores dos projetos nas comunidades.

A pergunta que nos cabe é: por que esse interesse tão grande e, por vezes, até “forçado”, de determinadas ajudas? O escritor haitiano Mario Dupuis (1989), aponta que a “APD é um método pela qual os EUA mantêm uma posição de influência e controle sobre o mundo inteiro e, se não fosse essa estratégia, inúmeros países definitivamente cairiam ou passariam ao bloco comunista”. Para Celso Furtado, escrevendo sobre o

³³ Louis-Juste se refere a França que possuía seu próprio ministério para cuidar exclusivamente da Argélia.

³⁴ France Agency Cooperation (Agencia de Cooperação Francesa).

³⁵ Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional.

³⁶ Deutsche Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit.

³⁷ Organização Não Governamental de Alcance Transnacional. Termo usado por Ricardo Seitenfus, com o qual concordamos (SEITENFUS, 2014).

“subdesenvolvimento e a estagnação na América Latina”, as políticas externas do imperialismo estão orientadas de acordo com seus interesses.

Não se deve perder de vista que a política dos Estados Unidos é conservar integrada a esfera de influência e que o desenvolvimento desse ou aquele país deve ser considerado um meio para alcançar esse fim. Como regra, o tipo mais efetivo de ajuda será a ajuda que proporcione o máximo de satisfação aos grupos da elite que estão empenhados em conservar o país fora do comunismo e do controle soviético. (FURTADO, 1968, p. 37).

Louis-Juste (2008, p. 75) aponta que os próprios representantes do Império, sem nenhum constrangimento, confessam que a APD é a forma de combate a certos governos que não estão totalmente de acordo com as orientações políticas vindas de Washington, quando se refere às construtoras dos EUA que prestam serviços em outras partes do globo terrestre, afirmando que:

Na realidade, a maior parte do dinheiro nunca sai dos Estados Unidos, apenas é transferido do caixa do Banco de Washington para construtoras [...]. Apesar do fato do dinheiro voltar quase imediatamente às empresas [...] o país devedor é obrigado a pagar a totalidade dessa dívida. (PERKINS, 2006 apud LOUIS-JUSTE, 2008, p. 75).

Essa mesma orientação serve às políticas de ajudas alimentares, apenas com mudança para o setor agrícola.

Os países da América Latina e Caribe que estão sob a zona de influência geográfica, política e econômica dos Estados Unidos, estão sujeitos a dois caminhos. O primeiro é o que está no horizonte dos próprios EUA, e que há décadas vem elaborando sua estratégia de ação. Furtado esclarece que:

A AID vem tentando formular com respeito aos principais países receptores de ajuda uma denominada Estratégia de assistência a longo prazo, a qual detalha os interesses dos Estados Unidos no país em questão nos setores econômico, político e de segurança, as condições em que tais objetivos podem ser alcançados. (FURTADO, 1968, p. 42).

No segundo caso, Marini chamaria as ajudas estadunidenses de “cooperação antagônica”, apontando a existência de contradições nas ajudas destinadas aos países subdesenvolvidos, que por sua vez, poderá transformar-se, não apenas em forma de submissão às potências econômicas, mas também em negação, como fator de ruptura, elevando o nível de compreensão da classe trabalhadora quando esta assimilar as contradições existentes. Descrevendo que quando a contradição entre “a burguesia dos países subdesenvolvidos e o imperialismo é conduzida, assim, a um ponto crítico que já não lhe permite existir em sua

ambiguidade, impõe um dilema entre a cooperação, tendendo à integração e ao antagonismo, marchando rumo à ruptura”. (MARINI, 2013, p. 114).

Temendo esse segundo caso, é que as políticas da Internacional Comunitária aproximam-se das ONGs, criando parcerias na cooperação entre ambas, aplicando o projeto neoliberal nas comunidades haitianas.

As ONGs passam a se instalar com maior ênfase nos momentos de crise. Dadas as pressões dos trabalhadores haitianos, exigindo a liberdade de expressão política, é que, em 13 de dezembro de 1982, é baixado um decreto regulamentando o funcionamento das ONGs (*LE MONITEUR*, n. 90, 27/12/1982). Ameaçado, o governo ditatorial nivela todo o tipo de organização social: associações, missões estrangeiras, sociedade civil, congregações, entre outras, em Organizações Não Governamentais. Não tardaria para a ajuda internacional, através das ONGs, aproximar-se da população rural, tratando de orientar as políticas à população camponesa, “hoje em dia são mais de uma para cada 20 mil habitantes” denuncia Louis-Juste (2008, p. 39).

Essa relação se fortalece na gestão do BM, de James Wolfensohn, indicação feita pelo então presidente dos EUA, Bill Clinton, em 1995. Wolfensohn chegava com a responsabilidade de ampliar a política externa dos EUA dando prioridade à liberação econômica no Leste Europeu e Rússia, além de não descuidar dos conflitos existentes na época, sobretudo, no Oriente Médio. Com o discurso de “abrir” o Banco para instituições parceiras é que BM e ONGs estreitam diálogo.

A movimentação de Wolfensohn foi extremamente bem-sucedida. [...] Não por acaso, enquanto a reunião anual das instituições de Bretton Woods enfrentou protestos massivos em 1994, a do ano seguinte foi marcada por uma conferência pública na qual algumas ONGs internacionais anunciaram sua disposição em dialogar com Wolfensohn [...]. Habilmente, o Banco passou a classificar as ONGs como ‘razoáveis’ e ‘não razoáveis’ conforme seu grau de cooperação. (PEREIRA, 2010, p. 335).

Pereira destaca, ainda, que essa relação se dava graças ao poder que dispõe o Banco de persuadir e cooptar e que, nesse caso, a aproximação:

Não teria sido possível se a relação entre o Banco Mundial e o universo das ONGs já não tivesse inserida e estruturada num campo de cooperação e conflito muito mais amplo, que envolve Estados, academias, fundações privadas, agências bilaterais de ajuda internacional e instituições multilaterais. (PEREIRA, 2010, p. 335).

Nesse momento, o Banco Mundial já havia descoberto o método de trabalhar com as Organizações Não Governamentais, usufruindo dessa “parceria” na implementação do projeto neoliberal que se desenvolvia a todo o vapor em todas as partes do mundo, quando os países se inclinavam, cada vez mais, a essas políticas, especialmente os países de economia fragilizada, caindo na dependência do apoio da cooperação internacional.

É dentro desse quadro que o Estado haitiano, pressionado pelas pressões sociais que exigiam mudanças profundas na sociedade, tenta buscar apoio, abrindo totalmente o país ao capital internacional, quando, “abandona a gestão dessas políticas sociais, privatiza as empresas estatais, liberaliza os movimentos do capital e passa a ser parceiro de ONGs nas suas políticas focalizadas de assistência social” (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 76). Para o mesmo autor, o elemento-chave da Internacional Comunitária chama-se ONG. E é nessa articulação da Internacional Comunitária e ONGs que se estabelece uma relação de complementariedade, traduzida em termos de divisão de trabalho: “a primeira define as áreas de intervenção prioritárias em conformidade com os interesses do capital; as segundas processam carências a partir desse direcionamento” (LOUIS-JUSTE, 2008, p. 76). Chegando a ponto de desacreditar o Estado, dentre outras orientações, as ONGs eram encarregadas de promover políticas de direitos humanos.

Portanto, as ONGs, nesse quadro um tanto obscuro em torno de seus interesses, surgem e ganham força no contexto da modernização tecnológica e da globalização do capital, apoiando as privatizações dos serviços públicos e o sucateamento das instituições estatais. No Haiti, o surgimento das ONGs, bem como o peso das definições da política econômica haitiana redesenham as relações sociais e econômicas, as de produção e a submissão, por parte do Estado, à orientação desses organismos.

O estrago organizacional que os projetos comunitários trariam às organizações populares merece destaque. No decênio de 1980, tínhamos o surgimento de centenas de líderes comunitários, ativistas das igrejas, militantes políticos, surgimento de movimentos camponeses; no entanto, com a abertura desenfreada às ONGs, centenas de projetos localizados passariam a controlar o movimento de transformação social, cooptando as lideranças políticas em trabalhos comunitários. O mesmo movimento que exigira a queda da ditadura, orientando os rumos da “nova política” na década de 1990, viu-se engolido pela “ajuda internacional de desenvolvimento” coordenado pela Internacional Comunitária.

É preciso considerar a dependência do Estado haitiano frente a essas instituições. Seitenfus destaca que o Haiti sobrevive em profunda e crônica dependência externa. Carente de um sistema coerente e eficaz, o debilitado “Estado haitiano consegue amearhar tão somente 10% do que necessita para funcionar minimamente. Nota-se que 80% deste montante vem de impostos alfandegários” (SEITENFUS, 2014, p. 81). Há ONGs que têm forte poder de decisão nos rumos das políticas haitianas, já que grande parte do orçamento administrado pelo governo vem da ajuda internacional.

Ao mesmo tempo, existe uma dupla dependência, ou seja, as ONGs que recebem recursos dos EUA têm pouca autonomia, estão sobre o controle político e econômico do Governo estadunidense; basta olharmos de onde vem o financiamento. No contexto do desenvolvimento do neoliberalismo no Haiti, as ONGs se responsabilizavam por manter as lideranças populares vinculadas aos projetos sociais por elas desenvolvidas. Porém, fica claro de onde partem os financiamentos e a qual tanto elas servem. A Organização Internacional Contra a Pobreza (Care), por exemplo, em 1994 recebeu 60% de seu orçamento utilizado no Haiti, do governo dos EUA; a Catholic Relief Services (CRS), 76%; e a Adventist Aide Pour Developement (Adra), 81% no mesmo período.

O Estado haitiano, quando deposita seus projetos de desenvolvimento nas ONGs, passa a ser duplamente dependente, ou seja, depende de alguém que depende de outro mais forte e eficaz. As ONGs, nada mais são que a representação do imperialismo, atuando em projetos humanitários, aproveitando a debilidade estatal, entupindo o Haiti de ajudas, criando um vácuo administrativo, induzindo a dependência dos camponeses para posteriormente comercializar as mercadorias oriundas de seus países de origem.

As estratégias de “desenvolvimento de comunidade” são definidas longe do território haitiano. A propaganda é uma arma quase letal, tanto interna para persuadir os distintos governos nacional e local, bem como a população, quanto externa, para justificar diante de doadores que, na maioria dos casos, acreditam fazer bem ao povo haitiano. Assim, a internacionalização das necessidades do povo haitiano é mais que um argumento, na verdade, é uma tática de mercado visando uma população de 10,4 milhões de habitantes que diariamente consome produtos originários de países industrializados. Vemos que essas políticas são orientadas, coordenadas e monitoradas pelos grupos alinhados ao poder econômico mundial. Pereira esclarece que as políticas do projeto neoliberal e a estratégia do Banco Mundial estão pautadas em:

Quatro consignas foram estabelecidas e repetidas como a ponta da ‘nova’ agenda de desenvolvimento: ‘a complementariedade entre o Estado e o mercado’, o abandono da ideia do Estado ‘mínimo’ em favor de um Estado ‘eficaz’, a centralidade das ‘instituições’ e o ‘combate à pobreza’. (PEREIRA, 2006, p. 15).

No caso haitiano, podemos entender o “combate à pobreza” como ajudas alimentares destinadas à população local, sobretudo, pelos EUA. Estudo realizado pela PAPDA ajuda a entender o significado e a importância que isso tem para as empresas do setor agrícola norte-americano. “As ajudas alimentares servem para os EUA abrirem novos mercados [...], os países que recebem ajudas alimentares compram 31% da produção agrícola que os EUA exportam” (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 1997, p. 20). O Haiti é um desses, portanto, ao receber alimentos, sejam eles importados ou pelas doações, o objetivo é o mesmo: consumir produtos norte-americanos.

Se a preocupação que atravessava a década de 1990 sobre o alto número de importações a que o Haiti estava submetido, chegando a espantosos índices de 30%, quando a maior parte das ajudas alimentares chegava por vias de doações, agora, em 2015, chega a 55%. Na década de 1990 a população girava em torno de 8 milhões, e hoje ultrapassa 10 milhões de habitantes.

A tabela 2, a seguir, contribui para entender como funcionam as ajudas alimentares recebidas pelo Haiti (em toneladas) de alimentos entre os anos 1988 e 2008, no marco do Programa de Alimentação Mundial (PAM).

Tabela 2 — Alimentos enviados ao Haiti

Ano	Ajudas em toneladas de alimentos
1988	122 mil
1991	100 mil
1995	162 mil
1999	141 mil
2002	234 mil
2005	142 mil
2008	128 mil

Fonte: Tabela organizada pelo autor com base nos dados do Programme Alimentaire Mondial (Programa de Alimentação Mundial/PAM), 2008.

Entre os anos 1991 e 2001 há uma oscilação das ajudas, com media aproximada de 130 mil toneladas. Porém, em 2002, as cifras ultrapassam a casa de 200 mil toneladas, e voltam a cair em 2005. Curiosamente, em 2008, diante da crise alimentar que atravessava o Haiti esse número, se comparado aos outros anos, não ultrapassa a média. Em tabela anterior (dados em US\$), 2008 é o ano em que mais se envia dólares ao Haiti, dado a sua valorização e à desvalorização da moeda local. Essa oscilação entre toneladas de alimentos e dólares é compreensível. É possível observar que o mais importante para o mercado internacional de alimentos é o lucro final, por isso, essa variável.

As agências de cooperação estrangeiras, há décadas, têm evitado a participação do Estado haitiano, alegando que este é corrupto e ineficiente. No entanto, de acordo com estudo do grupo Ayiti Kale Je (AKJ), divulgado em seu site na internet, é preciso “compreender como os EUA e outros doadores internacionais, no passado, financiaram o governo haitiano é chave para compreender a debilidade do Estado haitiano na atualidade” (AYITI KALE JE, 2015). E conclui dizendo que “um estudo realizado por um enviado especial da ONU mostrou que, em 2007, apenas 3% da ajuda bilateral e 16% da ajuda multilateral foi orçamento para apoio, o que significa fundos para os ministérios de governos e seus programas, incluindo os funcionários e as seções comunais”. Dessa forma, os recursos das ajudas estrangeiras não passam pelo governo haitiano, são canalizados em subsídios diretos pelas agências internacionais, ONGs e contratações privadas às comunidades, sem controle e sem a participação dos responsáveis estatais no planejamento e execução, ficando uma conexão direta entre financiadores e beneficiados. O mesmo estudo destaca que: “é comprovado que, quando há participação dos governos locais, os projetos são melhor aproveitados”. São esses e outros exemplos que mostram porque o Haiti se transformou na “república das ONGs”.

É evidente a inexistência da apropriação por parte da população local dos projetos conduzidos pela cooperação estrangeira; acrescente-se a isso, a falta de sustentabilidade desses programas na ausência da cooperação internacional, tanto pela capacidade técnica, como pelas próprias condições econômicas na sua sustentação.

Dessa maneira, temos dois quadros de intervenção estrangeira no Haiti: o político e o econômico, e, aliado a esses dois, está o militar (que em última instância serve para manter o controle dos dois anteriores). De certa forma, um está atrelado ao outro. No político estão as potências europeias, EUA, Canadá e a um nível pouco inferior está a ONU e países

latino-americanos, como Brasil e Argentina. No campo econômico, aparecem as grandes corporações internacionais: FMI, BM, OMC, Usaid e ONGs, podendo estas últimas estar ligadas a instituições estrangeiras, recebendo delas recursos e orientações políticas e econômica, e as ONGs “humanitárias” que recebem recursos de governos e doadores da sociedade civil, mas que gozam de certas “autonomias” em seus projetos comunitários. Tanto uma como a outra utilizam de mecanismos particulares e, às vezes, em comum. De maneira geral, essas relações no campo político e das corporações internacionais estão articuladas em duas esferas: com o Estado e seus mecanismos de controle da população; e com a débil burguesia nacional. Já as ONGs aparecem articuladas com o Governo, ou diretamente com as organizações e comunidades locais. Esse processo, marcado pelas contradições entre doações, abertura de novos mercados e pela luta do campesinato contra seu próprio desaparecimento, ainda busca apresentar na sociedade haitiana o debate da soberania alimentar, estágio no qual nos deparamos com debate no país. É o que nos propomos a discutir nas páginas seguintes.

3.3 A cooperação latino-americana

De forma geral, as relações internacionais estabelecidas pelo Haiti, por questões geográficas, se dão, em primeiro lugar, com a vizinha República Dominicana; por questões políticas e econômicas com EUA e Europa, temas já mencionados nos capítulos I e II. A relação de cooperação com a América Latina é embrionária. Destacaremos, sobretudo, três países (Cuba, Venezuela e Brasil), a primeira por ser a mais longa cooperação, a segunda destaca-se após a subida de Chávez à presidência, tornando-se a maior investidora no país e, por último o Brasil, pela coordenação da ocupação militar em curso no Haiti.

3.3.1 Cooperação cubana

Separados por algumas milhas de águas marítimas, Haiti e Cuba formam certas particularidades caribenhas. O primeiro por ser o mais pobre e mais saqueado, o segundo por ter implantado um regime socialista há mais de meio século. As semelhanças que a

Comunidade Internacional estabeleceu historicamente com os dois países foi de isolamento, bloqueios e difamações. Além de serem considerados rebeldes pelos imperialistas.

A cooperação cubana no Haiti está destinada à saúde. Desde 1998, envia médicos à ilha vizinha. Diferentemente de outras cooperações internacionais, esses profissionais vão aos mais remotos rincões, trabalham no meio da população, e gozam de um enorme respeito do povo haitiano. Mesmo desprovido de recursos econômicos, o profissionalismo cubano, o respeito com a população local e o trabalho na educação da saúde familiar fazem essa cooperação ser particularmente bem-sucedida. Esses profissionais não interferem na política nacional, tal como os países imperiais. Em 2010, após o terremoto, Cuba mantinha um contingente considerável de médicos trabalhando em benefício da população haitiana. No mesmo ano, apareceria o surto da cólera, quando a presença dos profissionais cubanos foi importante no atendimento às vítimas da doença. É preciso ressaltar a presença da ONG Médico Sem Fronteiras que atendeu porcentagem considerável dos casos.

Mesmo assim, países que haviam dado enormes contribuições após o terremoto de 2012, tais como, República Dominicana e Cuba, ao formar a CIRH, ficaram de fora. Cuba é o país que mais acumulou na área da saúde, possui diagnósticos e informações precisas de como se combate certas doenças no Caribe, e particularmente no Haiti, uma vez que outras epidemias poderiam ocorrer naquele momento de fragilidade sanitária. No entanto, representantes diplomáticos do imperialismo se opuseram. Seitenfus que, na ocasião, representava a OEA e participava das articulações, afirma que “por motivos óbvios, opunham-se Canadá e Estados Unidos. O representante desse último confidenciou que talvez aceitasse a presença dominicana. Jamais a cubana. O outro, em atitude mais radical, não concordava com a presença de nenhum dos dois países” (SEITENFUS, 2014, p. 253). Uma demonstração de que os interesses em questão não eram de contribuir com a melhoria de vida da população, mas abrir novos negócios com o país afetado. Mesmo nos momentos de crises humanitárias, os representantes do império e das corporações farmacêuticas não abrem possibilidade para escutar a cooperação desses países, que tem dado enormes contribuições à população, sem exigir recompensas às suas empresas.

A diplomacia cubana não se importa com o que pensa Washington. Estão para contribuir indiferentemente de qual é o governo, ou com quem ele se relaciona. Mesmo com escassos recursos, o método cubano beneficia a população mais excluída e a que mais necessita.

3.3.2 Cooperação venezuelana

A cooperação venezuelana é mais recente, porém, surge como parceira estratégica. Inicia-se pela visão bolivariana do, então presidente da Venezuela, Hugo Chávez Frias. Seguidor convicto das ideias de Simón Bolívar, Chávez argumenta ter dívida histórica com o Haiti, dada a cooperação de Petion no início do século XIX para a independência da Grand Pátria (atualmente países da Venezuela, Colômbia e Equador). Venezuela colocaria à disposição do Haiti o que tem em abundância: o petróleo. Seitenfus destaca essa cooperação.

Ela se sustenta da seguinte trilogia: por um lado, Caracas está à escuta das reivindicações haitianas e se esforça para tentar compatibilizar sua oferta e possibilidades com estas demandas. Por outro, nada será empreendido sem o conhecimento e prévia concordância das instituições e do governo haitiano. Enfim, a cooperação objetiva trazer benefícios diretos ao povo haitiano sem levar em consideração as eventuais dissonâncias ideológicas com o governo de turno no Haiti. Princípio igualmente defendido por Cuba. (SEITENFUS, 2014, p. 278).

Toda a ajuda fornecida passa pela Petrocaribe, empresa venezuelana destinada à cooperação caribenha. Criada em 2005, previa inicialmente cuidar dos assuntos do Caribe, posteriormente, o programa estendeu-se para a América Central e, atualmente, alcança 18 países de ambas as regiões. A empresa vai muito além de financiar combustível. Sua cooperação é ampla, tudo cabe dentro. Na área energética fornece combustíveis a preços acessíveis, passando a ser a pedra no sapato das grandes petroleiras que dominavam o mercado na região. Segundo Seitenfus isso permite “eliminar a intermediação das companhias internacionais de petróleo privadas na comercialização de energia. Adiar carburantes a preços e condições de financiamento preferenciais, [...] permitindo que Estados clientes utilizem os fundos para financiar programas de desenvolvimentos e de infraestrutura” (SEITENFUS, 2014, p. 278).

O Haiti iniciou as tratativas de entrada no Programa da Petrocaribe em 2006. As vantagens eram inúmeras. Porém, os EUA não aceitariam os acordos firmados entre os dois países. Recentemente documentos publicados por Wikileaks (*HAITI LIBERTÉ*, 2013) denunciam os interesses das petroleiras estadunidenses. As investidas políticas, ideológicas e ameaças de boicotes vindos de Washington foram tão fortes que obrigaram a postergar para agosto de 2007 a assinatura do contrato e a entrada do Haiti nos programas da Petrocaribe. Os

primeiros benefícios ocorrerem em maio de 2008 quando navios venezuelanos começaram a levar petróleo a Porto Príncipe. Seitenfus observa que os acordos estipulam que o Haiti deve pagar à vista “entre 40% e 70% da fatura. O restante seria pago em 25 anos, com 24 meses da carência e uma taxa de juro anual de 1%. Atualmente o Haiti recebe 14 mil barris de petróleo venezuelano por dia e o fundo construído com recurso cujo pagamento foi adiado, alcança US\$ 395 milhões” (SEITENFUS, 2014, p. 280).

Após o terremoto, parte substancial da dívida foi anulada. Em 2013, dado o boicote dos países, supostamente amigos do Haiti, os recursos disponibilizados pela Petrocaribe e administrados pelo governo haitiano chegou a 94%. A cooperação venezuelana se estabelece em diversas áreas. Seitenfus acrescenta que são “189 projetos na área da infraestrutura, agricultura, educação, saúde, com financiamento parcial das brigadas médicas cubanas, assistência social, construção de três centrais elétricas (com tecnologia e profissionais cubanos) e do aeroporto de Cabo Haitiano” (SEITENFUS, 2014, p. 278 e 280).

Essas ajudas sugerem o combate e diminuição da pobreza sem exigir contrapartida, política ou econômica a favor dos negócios venezuelanos. É um discurso que se sustenta na filosofia anti-imperialista. Uma política que surge como integração dos povos no continente. “A cooperação venezuelana é parte do compromisso histórico que a Venezuela tem com o povo haitiano”³⁸.

Na agricultura, os investimentos estão pautados no projeto de intensificação na produção de arroz no Vale de L’Artibonite, que se iniciou em 2009, tendo ocorrido a conclusão da primeira parte em 2010. Incluía a distribuição de fertilizantes às cooperativas; limpeza, reparo e ampliação dos canais de irrigação melhorando a distribuição de água nas lavouras e compra de tratores agrícolas. A segunda parte está em execução entre 2014 e 2017. O orçamento é de 14 milhões de dólares, dos quais 9 milhões já foram executados. O projeto é realizado com cooperativas entre 500 e 5 mil famílias, alcançando em torno de 25 mil pessoas. A área prevista é de 20 mil hectares de arroz e inclui, ainda, infraestrutura e máquinas agrícolas; instalação de 10 centros comunitários (moinhos descascadores de arroz) para beneficiamento e posterior comercialização no mercado local; produção de sementes crioulas da variedade de arroz *Crête aux Pirraux (cap)*. Nesse caso, é possível numa parcela de 1

³⁸ Gabriel Gil. Coordenador do projeto agrícola da Petrocaribe no Haiti. Agrônomo. É também membro do Movimento Popular Viva Raja na Venezuela. Entrevista concedida ao autor. Haiti, setembro de 2015.

hectare de terra trabalhar 20 famílias. De acordo com o planejamento e rotação de cultura, a produção pode alcançar 7 mil kg de sementes ao ano.

Segundo seu coordenador, o projeto está planteado “para a produção de alimentos dentro do território, com mão de obra haitiana e de incentivo à agricultura familiar, por isso, se insere no marco da soberania alimentar” (SEITENFUS, 2014, p. 280). Segundo ele “a contradição é pelo fato dos insumos agrícolas utilizado serem importados da Venezuela”.

No Vale existe o Organismo de Desenvolvimento no Vale de L’Artibonite (Odva), órgão estatal, submetido ao Ministério da Agricultura e responsável para gerenciar a produção de arroz. Sua principal função é administrar a distribuição das águas às lavouras. Controlava a venda e distribuição de adubos, mas, recentemente, o Ministério da Agricultura retirou a gestão de adubos e passou à Empresa Agro Serviço Ltda. (sistema privado). Trabalha ainda com pesquisa e assistência técnica, porém, o quadro técnico (três apenas) é insuficiente para atender aos milhares de camponeses da região.

A ideia do projeto é chegar até os camponeses. Esse processo só foi possível pela persistência dos responsáveis venezuelanos. Na primeira parte ocorreu muita resistência do Odva. O Governo utiliza da cooperação para desenvolver sua política, cobrando taxas para disponibilizar os fertilizantes ao mercado. De acordo com o coordenador venezuelano, “o Odva exigiu 25 mil sacas de adubos para administrá-la”. Como os fertilizantes são gerenciados pela empresa privatizada Agro Service, acabam no livre mercado de maneira pouco transparente.

A formação dos técnicos e camponeses envolvidos no projeto está a cargo da Brigada Dessalines³⁹. Não por acaso, o Odva opôs-se à formação. Dada a persistência da coordenação venezuelana, elas foram realizadas nos centros de beneficiamentos (moinhos) de arroz. Com objetivo de melhorar o domínio de técnica na produção agroecológica, esse processo logo teve resultado, assim, os US\$ 25 mil destinados à compra de herbicida não foram aceitos, pois

³⁹ Trata-se da brigada da Via Campesina e Alba-Movimentos Populares (atualmente estão os países Brasil, Argentina e Cuba). Está no Haiti desde janeiro de 2009, apoiando os movimentos camponeses na área da produção e formação. Entre os trabalhos desenvolvidos estão a captação de água da chuva com a instalação de 1.300 cisternas, implementação de viveiros para reflorestamento com árvores frutíferas nas montanhas, implementação de 5 centros de sementes de legumes nas bases dos movimentos camponeses, apoio ao centro nacional de formação e agroecologia do *Tèt Kole*, trabalho na formação com jovens e mulheres dos movimentos camponeses e alfabetização de jovens e adultos. Participa na construção do Iala Haiti, em parceria com a FAO, governos do Brasil e Haiti e movimentos camponeses haitianos. Em 2013, a Brigada Dessalines recebeu da Aliança Estadunidense da Soberania Alimentar o prêmio “Soberania Alimentar Honra Iniciativas de Base”, pelo trabalho desenvolvido com os movimentos camponeses haitianos.

ao usá-los, se envenenaria as águas dos canais que a população utiliza para os animais, lavar roupas, banhar, e em muitos casos, para cozinhar. A iniciativa fornecerá recursos para melhorar a produção, inibir as técnicas (por exemplo, não queimar a palha de arroz) muito comuns usadas pelos camponeses, mas para transformá-las em adubo orgânico, fornecendo insumos e conhecimento para a produção agroecológica.

A intenção venezuelana é apoiar a soberania alimentar na produção de arroz. Um limite do projeto, além do mencionada pelo coordenador, é investir na região de melhor estruturação e mecanizada do país, onde as condições de produção são possíveis devido à infraestrutura do local, mas, sobretudo, por possuir água. Os camponeses das montanhas, mais uma vez, não estão incluídos na produção. Outra contradição está na relação com as instituições estatais haitianas. Por respeito a elas, os venezuelanos não fazem nada sem o conhecimento e a concordância dos responsáveis delas. Porém, viciado em sempre receber, o ODVA, na falta de estrutura e de funcionário, administra recursos oriundos do projeto com pouca transparência diante da comunidade haitiana.

3.3.3 Cooperação brasileira

A cooperação brasileira é insipiente. O governo alega investir na área da segurança com a presença da Minustah. Desde 2004, o Brasil utilizou um montante de US\$ 2,3 bilhões nas “operações de paz”; desses, US\$ 1,3 são do cofre brasileiro, os demais são recursos da ONU. Porém, os problemas do Haiti são de outra natureza, não de insegurança, ou guerra de baixa intensidade, como alegam analistas do tema. Os maiores problemas enfrentados pela população estão na área da infraestrutura, do transporte, da energia, da produção de alimentos, do meio ambiente, da educação, da saúde, enfim, do melhoramento nas condições de vida da população. Com esse montante, o governo brasileiro poderia combater certos agravantes que reinam no país caribenho. O Brasil não é o único a equivocar-se nessas operações. O Canadá, por exemplo, nos países onde participa das operações de guerra, apenas no Afeganistão supera os gastos do Haiti.

De acordo com o coordenador da cooperação brasileira no Haiti⁴⁰, os principais investimentos do Brasil foram após o terremoto de 2010. Na ocasião, o Brasil destinou US\$ 40 milhões ao fundo de reconstrução do Haiti para construir uma hidrelétrica. Porém, com os impasses envolvendo a desapropriação de terras férteis e o desalojamento de milhares de camponeses na Bacia do Rio L'Artibonite, atrasou a obra, fazendo o governo haitiano fechar acordo com a China. Mesmo assim, o Brasil manteve, em proporções menores, a cooperação, destinando US\$ 20 milhões à área da saúde, construindo três hospitais em Carrefour, Porto Príncipe e Mirebalais com o projeto Tripartite, entre Brasil, Cuba e Haiti. O Brasil entrou com os recursos econômicos, Cuba com os profissionais da área da saúde e o Haiti como beneficiário. Segundo o coordenador brasileiro, os hospitais estão com problemas no funcionamento, pois o projeto só previa recursos para dois anos e o governo haitiano apresenta dificuldade em manter funcionando as unidades.

Na agricultura, os investimentos são menores ou quase insignificantes se olharmos as necessidades do campesinato. Entre eles estão, em 2014, o projeto *lèt agogo*⁴¹ com financiamento do governo brasileiro em parceria com a FAO e assessoria técnica da Brigada Dessalines. O projeto previa o melhoramento do rebanho já que as vacas produzem em média 1,5 litro diário; industrializar a produção e distribuir, duas vezes por semana, para as cantinas de merenda escolar. Longe de atingir as necessidades das escolas públicas (alcança apenas 19% do país), tem importância no incentivo aos produtores. Nesse ano está para iniciar, no mesmo formato, um novo projeto chamado “merenda escolar” com orçamento de US\$ 2 milhões do fundo de reconstrução. O projeto será desenvolvido no Departamento de Nipes, no marco do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Segundo o seu coordenador, a ideia é contribuir na segurança alimentar. Mas, por motivos pouco esclarecedores, está emperrado no Ministério da Agricultura haitiano, numa clara demonstração da pouca preocupação com os camponeses.

Por iniciativa da Via Campesina Brasil, está em construção o Instituto Latino Americano de Agroecologia (Iala), com orçamento de US\$ 2 milhões e em parceria com a FAO e com a Brigada Dessalines, para formação de 100 técnicos em agroecologia, oriundos dos movimentos camponeses. Os recursos estão liberados há 2 anos, mas por questões

⁴⁰ Cláudio Teixeira, coordenador de cooperação técnica no Haiti. Entrevista concedida ao autor em setembro de 2015.

⁴¹ Nome local, significa leite em abundância.

burocráticas do Estado haitiano, o projeto ainda não entrou em funcionamento devendo iniciar a sua execução em 2016.

Há um projeto na área da segurança entre a Polícia Federal (PF) e a Polícia Nacional do Haiti (PNH) para educação no trânsito, auxílios de primeiros socorros e registros de trânsito. A PF exigiu uma sala e quatro computadores, segundo o coordenador brasileiro no Haiti, esse pedido foi feito há mais de um ano, mas ainda não foi providenciado. Um exemplo da lentidão na implementação de qualquer projeto, provavelmente, pela falta de prioridade de atuação nessa área.

Os limites e desafios de trabalhar no Haiti estão, justamente, em respeitar a institucionalidade haitiana, onde imperam a lentidão e o descaso, e se tornarão ainda mais graves quando beneficiará os camponeses, provavelmente, para mantê-los isolados de qualquer política que possa impulsionar seu desenvolvimento. Ao manter o campesinato pobre e receptor de projetos da Comunidade Internacional, as elites locais, assim como as ONGs e organismos que arrecadam fundos para investir no Haiti, têm se beneficiado com a pobreza existente. Apesar das iniciativas da cooperação brasileira na agricultura são desproporcionais às investidas na segurança. E como sabemos, não há segurança enquanto não houver trabalho, renda e melhores condições de vida.

4 AJUDAS ALIMENTARES NO HAITI

As ajudas alimentares, bem como os demais projetos da cooperação internacional no Haiti não estão desvinculadas do projeto global de sociedade pensado pelo império e seus mecanismos de execução. “O imperialismo é sempre o surgimento de monopólios e conglomerados” (LENIN, 2005, p. 90). Apresenta-se de várias maneiras, podendo desenvolver-se pela força e militarização em algumas regiões; na economia, através das transnacionais, espoliação das riquezas e força de trabalho nos países em desenvolvimento; pela cultura, na exportação de seu modo de vida etc. No setor agrícola, o imperialismo atua na apropriação de territórios, na exploração das riquezas naturais, no comércio das *commodities* agrícolas e controle dos preços dos alimentos.

A introdução do mercado num conjunto de determinações financeiras no mundo, eleva os acordos comerciais e as trocas mercantis ao patamar máximo na sociedade capitalista. Marx observou que é na mercadoria que o capitalismo encontra sua expressão fundante. Para ele, “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”. Não alterando em nada “se elas provêm do estômago ou da imaginação” (MARX, 2013, p. 113).

Por seu lado, Fontes acrescenta que o capitalismo tem a necessidade de “expropriações sobre o conjunto da vida social, de maneira a converter todas as atividades humanas em formas de valorização do valor, ainda que desigualmente” (FONTES, 2010, p. 74) e conclui que “não se trata de um desvio, ou de uma situação inusitada, mas da própria dinâmica perversa e socialmente dramática do capital” (FONTES, 2010, p. 74).

Por isso, neste capítulo, tentaremos analisar como as ajudas alimentares enviadas ao Haiti se metamorfoseiam, indo de apoios em momentos de crise e desastres naturais e, ao mesmo tempo, usadas como justificativa para consolidar a política permanente de envio de alimentos, mesmo quando o país não está em crise. Tentaremos ainda, analisar o efeito consequente ao campesinato haitiano. Apresentaremos os atores, sobretudo, os representantes do imperialismo, bem como as estratégias e mecanismos utilizados pela Internacional Comunitária na execução de seu projeto.

4.1 Ajudas ou comércio?

As intervenções na agricultura e na produção de alimentos pela CI no Haiti não são de agora, ainda que no neoliberalismo tenha ganhado força. Essa trajetória vem sendo tecida há mais de três décadas. Vai além da permanência ou administração desse ou daquele governo, mesmo que determinados governantes estejam mais alinhados com as políticas de mercado externo que outros. Traremos estas reflexões, olhando para a história recente das ajudas alimentares na relação com a Internacional Comunitária. Nos últimos anos, os doadores disponibilizaram milhares de dólares em ajudas para o desenvolvimento e ajudas humanitárias num conjunto de programas aplicado. Os resultados ainda estão para ser conhecidos.

De acordo com artigo publicado pelo AKJ, “em 2007, a ONU publicaria relatório, indicando que os doadores bilaterais aportaram em 3% da assistência necessária, no entanto, os doadores multilaterais em 16%” (AYITI KALE JE, 2013, p. 2) Todas as outras formas de ajuda chegam por via das agências de projetos que operam no Haiti (leia-se Internacional Comunitária). Já o relatório anual da ONU, de 2009, aponta que “a questão da fome está baseada no declínio da produção nacional e da degradação do meio ambiente” (AYITI KALE JE, 2013, p. 2), não menciona questões que levaram à diminuição da produção, ao desmatamento e ao descaso com o meio ambiente.

O mesmo artigo (AYITI KALE JE, 2013) acrescenta que “em 2013, o Escritório de Coordenação para Assuntos Humanitários da ONU publicaria novo artigo analisando a causa da fome no Haiti, apontando 3 pilares: a seca, o aumento dos preços dos alimentos e a passagem da tempestade tropical Isaac” (AYITI KALE JE, 2013, p. 3). Para os analistas, o documento não menciona questões estruturais e nega os processos históricos de empobrecimento do Haiti. Parece que a fome, para a ONU, é simplesmente um problema conjuntural daquele ano. Também não menciona a atuação da Internacional Comunitária, cada vez mais presente no país, inclusive com militares.

O artigo “A causa da fome no Haiti” (AYITI KALE JE, outubro de 2013), recorda que o relatório esqueceu de mencionar algumas questões importantes que ajudam a explicar a fome no país e que não estão superadas. Entre elas aparecem:

1 - Pobreza. “Metade da população vive com menos de 1 dólar/dia e $\frac{3}{4}$ vive com menos de 2 dólares/dia” (AYITI KALE JE, 2013, p. 3). Com esse orçamento, não é necessário mencionar qual o nível social, cultural, educacional, de acesso à saúde dessa massa populacional.

2 - Políticas do BM e FMI. “No ano de 1995, dadas as pressões de Washington o governo haitiano baixou as tarifas alfandegárias das importações de alimentos a zero ou próximo a isso, sendo as mais baixas do Caribe na época” (AYITI KALE JE, 2013, p. 4). A liberação comercial dos produtos agrícolas foi extremamente desigual entre os dois países prejudicando o campesinato haitiano, pois milhares abandonaram suas terras não tendo condições de competir no livre mercado com os alimentos importados dos EUA. A dependência alimentícia induz a outras dependências, como a financeira, econômica, tecnológica e cultural (a população passou a consumir a maioria dos alimentos oriundos dos EUA).

3 - Declínio da produção nacional. “Entre os anos 2000 e 2005 o Ministério da Agricultura do Haiti contou com 4% do orçamento nacional, no entanto, a agricultura e o desenvolvimento rural receberam apenas 2,5% para atender 60% da população” (AYITI KALE JE, 2013, p. 4). Ou seja, um abandono total pelo Estado do campesinato e da produção nacional.

4 - Aliança da burguesia haitiana com a burguesia estadunidense, controlando a comercialização e preços dos alimentos. O mercado do arroz, por exemplo é dominado por três famílias da elite haitiana. Os preços do arroz são totalmente controlados por esses grupos. Nem o governo tem controle na fixação dos preços, já que eles se relacionam diretamente com as empresas agrícolas estadunidenses. Essas mercadorias entram na livre concorrência no mercado haitiano. Lenin observa que a livre concorrência “gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio” (LENIN, 2005, p. 21).

Para o mesmo autor, num determinado grau do desenvolvimento das forças produtivas na sociedade capitalista, formam-se os cartéis que, “tornam-se uma das bases de toda a vida econômica: conquistam uma após outra, as esferas industriais e, em primeiro lugar a da transformação de matéria-prima” (LENIN, 2005, p. 23). Questões como o abandono da agricultura haitiana pelo Estado, a livre concorrência no mercado internacional com taxas

inferiores aos produtos importados, o descontrole do meio ambiente causado pela política energética do país, as políticas neoliberais, não são apontados pela ONU nem por outras instituições internacionais que operam no Haiti como causadoras da pobreza e da desigualdade que imperam no país.

Lenin ajuda a entender o dilema do campesinato haitiano, quando salienta que, “isso nada tem a ver com a antiga livre concorrência entre patrões dispersos que não se conheciam e que não produziam para o mercado ignorado. [...]. Efetua-se o cálculo aproximado do mercado que estes grupos partilham entre si por contrato” (LENIN, 2005, p. 26). No caso estudado, a entrada de ajudas cumpre com suas funções, além de acalmar a massa de despossuídos e servem como mercado às empresas capitalistas. Lenin concluiria que “o capitalismo na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta [...] para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa” (LENIN, 2005, p. 26).

4.2 Cada crise, novo programa

Em 2004, no seio da crise política que se instalava no Haiti (queda do então presidente Aristide e início da ocupação militar da ONU (pela Minustah), o Banco Mundial lançaria o Projeto para o Desenvolvimento Comunitário Participativo (PRODEP, sigla em inglês) implementado em mais da metade do território haitiano. No Marco da Cooperação Interina (ICF, sigla em inglês), o próprio BM, a ONU, a União Europeia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento junto ao governo interino daquele momento admitem que o objetivo do lançamento do projeto era “trazer paz social”, devido à presença dos soldados da ONU, mundialmente conhecidos pelos capacetes azuis. O ICF estava formado por 26 agências chamadas “amigos do Haiti”.

Para a análise da instalação do projeto, o BM contratou duas agências de ajuda internacional: o Centro de Estudo e Cooperação Internacional do Canadá (Ceci) e a Fundação Pan-americana de Desenvolvimento (PADF), as quais estabeleceram vários departamentos técnicos no interior do país, cadastrando as organizações já existentes e monitorando a criação de novas organizações (específicas para o projeto). Segundo o BM,

foram criadas 232 novas organizações, sob seu controle político e econômico.

O Propep distribuiu US\$ 17.500 a um total de 1.519 organizações sociais, em 59 distritos do Haiti, as quais atuam nas áreas de produção de pecuária, agricultura e pesca; na área social, como a construção de centros comunitários, escolas e armazéns; e infraestrutura, como pontes, estradas e redes hidráulicas. Segundo o BM, “o projeto construiu ou reparou 785 km de estradas, 444 centros de distribuição de água, 448 salas de aulas em escolas e contribuiu em centros de saúde”. Quem conhece o Haiti, ao ler esses relatórios, deve imaginar onde foram feitas todas essas reparações e construções, já que a logística haitiana, sobretudo nas montanhas, beira o intransitável.

As organizações sociais que acessaram o projeto foram selecionadas pelos responsáveis do Propep e representantes do governo central. Nessa fase, foram selecionadas quais organizações poderiam apresentar os projetos das comunidades. Para participar, a organização deveria ser reconhecida oficialmente pelas autoridades locais e pelo Ministério de Assuntos Sociais.

No artigo, “Haiti: ‘êxito’ do Banco Mundial contra a democracia”, (AYITI KALE JE, ago. 2013), faz-se uma análise do projeto desenvolvido pelo BM. De acordo com o estudo, o projeto total é de 61 milhões de dólares, porém, foram investidos 29 milhões no país, sendo que 3% desse total foi destinado a gastos administrativos e outros 9% para oficinas técnicas, de maneira que, no total, apenas 26,9 milhões foram investidos em benefício da população, ou seja, 44,1%.

O BM teve total controle não apenas na execução do projeto, mas também, sobre as organizações beneficiadas que foram claramente induzidas, já que elas entraram no projeto em busca do dinheiro que se disponibilizava. Além disso, nesses casos, a tendência é beneficiar as pessoas que menos necessitam, pois são as que têm mais articulações políticas e que estão em melhores condições de tomar decisões nas comunidades.

O BM fez muito mais que financiar o Proped, pois, ao fazer a formação dos grupos sociais para acessarem as doações ofertadas pelo projeto, aprofundou o “*status* do Haiti como a República ONG, afetando os sistemas tradicionais de solidariedade entre as comunidades e, em certos casos, reforçou o poder das elites locais” (AYITI KALE JE, 2013, p. 2). Em junho de 2012, numa conferência de imprensa, Michel Lecorps, diretor da

Monetização e Ajuda a Projetos de Desenvolvimento do governo haitiano (BMPAD, sigla em francês), responsável por supervisionar o Proped, afirmou que: “existem muitas pessoas que viraram líderes e se tornaram deputados graças ao Proped”. Isso demonstra que a presença do BM no Haiti vai além das ajudas financeiras, econômicas e do desenvolvimento das comunidades, mas atua também na condução política. Desnecessário lembrar o compromisso desses deputados com as políticas do BM.

Os funcionários do Proped dizem que “mais de 70% dos projetos tiveram êxito pois os objetivos propostos foram alcançados e serviu para criar coesão social”. Arcène Jerome, um dos funcionários que encabeçou o projeto em 5 departamentos, comenta que quando todas as organizações comunitárias estiverem dentro do PRODEP, “teremos alcançado nossos objetivos de reforçar a capacidade organizacional e a utilização de redes de trabalho, estabelecendo laços entre elas. Isso chamamos coesão social, porque o objetivo é criar capital social” (AYITI KALE JE, 2013, p. 3).

O desencontro de informações é tão grande que os próprios economistas do BM, Ghazali Mansuri e Vijayendra Rao, citados pelo AKJ, contradizem a afirmação dos responsáveis pelo Proped no artigo intitulado: “Pode a participação ser induzida? O caso de alguns países em desenvolvimento”, publicado em junho de 2012, onde afirmam que

[...] existe pouca evidência que permita sustentar que a participação induzida construa laços duradouros de coesão; inclusive, a nível comunitário, a formação de grupos tende a ser fragmentada e desigual, as pessoas são induzidas a criar redes de trabalho, porém o fazem para obter dinheiro e outros recursos do projeto. (AYITI KALE JE, 2012, p. 5).

Em geral, projetos como esse têm impactos limitados em suas metas de coesão social e reconstrução do Estado, pois são controlados pelas elites e tendem a excluir os pobres. Por fim, “a participação induzida – particularmente quando está organizada sem nenhum projeto concreto – está quase destinada ao fracasso” (AYITI KALE JE, 2012, p. 6).

Investigações do Proped apontam que muitas das organizações que acessaram o projeto não tiveram prosperidade. Na região de Bainet, Departamento Sudeste, foram financiados 60 projetos, dentre eles, o de purificadores de água para a *Oganizasyon Fanm Bene* que, segundo informações, nunca funcionou. Próximo, está outro projeto para internet, financiado para a *Oganizasyon Peyizan an Aksyon*, que, segundo seus coordenadores, está fechado desde o terremoto que cortou a comunicação e nunca mais foi restabelecido. Outros

a apresentar problemas foram os projetos de pesca com a *Oganizasyon Pou Devlopman 9vyén Seksyon* que comprou redes, botes, motores etc. para pesca. Os membros comentam que tiveram custos inflados dos objetos e recibos falsos e nunca conseguiram um melhor preço aos pescados. Segundo AKJ, o responsável pelo projeto na região, Rincher Fleurent-Fils, reconheceu que “algumas iniciativas tiveram problemas, dizendo que esses projetos não puderam pagar suas dívidas”. E que, “no total, 119 dos 700 projetos tiveram problemas no funcionamento” (AYITI KALE JE, 2013, p. 9).

Essas e outras iniciativas apoiadas pelo BM no Haiti demonstram que os projetos mal coordenados, sem a participação das comunidades e representantes dos governos locais tendem a não ser exitosos. Mesmo com todas as dificuldades das instituições estatais no Haiti, o caminho deve ser o fortalecimento das instituições públicas.

Fica evidente a tentativa de cooptação das lideranças comunitárias. Mais além de desenvolver economicamente as comunidades, estão a formação de consciência das famílias, a intervenção organizacional, a disputa entre as organizações locais para se beneficiarem do projeto e, por fim, os vícios e a dependência criados na população em esperar a implementação de um novo projeto, castrando a capacidade de organização e reivindicação às suas necessidades.

4.3 Um governo chamado Usaid

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional é a que comanda e orienta a maior parte dos projetos no Haiti. Tem poderes ilimitados. Desde que iniciou suas atividades no país caribenho, adotou a ajuda alimentar como estratégia. De acordo com a própria Usaid, ela está presente há aproximadamente 60 anos no país. É também a agência de maior influência, afiliada ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, representando essas instituições e orientando as políticas dos EUA aplicadas no Haiti. A contradição dessa política é explícita.

O governo americano se serve da ajuda alimentar para incentivar ou fazer pressão no governo haitiano para ele adotar as políticas neoliberais sobre orientação da economia de exportação [...] desde 1982 um elemento claro na estratégia da Usaid

no desenvolvimento que orienta a exportação é encher o Haiti com ajuda alimentar: não é somente ajuda alimentar, é principalmente para facilitar a política governamental, necessária para o Haiti abandonar o setor agrícola e adotar o sistema de produção para exportação⁴². (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 1997, p. 19).

A Usaid tenta influenciar a comunidade haitiana desenvolvendo a ideia da produção para exportação, enfraquecendo o mercado local. “Ela sempre acreditou e trabalhou em torno disso: o Haiti deve especializar-se na produção de alguns alimentos com capacidade de exportação” (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 1997, p. 19). A tática é clara: baixar os preços dos alimentos de consumo nacional, enquanto aumenta o preço dos exportados. Com essa proposta, além da diminuição do campesinato, especializaria alguns camponeses com capacidade de produzir determinados alimentos. A aqueles, sem essas condições, resta abandonar o campo e migrar para os centros urbanos. Isso, poderá ser melhor compreendido se olharmos o orçamento da Usaid previsto entre os anos 1993 e 1997. Nesse período, foi de 443 milhões de dólares, destes, apenas 9 milhões (4,3%) foram destinados aos projetos de desenvolvimento da agricultura, no entanto, 13% foram para aquisição de alimentos estrangeiros.

Para a Coordenação Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) do Haiti “80% dos programas na agricultura haitiana são financiados pelas instituições financeiras tais como Usaid e União Europeia” (AYITI KALE JE, setembro de 2013).

A Usaid usa da seguinte estratégia, “[...] fazer os camponeses deixarem de produzir alimentos [...] isso está explícito na declaração da estratégia para o Haiti, declarado no ano de 1991” (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 1997, p. 9). Desde a “declaração estratégica da Usaid”, parte da burguesia comercial haitiana obtém vantagens nos acordos comerciais entre os dois países.

Ainda em 1990, a Usaid orientava o governo haitiano nas reformas que deveriam ser implantadas pelo governo, como: “1) a política de estabilização; 2) liberação comercial; 3) reforma e privatização das empresas estatais; 4) promoção da política agrícola visando as exportações; 5) reforma agrária em terras ociosas”⁴³. (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 1997, p. 11).

⁴²Tradução do autor.

⁴³Tradução do autor.

As doações trazem contradições para os camponeses, levando muitos a abandonarem o setor agrícola. Por outro lado, um pequeno setor da burguesia nacional se beneficia com a entrada de alimentos estrangeiros, controla os estoques, a distribuição e a comercialização dos mesmos. As fotos, a seguir, ilustram a chegada do arroz oriundo dos EUA, sob coordenação da Usaid.

Imagem 2 — Trabalhadores carregando arroz dos Estados Unidos I



Fonte: Fotos de Marc Schindler Saint-Val. AKJ. Em *Porto Príncipe*, setembro 2013. Acesso em: 6 abr. 2015.

Imagem 3 — Trabalhadores carregando arroz dos Estados Unidos II



Fonte: Fotos de Marc Schindler Saint-Val. AKJ. *Em Porto Príncipe, setembro 2013*. Acesso em: 6 abr. 2015.

Segundo a Usaid, “o balanço panorâmico de 2010 mostra a disponibilidade de alimentos no país (cerca de 2,6 milhões de toneladas) sendo que 48% dos alimentos é de fornecimento local, 44% é de importação e 8% chega por via de doações” (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 1997, p. 4).

Após o terremoto de 2010, a Usaid aplicou 450 milhões de dólares em atividades destinadas ao Haiti. Desses, “70% foram destinados a empresas privadas cujas sedes estão na região metropolitana de Washington” (SEITENFUS, 2014, p. 275). Os mesmos métodos (fracassados) usados no Afeganistão e Iraque são novamente utilizados no Haiti. “São empresas estadunidenses, com fins de lucro, financiadas pelo governo dos Estados Unidos por meios de fundos públicos e de doações” (SEITENFUS, 2014, p. 275).

Para o mesmo autor, uma auditoria realizada pela Usaid, em setembro de 2012, concluiu que falta transparência na gestão dos fundos destinados ao Haiti. “Foram confirmados grandes desajustes provocados pela corrupção, gastos inúteis e pela ausência de resultados tangíveis e de sustentabilidade dos programas” (SEITENFUS, 2014, p. 275). Eis as contradições de uma das maiores financiadoras. Um incentivo aos desperdícios e à corrupção que reinam no Haiti.

A Usaid não cuida apenas das questões rurais. Exemplo é o financiamento de US\$ 127 milhões, entre 2010 e 2013, na construção do Parque Industrial de Caracol, Departamento Nordeste. A maquiladora, aproveitando-se do baixo salário haitiano, produz têxteis para o mercado estadunidense. É uma repetição (do êxodo rural) da política na ditadura militar quando as promessas de emprego fizeram a massa campesina deslocar-se para arredores de Porto Príncipe, criando a cidade de Citè Soley, hoje, a maior favela, a mais pobre e discriminada do país.

As ONGs, em geral, e a Usaid, em particular, não estão centradas na legitimidade ou no controle político do Estado; com o poder econômico que essas agências possuem, respaldadas pelas políticas econômicas do FMI, BM e países com mesma orientação econômica, controlam determinadas áreas de influência e tentam autorregular os indivíduos e grupos sociais de suas autonomias, sobretudo, as organizações populares que podem representar uma oposição às suas práticas, nas localidades onde os projetos são

desenvolvidos.

4.4 Projeto Winner

O fatídico 12 de janeiro de 2010 revelaria ao mundo o fracasso da Internacional Comunitária no Haiti. Presente há mais de 60 anos no país, explicitou a debilidade quando ninguém conseguia entender para onde foram tantos bilhões de dólares investidos pelas milhares de agências de cooperação e ONGs. Em sua crônica “Haiti, cada um faz seu pequeno mercado”, o jornalista Frantz Duval descreve a situação:

Os americanos falaram primeiro, logo nas primeiras horas depois do sismo. Os dominicanos, nossos vizinhos que compartilham a ilha com o Haiti, chegaram logo. Sem pompas. Fazem o seu melhor. E colhem pequenos benefícios que terão grandes impactos. A França e o Canadá, Cuba e a Venezuela também se apressaram. Em seguida, o resto do mundo. Cada um com sua pequena ideia para plantar sua bandeira, girar as câmeras e tirar fotos. As equipes de resgate fizeram um trabalho admirável. Os médicos também. Os militares, nunca saberemos a sua verdadeira função. [...]. Enquanto os estertores dos agonizantes e o pranto dos familiares iam se misturando, a comunidade internacional acertava as suas contas. A França protesta contra o controle do aeroporto pelos americanos. O Brasil ameaça fazer as malas se os EUA ultrapassarem seus soldados da missão da ONU. O presidente Hugo Chávez e seus aliados denunciam o total controle americano sobre o país, sob o pretexto do desastre. Os americanos mobilizam homens, materiais, *stars* e milhões por uma operação às portas da Flórida. Na verdade, aqui, os haitianos não se preocupam nem um pouco de toda essa dança pouco diplomática em torno de seus cadáveres. Querem ajuda. Todas as ajudas. Em todas as áreas. [...] Todo o mundo é livre para vir nos ajudar e tentar de passagem tirar seus marrons de nossas ruínas. É uma prática habitual neste país mil vezes conquistado, pilhado, subjogado, contido, sitiado, assistido. Feridos, espancados, moribundos, somos incapazes de realizar qualquer batalha. Isso não quer dizer que não tenhamos visto, ouvido e entendido... (DUVAL, *LE NOUVELLISTE*, 23/2/2010 apud SEGUY, 2014, p. xviii).

O acerto de contas entre a Internacional Comunitária e o Haiti “mil vezes conquistado, pilhado, sitiado” e saqueado, estava prestes a ser resolvido. Não foi exatamente o que aconteceu. Muitos tentaram tirar suas vantagens aproveitando-se da debilidade daquele momento. As transnacionais da área agrícola chegam a ser esdrúxulas, não perdendo a menor oportunidade de abrirem novos mercados.

Após o terremoto, milhares de organizações apressaram-se em chegar ao Haiti dada a fragilidade e o desespero coletivo. Grandes projetos foram anunciados, dentre eles, o projeto de US\$ 20 milhões lançado pela FAO, levado a cabo por alguns parceiros, tais como as ONGs

Oxfam Internacional, Usaid, Catholic Relief Services (CRS) bem como o Ministério da Agricultura do Haiti. A FAO, naquele momento, se dizia preocupada com a crise alimentar que se instalava no Haiti pós terremoto, onde 500 mil pessoas se refugiaram em acampamentos e casas de familiares no meio rural. A maioria dos grandes projetos de melhoramento e distribuição de sementes em curso no Haiti, desde a crise alimentar instalada em 2008, é financiada e executada pela FAO e ONGs em parceria com o Ministério da Agricultura, mesmo que este tenha apenas dois funcionários responsáveis na Secretaria de Serviço Nacional de Sementes (SNS) para atender todo o país.

A Monsanto (maior multinacional na área de sementes do mundo e uma das maiores na produção de pesticidas) tenta, através da Usaid, dar um “presente pouco amigável” aos camponeses haitianos. Assim, o projeto Winner (Vencedor) foi lançado.

No corrente ano de 2010, a Monsanto anunciou que estava dando um “presente” de US\$ 4 milhões em sementes de milho híbrido e hortaliças para ajudar na “reconstrução do país”. Segundo a multinacional, o projeto incluía ainda “ferramentas, fertilizantes e créditos”. O projeto foi programado para doar 505 toneladas de sementes no período de um ano. De acordo com a Monsanto, a primeira remessa foi desembarcada em maio de 2010, contendo 60 toneladas de sementes híbridas, e uma segunda embarcação, com mais 70 toneladas, deveriam ser distribuídas a 400 mil famílias, ou seja 1/3 dos agricultores.

Artigo publicado pela imprensa local denuncia como se arquitetou o projeto.

A Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), coordenou o projeto da Monsanto de financiamento para a agricultura. A Usaid/Winner (Watershed Initiative for National Natural Environmental Resources) em cinco anos destinou 126 milhões de dólares, financiados pelos contribuintes dos EUA, para programas na agricultura e meio ambiente. Porém, não é gerenciada por qualquer antigo consultor [...]. O projeto da Winner é executado pela megacontratista de rodovias, Chemonics International, que, em 2010, ocupou o posto nº 51 na lista das 100 principais contratistas do governo dos EUA no mundo, ganhando mais de US\$ 476 milhões em contratos naquele ano. O gestor (COP) da Usaid/Winner, não é qualquer haitiano... é Jean Robert Estimé, que foi ministro de Relações Exteriores na ditadura de Jean-Claude Duvalier e, posteriormente, trabalhou para Chemonics na África. (ALTER PRESS, 26/1/2015).

Os agricultores deveriam receber as sementes a um custo de 10% do preço real de mercado. Ao fazerem uso das sementes, os produtores tornar-se-iam dependentes destas, já que as sementes híbridas não poderão ser utilizadas no ano seguinte para a plantação. Assim, para realizar o plantio, teriam de comprar a cada ano novas sementes e, junto, o pacote tecnológico habitualmente oferecido pela mesma empresa.

Por sua vez, o Ministério da Agricultura do Haiti (MARDNR) aprovou imediatamente o “presente”, mesmo sendo contra a legislação haitiana de 1986, que proíbe essas variedades de sementes no país, chamando, em seguida, para sua distribuição massiva, alegando que a doação cobriria 30% das necessidades dos camponeses por três temporadas pós terremoto. As 60 primeiras toneladas foram distribuídas, sobretudo, aos camponeses dos municípios de Cabaret, Archahaie, Cul de Sac e Gonaives.

De acordo com artigo publicado pela AlterPresse, o Ministério, agradeceu, em nota, o presente: “muito obrigado Monsanto por sua generosa oferta em doar sementes de vegetais e sementes de milho híbrido beneficiando os agricultores haitianos”. Para o Ministério, não há problema em receber as sementes da Monsanto que foram tratadas com fungicidas e herbicidas altamente graves à saúde e ao meio ambiente, dizendo que “os tratamentos que incluem os efeitos potencialmente tóxicos e os que causam câncer: Mancozeb, Thiram e Maxim XL se utilizam todos os dias na agricultura haitiana e não deveriam representar nenhum problema”. E conclui dizendo que “não faz sentido um país como o Haiti, que compra milhões de dólares em alimentos, lutar contra algo que ajudará a aumentar a produção” (ALTERPRESSE, 26/1/2015, p. 3).

O “presente” causou muita discussão no Haiti em função do histórico da multinacional. De acordo com a AlterPresse, estudo realizado pelo investigador Louise Sperling, do Centro Internacional de Agricultura Tropical (Ciat), afirma que “a maioria dos híbridos requer mais água e melhores terras, portanto, a maior parte do Haiti não é apropriada para utilização de sementes híbridas”, expressando preocupação, já que, não haviam sido testados anteriormente essas sementes em solo haitiano. Sperling diz ainda que, “não há emergência de sementes no Haiti, recomendando que, ao invés de dar sementes dessa natureza, dessem dinheiro para os camponeses comprarem as sementes locais, adaptadas à região, bem como outras necessidades urgentes do período”. Por fim, o estudo do Ciat alerta que “a ajuda direta de sementes – quando não é necessário e dada repetidamente –, faz um dano real e cria dependência”. Agregando ainda que, “aparentemente é uma ajuda fácil aos agricultores mesmo que essas ações possam prejudicar os agricultores pobres” (ALTERPRESSE, 26/1/2015, p. 6).

Os movimentos populares da Via Campesina realizaram um dia de luta contra a multinacional. Conhecendo a prática da Monsanto, não aceitaram o presente. “Temos um governo que aceita qualquer coisa podre só porque é de graça, não importa o que seja e de

onde vem” reage o agrônomo Monerot, do Movimento Camponês de Papay (MPP). O movimento mobilizou 25 mil camponeses em Hinche, capital do Departamento Central. No ato, os camponeses queimaram simbolicamente as sementes híbridas da Monsanto, numa clara manifestação de rejeição ao “presente” da multinacional.

De acordo com Chavannes Jean-Baptiste, coordenador do MPP, “o risco de os camponeses ficarem sem sementes nos próximos anos é grande, e o que é mais grave: ficarem totalmente dependentes da Monsanto, já que os camponeses perderão o poder de multiplicar suas próprias sementes” e conclui, dizendo que “as práticas da Monsanto são conhecidas: é só ganhar dinheiro”. A camponesa Marie Saint-Umbert também expressou sua preocupação: “se aceitarmos este presente, chegaremos um dia em que teremos uma grande quantidade de sementes, no entanto, nenhuma produzida aqui e se essas empresas resolvem ir embora, não teremos a quem recorrer” (ALTERPRESSE, 26/1/2015).

Dadas as pressões da mobilização, Monsanto/Usaid/Winner não concluíram seu projeto, e, por sua vez lamentaram chamando de “campanha midiática contra os OGM (*Agency Orange RondUp* – organismos geneticamente modificados). Mesmo assim, a Monsanto afirmou que “a verdadeira mensagem logrou passar, ainda que não a nível que se esperava”. E não desistem, afirmando que “estão trabalhando o mais rápido que puderem com os agricultores para aumentar, na medida do possível, o uso de sementes híbridas” (ALTERPRESSE, 26/1/2015).

Desse acontecimento ficaram dois aprendizados. Primeiro, a ilimitada ambição das transnacionais que atuam no setor agrícola, sempre com a intencionalidade de abrir novos mercados e obter lucros em qualquer situação, sem se importarem com as condições dos receptores e, segundo, quando existe organização e mobilizações populares é possível levar uma reflexão sobre questões que dizem respeito aos camponeses e à sociedade haitiana, tendo ganhos políticos e econômicos, ainda que o governo esteja alinhado às transnacionais tentando hipotecar o futuro do país.

4.5 Ajudas para quem?

Com o Estado e suas instituições desgastadas, por não resolverem os problemas concretos do povo, muitos organismos internacionais, apresentam-se com a política de “boas intenções” na tentativa de “salvar” o país da miséria, do abandono e do isolamento. Não resolvem. Um exemplo da dependência do Estado haitiano frente a qualquer tarefa, mesmo de forma prática, está na crítica do Jornal *Le Nouvelliste*, ao saber que uma ONG, mesmo de maneira voluntária, assumiria a demolição das ruínas do Palácio Nacional (caído com o terremoto), alertando que: “entregar o Palácio Nacional a uma ONG representa um símbolo: 221 anos após a revolta geral dos escravos, somos incapazes de limpar as ruínas da casa da Nação. Se trata de uma demonstração cabal de nossa incompetência”. (*LE NOUVELLISTE*, 21/8/2012 apud SEITENFUS, 2014, p. 274).

A ineficiência estatal leva a população, equivocadamente, porém inserida num contexto desfavorável diante da ausência de políticas públicas, a depositar esperança em projetos localizados das ONGs. Os projetos apresentam limitações em desenvolver as comunidades (sempre numerosas), não atacam os problemas estruturais, econômicos e sociais da população.

Seitenfus observa que as ajudas criam uma enorme dependência de quem financia, bem como impossibilitam a apropriação dos projetos pela comunidade, os quais são conduzidos pela cooperação estrangeira, pois, à comunidade “o fenômeno imprime de forma indelével sua principal característica: a ausência de sustentabilidade uma vez afastada a parceria internacional” (SEITENFUS, 2014, p. 180).

A engrenagem funciona da seguinte forma: doar determinados produtos e fazer os haitianos criarem novos hábitos alimentares, adaptem-se a eles, levando a substituições dos produtos locais. Quando a população está com determinada dependência desses alimentos, os produtos passam a serem vendidos com preços menores dos locais, até eliminar a concorrência e controlar o mercado. Um exemplo é a distribuição de trigo que os EUA organizaram. Estudo publicado pela Papda denuncia que “grande quantidade de trigo americano foi enviado ao Haiti, através do Programa Governamental PL480 - título III, quebrando os preços do arroz, milho e outras culturas no Haiti” (PLATAFORMA

HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 1997, p. viii). Esta prática criou novos hábitos alimentares na população haitiana. O arroz, sorgo e milho, base da alimentação local (produção nacional) foram facilmente substituídos pelo trigo. Depois de novos hábitos serem adquiridos pela população, as empresas passaram a comercializar o trigo, dominando o mercado.

As ajudas alimentares chegam de duas formas: ajudas diretas, em que o governo haitiano é o receptor, podendo esse administrar as doações; e ajudas indiretas, em que os governos as repassam às ONGs que fazem a distribuição à população local.

Os EUA foram o principal país a enviar alimentos ao Haiti após o terremoto de 2010, com 80%, seguido pela República Dominicana, com 10%, Turquia 5%, Canadá e Brasil em proporções menores. Os alimentos que chegam pelas doações são distribuídos em maior escala em zonas de fácil acesso, no entanto, as famílias que mais necessitam estão em lugares distantes, onde a infraestrutura é limitada e o acesso mais difícil.

Em 2013, a Care, com financiamento da Usaid, introduziu o programa Cupom de Alimentos, distribuindo vales para compra de produtos alimentícios, a maioria, norte-americanos. O programa foi um teste para um novo sistema, no qual os beneficiários recebem dinheiro transferido pela companhia telefônica Digicel. Tanto a Digicel quanto o governo haitiano ficam com parte dos recursos a cada transferência. Esse contrato atingiu 250 mil pessoas. Parte do financiamento vem da ajuda alimentar da Usaid – o *Food For Peace* (Comida Pela Paz). O programa visa distribuir comida à população que não tem acesso a ela. Ele traz uma única condição: os alimentos devem ser oriundos dos EUA. Temos aí, não apenas a importação de alimentos, mas também de hábitos, gostos e valores alimentares, criando a cultura alimentar estadunidense.

As ajudas que as ONGs executam ocorrem da seguinte forma: a) o local e pessoas beneficiadas sempre são escolhidas por elas; b) as comunidades raramente são consultadas sobre a necessidade dos projetos (normalmente as demandas apresentadas são outras); c) os projetos não são coordenados com representantes do governo regional ou local, sempre criando conflitos com as demandas identificadas pelos representantes governamentais; e d) os beneficiários não recebem formação necessária. Quando a ONG vai embora, a tendência é acabar o projeto.

Estudos indicam que 70% do dinheiro que entra no Haiti através das ONGs não chegam ao seu destino final; ficam nas administrações, alugueis de carros, hotéis, salários de funcionários etc. Os relatos são desalentadores.

Mais de mil ONGs operam no país hoje, com enorme sobreposição de atividades entre elas. Outro problema recorrente, envolvendo as ONGs, é a falta de transparência na aplicação dos recursos. De cada 100 dólares que elas gerem no país, apenas 2 dólares (isso mesmo, 2 dólares) são rastreados e sua aplicação é conhecida. Um convite ao desperdício e ao desvio de verba. (*REVISTA EXAME*, 2/2/2013, p. 3).

Outra fonte diz que “se pegarmos os EUA, esse número chega a 95% dos recursos que retornam ao país de origem” (*PERIÓDICO DIAGONAL*, Madri, 4/4/2015).

As doações de alimentos são contraditórias. São justificadas pela necessidade em determinadas comunidades, por outro lado, aprofundam o enfraquecimento dos pequenos produtores. As organizações populares haitianas denunciam e exigem do Estado a adoção de política de proteção ao campesinato.

Os camponeses não são ingênuos. O contrato com a T&S Rice S.A., produtora de arroz subsidiado pelos Estados Unidos, visa precipitar a desapareição da cultura rizícola haitiana pela concorrência desleal. Também, os agricultores exigiram do Estado haitiano crédito agrícola, irrigação e segurança nas terras em que trabalham⁴⁴. (*PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO*, 2007 p. 29).

Essas políticas têm consequências, uma delas é a migração. Todos os anos milhares de camponeses migram para as cidades em busca de trabalho, ou para outros países, como é o caso da República Dominicana, Canadá, França e, recentemente, para a América do Sul. Essa migração se dá em duas vias e em duas condições. Primeiro, são as migrações nas estações sazonais locais, dentro do próprio país. Nessas migrações, sobretudo os jovens, abandonam as comunidades em busca de trabalho, voltando no período de fazer a plantação. A segunda, é para outros países, normalmente por períodos mais longos, ficando meses ou anos trabalhando no exterior. Esses migrantes costumam, quando podem, enviar parcela mensal às suas famílias que permaneceram nas comunidades. A maioria não retorna ao Haiti.

As ajudas alimentares desmobilizam os camponeses, pois o principal mercado da produção camponesa é o local, através das feiras livres municipais. A população, por sua vez, tende a consumir os alimentos mais baratos, que nesse caso são os importados.

⁴⁴Tradução do autor.

Somente entre os anos 2009 e 2013 o governo dos EUA enviou ao Haiti 381,8 milhões de dólares em ajudas alimentares; 274.030 toneladas de alimentos, sendo que a grande maioria veio das agroindústrias estadunidenses no marco do programa PAM. E foi executado pelas ONGs Care, World Vision e ACDI-Vova em parceria com o governo haitiano. (AYITI KALE JE, setembro de 2013, p. 8).

Outra prática da Internacional Comunitária é executar projetos em épocas de plantação, levando os camponeses, em função da oferta salarial, a trabalhar temporariamente neles. Assim, os camponeses não plantam na única estação chuvosa, a mais propícia para o cultivo anual. Ao término dos projetos não se garante trabalho à população local e, quando isso ocorre, as condições de se manterem no meio rural são limitadas, abrindo, dessa maneira, três lacunas: a fome, o êxodo rural e a migração.

Não se pode dizer que as ajudas alimentares (no atual contexto haitiano) não sejam necessárias, porém, é a forma de executá-las que precisa ser resolvida, assim como a política de criar dependência nas doações. Dependência não sugere soberania alimentar, tampouco soberania nacional. Fica evidente, que não é possível nenhum organismo internacional substituir o Estado. Somente políticas universais serão capazes de solucionar os verdadeiros problemas da Nação, e estas, por suposto, devem ser planejadas, coordenadas e executadas pelo Estado, em conjunto com os movimentos populares e comunidades.

A cada ano o volume de importação é crescente. Cresce, também, a quantidade de dólares que entra no país, cresce junto a dependência haitiana dos alimentos estrangeiros, cresce ainda a quantidade de ONGs que operam no país e junto a tudo isso, cresce a pobreza. O que não cresce é o resultado dessas operações em benefício dos camponeses haitianos.

Conclui-se que as ajudas se defrontam diretamente com a soberania alimentar. Com a maior parte da população ativa vivendo no campo, com capacidade de produzir alimentos, faz-se necessário ter políticas por parte do Estado haitiano para proteger os camponeses e a produção nacional. As ajudas alimentares não visam um plano nacional que propicie o desenvolvimento de políticas agrícolas para resolver os problemas da produção no país.

5 QUESTÃO AGRÁRIA E A PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS CAMPONESES NA LUTA POR SOBERANIA ALIMENTAR

Neste capítulo, desenvolveremos como se configuram as relações campesinas em torno da terra. Apresentaremos como se dá o uso, a posse e a propriedade no último século. A questão agrária coloca em debate a problemática da soberania alimentar. Para a PAPDA, “a estrutura da disponibilidade alimentar se relaciona diretamente com a estrutura agrária; com o mercado que continua subordinado através dos mecanismos de fixação de preços; a autonomia alimentar remete à agenda política da atualidade”⁴⁵ (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 2007, p. 12). E acrescenta que “sem uma revolução na estrutura agrária haitiana e uma nova política econômica será difícil a recuperação da soberania alimentar que, conseqüentemente, complica a superação do contexto de dominação da produção social que caminhe para um projeto de desenvolvimento” (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 2007, p. 12).

Kautsky, foi um dos primeiros a estudar a questão agrária no mundo. Ainda que seja no contexto europeu do século passado, nos ajuda a entender as proporções que a agricultura assumiria a nível mundial. Sua análise aponta as principais características.

Isso não tem impedido, contudo, que, enquanto os teóricos discutem o assunto, a agricultura realize uma poderosa evolução, evolução que se pode acompanhar com olhar atento. Mas, para enxergá-la, não se deve fixar a retina exclusivamente sobre a luta da grande e da pequena exploração, não se deve considerar a agricultura em si mesma, independentemente do mecanismo completo da produção social. Sem dúvida alguma – e o admitimos como provado – a agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria. Ela segue leis próprias. Mas isto absolutamente não quer dizer que a evolução da agricultura se coloque em oposição à da indústria e que ambas sejam inconciliáveis (KAUTSKY, 1980. p. 11).

As políticas para o meio rural são pensadas de acordo com a necessidade da indústria. Até metade do século passado, a maior parte da população mundial vivia no campo. Esses dados se alteram com a migração da massa camponesa para os centros urbanos. Em 1950, os camponeses representavam 70% da população mundial. Em 2013, devido à expropriação dos trabalhadores da terra e à urbanização, o número baixou para 50% vivendo no campo. Para

⁴⁵Tradução do autor.

intenso processo de migração, a massa crescente da população mundial encontra-se, a cada dia, mais direta e quase completamente subordinada à dinâmica mercantil” (FONTES, 2013, p. 48).

No Haiti, a maioria da população vive no campo. A vida e o trabalho dos camponeses não estão organizados de outra maneira que não seja na relação com a terra. É, portanto, culturalmente rural. Devido às condições de infraestrutura, as cidades já inchadas, não suportam a migração. A indústria tem desenvolvimento tardio se comparado a outros países periféricos. Até a década de 1950, apenas 9,8% vivia nas cidades. Os números se alteraram, mas, em 1980, a população rural ainda era de 72%. A capital, Porto Príncipe, já chegava a 800 mil habitantes nesse período, sendo, portanto, o destino da maior parte da migração camponesa que buscava trabalho na indústria. Dados de 2014 mostram que 55% da população trabalha ou depende da agricultura para viver. É também um país da alta densidade demográfica, pois 75% das terras são montanhosas, levando a população a aglomerar-se em centenas de vilarejos nos vales, onde o alcance a necessidades básicas, como água, estradas, escolas, transporte, unidades de saúde, hospitais, comercialização da produção, são mais acessíveis.

5.1 Questão agrária haitiana

O conceito “questão agrária” é usado de acordo com a ênfase que se pretende dar quando o assunto gira em torno da terra. Para Stedile, na geografia (área de nossa pesquisa), o termo “é usado para explicar a forma com que as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território” (STEDILE, 2005, p. 15). Para entender essas questões faremos esforço de olhar para a história recente haitiana e para a luta política desenvolvida na segunda metade do século passado, pelo controle do território, no uso e apropriação da terra.

Para analisar a organização da agricultura haitiana, é preciso entender a renda da terra. Para Marx, a agricultura não está organizada da mesma forma que a indústria. Nessa, assim como no comércio, os capitalistas competem entre si para conseguir maior produtividade no

trabalho e maiores taxas de lucros; aqueles que têm menor lucratividade terão menor crescimento e, para esses, a tendência é quebrarem e serem adquiridos por outros capitalistas do mesmo ramo, gerando uma concentração de produção e capital. (STEDILE, in: CALDART et al., 2013, p. 667).⁴⁶

De acordo com Stedile, “já na agricultura, Marx percebeu que a taxa média de lucro não se dava por produto agrícola, mas era determinada pela utilização de todas as terras na produção de todos os produtos agrícolas colocados no mercado” (STEDILE, in: CALDART et al., 2013, p. 667). Portanto, Marx indica o conceito da renda absoluta da terra, que é o valor acima da média de lucro que sobra aos produtores capitalistas, na comercialização das mercadorias produzidas.

Marx identificaria ainda dois tipos de rendas: a renda diferencial I e a renda diferencial II. A primeira está relacionada à fertilidade do solo, pois já que este, no processo produtivo, necessita menos fertilizantes e por consequência diminui o custo da produção, podendo ainda estar incluídas outras características, como a localização geográfica da terra, a proximidade com o mercado consumidor, as redes de transportes, rodovias, portos etc. A renda diferencial II está relacionada com a forma da utilização da terra, ou seja, “a tecnologia que determinados capitalistas aplicam para produzir são mais eficientes que outros produtores. Por exemplo, a produção com máquinas mais adequadas gera maior apropriação do trabalho” (STEDILE, in: CALDART et al., 2013, p. 670). Isso gera uma diferenciação em relação aos demais produtores, tanto na forma de produzir quanto na apropriação da renda da terra.

Já mencionamos, no primeiro capítulo, que o modelo adotado pelos colonizadores do Haiti foi o de *plantation*, ou seja, a produção em grandes fazendas, monocultivo e para exportação e utilização de mão de obra escrava, porém, esse modo de produção foi interrompido com a revolução. Aparecia a primeira oportunidade de fazer uma reforma agrária, mas, por inúmeros motivos, a propriedade da terra sempre foi complexa. O Estado jamais organizou a sua titulação. Concluída a primeira parte da revolução (conquista da Colônia), o Estado confiscou 90% das propriedades dos colonos franceses. Com o passar do tempo, parte dessas terras foram concedidas, em maiores proporções aos generais e oficiais do exército, seguido pelos soldados e camponeses que lutaram na guerra da independência e, por fim, aos ex-escravos recém-chegados da África. Estes ficaram com as terras nos altos das

⁴⁶ Somam-se a estas reflexões as aulas da Questão Agrária na primeira etapa do Curso Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, ENFF, 2013, ministrada pelo mesmo autor.

montanhas ou sem-terra. Os primeiros ficaram com as maiores parcelas, melhores e de boa localização (nas planícies férteis e de fácil acesso etc.). Os demais estão nas montanhas onde a fertilidade, o cultivo e aproveitamento da terra se tornam mais escassos. A concentração de terras estatais permaneceu por muitas décadas. Somente nos momentos de crise e tensionamentos políticos, o Estado utiliza-se das terras para acalmar a burguesia nacional, concedendo a ela determinadas propriedades, ou aos camponeses, quando organizados, realizam insistentes reivindicações e ganham o direito de trabalhar em determinadas áreas.

Para Castor, “a propriedade, o direito de uso, ou a ocupação desta, constituem a via mais importante na acumulação de capital e determinam uma complexa rede de dominação” (CASTOR, 1983, p. 9). Afirma ainda que “as relações do Estado e dos setores oligárquicos com o campesinato estão determinadas pela posse da terra e pelo controle da distribuição dos produtos agrícolas” (CASTOR, 1983, p. 9). Essas relações, todavia, não se alteraram, apenas se configuram com certa complexidade dados o desenvolvimento das forças produtivas no campo, a migração do campesinato pelas constantes instabilidades políticas e econômicas e a abertura ao comércio exterior, inundando o mercado nacional, levando os agricultores a competir com a produção e distribuição do mercado capitalista internacional.

No desenvolvimento das forças produtivas, o país foi criando certas variantes nas relações sociais e econômicas de produção. A agricultura, ao longo do século XX, constituiu o setor principal da economia haitiana. Em 1950, os produtos agrícolas representavam mais de 90% do valor total das exportações, e 90% destas correspondia ao café. Com o passar do tempo, a produção agrícola foi gradativamente enfraquecendo, tanto para exportar quanto para o consumo interno. Até 1949, o Haiti era o 3º maior exportador de café do mundo, responsável por 12% da produção mundial. O café seguia como principal produto para o comércio externo, pois em 1973/1974 representava 33,5% das exportações e, em 1980, chegaria a 40% do total das exportações do país. A partir desse período, inicia-se a crise no setor, produtores abandonariam suas plantações dados os baixos preços do produto. Milhares de camponeses cortaram suas plantações para fazer carvão e comercializar no mercado interno, abandonaram a atividade agrícola, migrando para as cidades em busca de trabalho na indústria. Atualmente o país importa café.

Para entender o contexto haitiano, é importante compreender o que passava no mundo naquele momento. Os EUA introduziram a ideia, nas décadas de 1960 e 1970, de que o problema da falta de alimentos derivava da baixa produtividade e da capacidade técnica de

cultivo. Por isso, difundiu-se a ideia da revolução verde, introduzindo novas técnicas na produção agrícola, uso de venenos, adubos químicos e mecanização das lavouras. No entanto, Josué de Castro, na década de 1950, já havia alertado que a fome é um problema social e não natural, resultado das relações sociais de produção que a sociedade estabelece. A fome e a desnutrição não estão na falta da produção de alimentos, mas, sim, na forma da organização, produção e distribuição de alimentos.

O Haiti sentiria o novo método implantado pelos EUA. Na década de 1970, o país importava 10% das necessidades alimentícias; na década seguinte, 23%; em 1997, 45%; e, na atualidade, 55% dos alimentos consumidos no país vem do estrangeiro. Isso ocorreu, dada a diminuição da produção nas décadas de 1960 e 1970, quando se inicia um período de declínio na participação econômica da agricultura. Segundo Castor:

Devido à queda absoluta na produção dada a penetração do capital estrangeiro em certos setores como a mineração (em particular, na bauxita explorada pela companhia transnacional Reynold Mining Co.), e, sobretudo, na década de 70, nos subúrbios de Porto Príncipe, de um complexo manufatureiro para promover a indústria de cosméticos ('run away industries'). No entanto, a industrialização embrionária se orienta principalmente para bens de consumo (alimentos, bebidas, têxtil). (CASTOR, 1983, p. 8).

A indústria pouco representava nesse período, tanto na ocupação dos trabalhadores quanto na economia nacional. Dados de 1977 mostravam que “o setor industrial empregava 6% da população ativa, tendo 14.500 trabalhadores, dentre os quais, 80% desses empregados eram do tipo familiar ou artesanal. Em 1981, aparecia a indústria de cosméticos com 370 fábricas e 65 mil trabalhadores” (CASTOR, 1983, p. 9). A política neoliberal, aplicada na agricultura, acelerou o abandono do trabalho agrícola e a migração para as cidades, mesmo assim, o país continuou rural, já que as oligarquias haitianas dependem da força de trabalho do campesinato, devido à pouca mecanização existente.

A desigualdade haitiana está enraizada na estrutura fundiária, em função da apropriação jurídica e do seu controle pelas oligarquias. Alentejano, definindo a estrutura fundiária, aponta que a origem da desigualdade numa determinada sociedade está na distribuição da terra. Para ele “quanto mais desigual a distribuição das terras, mais concentrada será a concentração fundiária, ao passo que quanto mais igualitária for a distribuição, mais desconcentrada ela será” (ALENTEJANO, in: CALDART et al., 2013, p. 353).

A sociedade capitalista confere o direito jurídico da propriedade privada da terra – que é um bem da natureza e não fruto do trabalho e da produção humana –, proporcionando o surgimento de monopólios agrícolas, assim, quem tem dinheiro se apropria da terra, marginalizando e privando os demais desse bem natural. No Haiti, salve as devidas proporções, não é diferente.

O ponto crucial da dominação do campesinato haitiano está na apropriação e controle da terra.

Existe uma estrutura de classe e uma hierarquia social bem definida entre o camponês proprietário de extensas terras que utiliza a mão de obra dos peões ou de meeiros; o pequeno proprietário; o médio ou pequeno arrendatário de terras privadas ou estatais, sobrevivendo graças ao seu trabalho e ao de sua família; e a grande massa de camponeses sem-terra que se encontra obrigada a vender sua força de trabalho. (CASTOR, 1983, p. 8).

A estrutura agrária haitiana apresenta muitas variações. De acordo com PAPDA, os camponeses trabalham a terra sob diversas condições: “podendo ser camponês, proprietário, meeiro ou gerente. Essa indefinição gera consequências na conservação do solo e meio ambiente; assim, um meeiro não terá preocupação em preservar a terra onde trabalha já que não possui a propriedade da mesma” (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 2007, p. 8). O camponês sabendo que esse bem não lhe pertence enquanto direito jurídico, corre o risco de não mais usufruí-lo no ano seguinte, portanto, não terá a preocupação de preservá-la, não faz investimentos, ao contrário, explora ao máximo os recursos naturais que ela ainda lhe disponibiliza.

Observamos determinadas formas nas relações em torno do uso, posse e propriedade da terra entre camponeses, Estado e capitalistas (*grandòn*⁴⁷/latifúndios e empresas). Faz-se necessário considerar que as grandes propriedades nem de perto possuem as extensões territoriais de latifundiários de países como Brasil, por exemplo. Uma área de 50 ha é considerada grande propriedade, motivo de exploração de pequenos camponeses, sem-terra etc.

Nesse estudo, identificamos as seguintes características: o Estado mantém a maior porcentagem de terras, porém, ele concede (em algumas exceções) pequenas parcelas aos camponeses e em maior escala aos *grandòns* capitalistas. Estes, por sua vez, fazem uso (plantando), contratando mão de obra assalariada, repassando as meias para pequenos

⁴⁷Grandes proprietários de terras que têm poder e controle sob determinado território.

camponeses (meeiros) ou sem-terra. Os *grandòns* capitalistas possuem força considerável nas definições das políticas para agricultura haitiana, influem nos governos e controlam grandes propriedades de terras, o que possibilita explorar a mão de obra dos camponeses sem-terra. Já os sem-terra somam metade da população camponesa, são os mais pobres e desassistidos de todos, além de não possuírem a terra, não têm estabilidade ao trabalhar nela como arrendatários, parceiros, meeiros, diaristas, assalariados etc. Assim:

Um camponês pode ser ao mesmo tempo meeiro de um latifundiário da cidade; proprietário de outra parcela que põe em serviço de um outro camponês mais pobre como meeiro, e trabalhador agrícola de uma empresa capitalista durante a safra. Com base em pesquisas locais e regionais, se detectou mais de 30 formas diferentes de organização social de cultivo da terra. Entretanto, atrás desta complexidade, se expõe a seguinte situação: o campesinato sofre a dominação e exploração do Estado, dos latifundiários e do caráter espoliador da renda agrária. (CASTOR, 1983, p. 11).

Somado a esse complexo movimento da sociedade haitiana, associa-se o caráter especulador na esfera comercial da produção agrícola. Os camponeses submetem-se aos setores oligárquicos que controlam as vias de circulação de mercadorias, apropriando-se de parte considerável da produção. O Estado, por sua vez, sempre protegeu os capitalistas na exportação de produtos primários, a exemplo do café onde os camponeses recorrem a intermediários “legalizados” e protegidos pela legislação, nos artigos 254 e 258 do Código Rural, promulgado ainda na Ditadura Militar, e que assegura apenas aos “autorizados legais” pelo Estado, nesse caso, o especulador, a comercializar com o exterior.

Na parte administrativa, o Haiti possui estrutura caracterizada por alguns teóricos de “dois regimes”. Paul Moral, em *Le paysan haitien* (1961), descreve que há o modelo de “inspiração francesa controlado pelo setor urbano (departamentos, ‘*arrondissement*’⁴⁸, comuna) e as seções comunais que são destinadas aos camponeses”. Na ditadura militar, sob comando de Jean Claude Duvalier, autorizou-se, aos chefes de seção reprimir os desempregados do campo (mais de 50% da população da época), sendo o camponês obrigado a trabalhar gratuitamente nas propriedades dos latifundiários e chefes de seção, numa espécie de *corveia*, submetendo-se a todo tipo de repressão e abuso.

Outro mecanismo de controle das estruturas estatais do *habitant*⁴⁹ é o poder judiciário. Além de burocrático, está sob controle da camada mais favorecida da sociedade. Quando os camponeses precisam recorrer ao judiciário, denunciar casos de abusos, perdas econômicas,

⁴⁸ Conjunto de municípios de um mesmo Departamento, formado por proximidade, onde, por exemplo, cada *arrondissement* elege seu representante ao parlamento nacional.

⁴⁹ Termo utilizado para se referir ao camponês.

apropriação da produção pelos proprietários, desalojamento das terras, quase sempre são tratados com desprezo, lentidão na análise e julgamento dos casos, e na maioria das vezes, dão ganho de causa ao *grandòn*.

É necessário entender o Estado e suas ramificações de exploração do campesinato. Para Marx, ainda que não tenha elaborado nenhuma teoria sobre o Estado, salienta que este “não passa de um comitê para administrar os negócios da burguesia” (MARX, 1996). Para ele, o que rege a sociedade capitalista é a propriedade privada. Já Gramsci chamaria de “Estado ampliado”, que vai além dos limites institucionais, mas que implica diretamente nas várias dimensões e conflitos da vida cotidiana de uma determinada sociedade. (GRAMSCI, 2011). No Haiti, essa estrutura estatal, dominada pela oligarquia, em primeira instância está para manter o domínio sobre as classes mais desfavorecidas (camponeses, trabalhadores urbanos, desempregados) e, em certa medida, pelo *status quo* de um Estado burguês que, no caso haitiano, é uma abstração para o campesinato.

Assim, o Estado vai mantendo a massa camponesa afastada de qualquer política pública que possa impulsionar seu desenvolvimento. O mundo rural historicamente tem sido separado do urbano *andeyò*⁵⁰, “os de fora”, aqueles que não têm direitos a nada. Essa situação ganha contornos ainda mais contraditórios quando se verifica que a Nação se sustentou por muitas décadas graças aos camponeses, que nunca viram retornar em investimentos ao setor agrícola e melhorias nas condições de vida da população rural, os excedentes arrecadados pelo Estado.

5.2 A problemática ambiental

No tema do reflorestamento muito tem se propagandeado e angariado fundos para resolver o problema energético do país. Atualmente 70% das cozinhas haitianas utilizam do carvão vegetal no preparo dos alimentos, dado que fica ainda mais preocupante sabendo que o país possui apenas 2% de florestas naturais. Porém, isso nem sempre foi assim. Quando os

⁵⁰ Termo utilizado de forma irônica e desprezível para referir-se aos de fora da cidade: os camponeses, os excluídos, que nunca têm acesso às políticas públicas.

europeus chegaram, na então Colônia de Santo Domingo, o Haiti possuía 92% de cobertura vegetal.

Em 2005, a CEPAL estimou que “o mercado de carvão no Haiti representa 9% no PIB o que lhe permite importar 88 milhões de dólares em produtos a cada ano” (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 2012, p. 7). Inevitavelmente, isso contribui na deflorestação do país. A cada ano, são cortados 4 milhões de toneladas de árvores (aproximadamente 50 milhões de plantas), no entanto, a capacidade natural de recomposição é de apenas 20 milhões de plantas/ano.

As montanhas estão totalmente desprotegidas. No verão as chuvas torrenciais atingem fortemente o meio ambiente, carregando milhares de toneladas de terra fértil ao oceano. As fotos, a seguir, uma do alto das montanhas e outra da parte baixa, nos dão ideia do problema da deflorestação.

Imagem 4— Imagem do alto das montanhas



Fonte: Fotos do arquivo da Brigada Dessalines, 2009.

Imagem 5 — Imagem da parte baixa das montanhas



Fonte: Fotos do arquivo da Brigada Dessalines, 2011.

Além dos problemas políticos e econômicos que o país enfrenta constantemente, ele é também atravessado por ciclones que se formam na região. Somente entre 2007 e 2013 registrou-se a passagem de 10 ciclones, atingindo parcialmente ou em grande proporção o país. As perdas são enormes. Além de inúmeras perdas humanas, a economia camponesa é a que mais sofre. Toda vez que isso ocorre, com praticamente o território desprotegido, sobretudo, as montanhas, as erosões levam parte significativa da fertilidade do solo, além de afetar as águas potáveis, prejuízos na infraestrutura como casas, hospitais, escolas, estradas, pontes etc. Porém, não são os fenômenos naturais que explicam o desmatamento e a pobreza no Haiti, apesar de muitos tentarem justificar com tais catástrofes.

Faz-se necessário analisar o que levou o país mais pobre do continente a este desgaste ambiental. A crise haitiana tem dois fatores: um histórico e outro relacionado à pobreza e às políticas adotadas. O histórico traz a marca da colonização. Os colonizadores destruíram as florestas para implementar as lavouras, sobretudo de cana-de-açúcar, café, algodão, anil e fumo. Milhares de hectares de florestas foram enviados para a Europa. Por exemplo, “no final da era da colonização francesa – 1788 e 1789 –, somente as exportações da madeira acaju significaram 2% das exportações para a Europa no período” (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 2012, p. 20).

Após a independência (1804), o problema foi parcialmente estancado. Com a Dívida da Independência (1825), alguns anos depois (1828), o Estado haitiano autoriza empresas estrangeiras a exportarem madeira, forma encontrada para seu pagamento, e a madeira passa a ser enviada em milhares de m³ todo ano à Europa.

Durante a invasão norte-americana, de 1915 a 1934, o Haiti tinha 60% de florestas. Em apenas 19 anos de invasão, diminuiu-se para 25% de cobertura vegetal. O exército praticamente acabou com as reservas existentes. Os soldados estadunidenses puseram fogo em inúmeras florestas, alegando combater grupos resistentes.

A Constituição de 1918 foi imposta aos haitianos. Antes, a lei não permitia a estrangeiros terem posse de bens no Haiti. No entanto, esse artigo constitucional foi abolido. Com essa mudança, os estadunidenses são autorizados a alocar enormes quantidades de terra. Esse “acordo” com a classe dirigente haitiana proporciona a corrupção que culmina, entre outras coisas, no desastre ecológico, aprofunda a dependência econômica resultante do contrato dos Setores Empresariais Haitianos-Americanos para o Desenvolvimento Agrícola (Shada). De acordo com Fils-Aimé, diretor do Instituto Cultural Karl Leveque, “as atividades da Shada estavam voltadas para produzir sisal” (FILS-AIMÉ, 2008, p. 4). A empresa havia assinado contrato até novembro de 1945 com a Corporação Fontes de Defesa dos EUA, para produzir 25 milhões de libras de sisal. “A Shada, financiada pelo investimento dos EUA obteve concessões especiais, incluindo o uso gratuito de terras do Estado, isenção fiscal e o direito exclusivo de comprar e vender borracha” (FILS-AIMÉ, 2008, p. 6). O autor salienta que a mesma empresa explorou “15.000 hectares de florestas de pinheiros com serrarias, fábricas e quilômetros de trilhos. No entanto, a maioria das atividades da Shada era na produção de sisal para transformar em borracha; para tal adquiriu mais de 100 mil hectares de terra” (FILS-AIMÉ, 2008, p. 6).

Dessa situação extraem-se algumas lições: a enorme quantidade de terras destinadas a empresas estrangeiras com produção destinada à exportação. O sisal é um produto que suga por completo a fertilidade do solo (húmus) o que o torna impróprio para o cultivo, necessitando passar por um longo processo de recuperação de fertilidade, juntando o desmatamento, as enormes montanhas, as fortes chuvas de verão que provocam erosões, à dificuldade de recuperar a fertilidade do solo para a produção de alimentos.

A ditadura militar, em seus 29 anos de poder (1957-1986), contribuiu para a deflorestação. Nesse período, o golpe derradeiro foi a eliminação dos porcos crioulos nos anos 1980-1982, pelo governo militar e pela Usaid. A peste suína africana entrou no Haiti via República Dominicana, infectando parte dos porcos. Considerado o “banco dos camponeses”, mais de 1 milhão de porcos foram mortos, incluindo os que não estavam infectados. O prejuízo foi de 600 milhões de dólares, porém, os camponeses só foram ressarcidos em 23 milhões. Essa política visava diminuir o campesinato haitiano. Outras raças foram introduzidas, no entanto, estas não eram adaptadas à região e, a partir daí, restou apenas o carvão como fonte de renda extra à grande massa camponesa, sobretudo, nos momentos de crise e perdas que constantemente afetam o país.

5.3 Atualidade da agricultura haitiana

Com o passar do tempo, os países do capitalismo central foram adaptando as estratégias de controle das políticas e envio de alimentos a países pobres. Assim, se desenvolveu o conceito de “Segurança Alimentar”. Esta, de responsabilidade dos governos, se orienta pelo conceito de que todas as pessoas têm direito a alimentação, sendo que cada país teria que garantir os recursos para as pessoas se alimentarem. Para tanto, os governos devem adotar mecanismos como cestas básicas, aquisição e distribuição de alimentos etc.

Sem embargo, no Haiti as políticas de abastecimento foram assumidas pelos organismos ligados à ONU, FAO e ONGs as quais, por sua vez, estão ligadas e subordinadas às forças políticas macroeconômicas mundiais, que praticam a defesa dos mercados e dos monopólios alimentícios. Atualmente poucas corporações, “Nestlé, Monsanto, Bunge, Dreyfus, Kraft Foods, Pepsi-Cola, Coca-Cola, Unilever, Tyson Foods, Cargill, Marte, ADM, Danone controlam 26% do mercado mundial, e 100 cadeias de vendas diretas ao consumidor controlam 40% do mercado global” (STEDILE, in: CALDART et al., 2013, p. 717). Sabe-se, que os preços de quase todos os alimentos do mundo são estabelecidos na Bolsa de Valores em Chicago nos EUA, sob os interesses das grandes empresas apoiadas pelo FMI, BM e OMC. “A FAO, organismo criado pela ONU para cuidar da agricultura e combate

a fome está cada vez mais ausente e incapaz de propor políticas aos governos que possam trazer mudanças estruturais aos camponeses” (STEDILE, in: CALDART et al., 2013, p. 716).

Na mesma direção está o Programa de Alimentos Mundial (PAM), também criado para reduzir a fome nos países periféricos. “Os fundos provêm dos governos, porém, as aquisições dos alimentos são feitas das grandes corporações mundiais” (STEDILE, in: CALDART et al., 2013, p. 717). Dessa forma, cada vez mais as políticas dos governos no combate à fome, miséria e desnutrição caminham no fortalecimento das transnacionais do setor de alimentos.

É nesse contexto que a agricultura haitiana está inserida. A produção nacional foi se debilitando dado o avanço das políticas neoliberais no país. Na década de 1980, o Haiti era autossuficiente na produção de arroz. Atualmente é o quarto maior importador do produto dos EUA, atrás apenas da China, Japão e México. Essa dependência está diretamente ligada ao neoliberalismo, que leva ao enfraquecimento da produção nacional. Os produtores dos EUA recebem subsídios de seu governo (*dumping*)⁵¹, com custo de produção menor se comparado aos camponeses haitianos, portanto, esses alimentos chegam ao Haiti a preços menores que os nacionais, cujos produtores não possuem mecanização nas lavouras, usam técnicas rudimentares, não têm subsídios, suas parcelas de terras têm entre 0,25 a 2,0 hectares, o que, sem dúvida, é uma competição desigual.

No quadro de arroz, por exemplo, as tarifas de importações baixaram desde 1995, com isso, o arroz norte-americano chega aos consumidores a um preço mais baixo que o local, fazendo os consumidores consumirem o arroz importado. Essa política, faz com que o Haiti utilize 15% de seu orçamento para as importações de arroz⁵². (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 1997, p. vii).

A burguesia haitiana tem vantagem nos acordos comerciais com empresas transnacionais. No ano de 1985, em meio às contradições, o governo haitiano e a Companhia Ehrly Rice Corporation assinaram um contrato para envio de arroz ao Haiti. Nesse ano, a Companhia exportou 5 mil toneladas; 10 anos mais tarde, o número chegou a 200 mil toneladas. Outro acordo que prejudicou os camponeses haitianos foi o contrato com a Companhia Estadunidense T&S Rice S.A. para o fornecimento de arroz a partir de 2004, estando a companhia isenta de impostos. A empresa apenas organiza a distribuição e comercialização do arroz em território nacional.

⁵¹ Produtores norte-americanos recebem subsídio de seu governo podendo comercializar seus produtos a um preço abaixo do custo de produção. No caso haitiano, quando esses entram em competição com os produtos nacionais é possível, mesmo sendo alimentos importados, chegar ao consumidor a um preço menor.

⁵² Tradução do autor.

Imagem 6 — Arroz importado dos EUA



Fonte: Foto do autor, Porto Príncipe, setembro de 2015.

O Haiti é culturalmente rural e, diariamente, dependente desse modo de vida. A força de trabalho do campesinato se constitui essencialmente da família. A produção camponesa não é totalmente autoconsumida. A economia agrária haitiana está voltada, com pequena parcela, ao comércio local nas feiras livres (*mache*)⁵³, fenômeno diário em todas as cidades do país. Dada a cultura haitiana, são as mulheres que realizam as vendas, na maioria das vezes por negociações, dependendo da oferta e procura dos alimentos. Não há interferência ou fixação de preços pelo Estado aos alimentos comercializados. A população, em sua maioria, frequenta as feiras devido aos preços inferiores dos *makèt*⁵⁴, mas não só, pois, mesmo quem está nas cidades não tem acesso a serviço público de eletricidade,

⁵³ As feiras livres acontecem duas vezes por semana nas comunidades e sedes dos municípios, onde os camponeses vendem suas produções e com o dinheiro das vendas podem comprar o que lhe faz falta. Na teoria de Marx, troca simples M-D-M. É, por suposto, o principal mecanismo de comercialização de seus produtos. Quando não conseguem a venda de todos os seus produtos são atravessados por terceiros que compram e levam para as capitais dos estados ou à Porto Príncipe, onde são comercializados a um preço mais alto.

⁵⁴ Supermercados. Normalmente frequentados pela classe média, burguesia e estrangeiros que vivem no país. O preço dos alimentos é bem mais alto do que nas feiras livres.

comprometendo o armazenamento de certos alimentos. Portanto, as feiras são uma necessidade de venda e compra diariamente.

Imagem 7 — Feira livre



Fonte: Foto do autor. Pont Sondè, 2011.

A vida e o trabalho dos camponeses não estão organizados de outra maneira que não seja na relação com a terra. Essa população é a mais pobre e a que mais sofre com o isolamento e ausência do Estado. Responsáveis por quase a metade das demandas nacionais de alimentos, ou camponeses são pouco, ou quase nada, assistidos pelas políticas públicas. Na geração de riqueza e renda, o setor agrícola contribui com parcela considerável para a economia do país, mesmo assim, as contradições são latentes.

Segundo o Instituto Haitiano de Estatísticas e de Informações (IHSI), os produtos agrícolas contribuem ao redor de 30% da constituição da riqueza nacional. Ao mesmo tempo, a autonomia alimentar é considerável baixa. Entre 2000 e 2005, a produção de víveres oscilou entre 1.893.490 e 1.920.000 toneladas, porém, no mesmo período, a ajuda alimentar foi de 187.724 e 124.734 toneladas de cereais. Indicações de 2004 apontam que a ajuda e a importação de alimentos totalizaram 939.515 toneladas, enquanto a produção nacional elevou-se a 1.667.600 toneladas. (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 2006, p.10).

Na divisão internacional do trabalho, o país cumpriu com a função de produzir matéria-prima para consumo local e para exportação (açúcar, café, madeiras, minérios). A política nunca mudou. A crise agrária está relacionada à crise da acumulação do capital na

sociedade, pois, historicamente, a produção camponesa esteve subordinada às mediações comerciais e à propriedade privada da terra.

Na atualidade, refugiando-se do abandono estatal, o campesinato não tem interesse em produzir para exportação. Prefere os produtos de consumo nacional, como maneira de proteger-se e garantir que fugirá da temível fome que, em determinados momentos, ronda a vida nas comunidades.

As regiões analisadas são de terras planas e montanhosas. Os camponeses, quando lhes é conferido o direito a escolher, preferem se espremer pelos vales à beira dos rios que lhes dá acesso à água, permitindo, em locais irrigados fazer duas plantações ao ano.

Os camponeses das terras baixas são, na grande maioria, meeiros, arrendatários ou sem-terra que trabalham como diaristas. Portanto, ao cultivarem as lavouras, repassam parte substancial da produção aos proprietários que não vivem na região. As famílias possuem glebas entre 0,25 e 2 hectares, sendo estas normalmente numerosas, chegando a 10 membros cada. Dessas pequenas parcelas deve sair o sustento para o ano todo. Em muitos casos, não é suficiente.

A economia baseia-se na agricultura, na pecuária e na comercialização. Na agricultura destaca-se a produção de arroz embora outras como feijão, milho, hortaliças, frutas, tenham valor significativo na vida dessas famílias, servindo para o autoconsumo e comércio direto nas feiras livres do município. Na pecuária, a criação de caprinos aparece como principal fonte de alimentação e comercialização.

As regiões que possuem terras planas e férteis são também as mais valiosas; com sistema de irrigação, proporcionam uma enorme vantagem em relação às demais regiões, podendo produzir mais do que uma vez ao ano e apresentando baixo risco de perda na produção. As famílias, nesses locais, há décadas organizam culturalmente a vida em torno do rio. O Estado haitiano interfere pouco na produção e reprodução dessas comunidades, embora seja mais presente do que em outras partes do país.

Imagem 8 — Lavoura de milho



Fonte: Foto do arquivo da Brigada Dessalines, Vale de L'Artibonit, 2010.

Imagem 9 — Lavoura de arroz no Vale de L'Artibonite



Fonte: Foto do arquivo da Brigada Dessalines, 2010.

O preparo da terra e as colheitas costumam ser executados em trabalho coletivo, normalmente, de maneira braçal. Alguns produtores utilizam equipamentos mecanizados,

embora sejam poucos que têm essas condições, mesmo assim, a colheita é de forma manual, pois há ausência de máquinas colheitadeiras no país. A comercialização é feita nas feiras locais que acontecem todas as semanas e para terceiros, atravessadores, especuladores que em melhores condições transportam as mercadorias principalmente às capitais departamentais, e, sobretudo, a Porto Príncipe.

Os camponeses produtores de arroz organizam a produção de forma familiar e/ou em cooperativas; muitos estão ligados a movimentos populares da região. A maior cooperativa é a Rakpaba (Rede de Cooperativas dos Camponeses do Baixo L'Artibonite), que possui 7 cooperativas afiliadas e, aproximadamente, 2 mil associados. É a ela que os camponeses recorrem em busca de sementes para plantio, e é quem gerencia a distribuição de fertilizantes e busca mercado para a produção dos associados.

Apesar de possuir capacidade na produção de arroz, o setor foi o que mais sentiu com abertura ao neoliberalismo. “O setor rizícola é um exemplo, devido o país importar cerca de 300 milhões de dólares em arroz a cada ano⁵⁵” (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 2012, p. 5). Nos vales, as terras têm menos perda de fertilidade com as erosões causadas pelas fortes chuvas e ciclones que atravessam o verão haitiano. Esses problemas afetam em maior escala os camponeses das montanhas, devido à vasta deflorestação que o país vem atravessando.

Nas regiões montanhosas, onde a maior parte do campesinato vive, as dificuldades aumentam. Nessas regiões, as terras são mais coletivas, pertencem em grande medida aos próprios camponeses, ao Estado ou aos *grandòns*. Sem sistema de irrigação, contam com as chuvas para plantar e colher. Com isso, produzem apenas uma vez ao ano, entre os meses de maio, com as primeiras chuvas, e o mês de novembro, quando a estação chuvosa acaba.

A base da economia continua sendo a agricultura, pecuária e comercialização. Na agricultura destacam-se a produção de milho, feijão, sorgo, feijão guandu, mandioca, batata doce, batata inglesa, inhame etc. É um país tropical, portanto, com enorme capacidade de produzir centenas de espécies de frutas, como, banana, abacate, manga, mamão, e maracujá, limão, laranjas para suco, graviola etc. Nos legumes e hortaliças, destacam-se o repolho, alface, tomate, alho, cebola, cenoura, beterraba, pimenta, pimentão etc. Nos tubérculos, abóbora, melão, melancia, moranga. E temperos como cebolinha, salsa, cresso, epis (temperos

⁵⁵ Tradução do autor.

locais) etc. Na pecuária, destacam-se os animais domésticos, como porcos e galinhas, e principalmente, a criação de caprinos, adaptada aos alimentos disponíveis na região e à falta de água nos períodos das estiagens. As raças de cabritos são animais pequenos, mas isso não é problema, se tornam ainda mais especiais, pois quando abatidos precisam ser consumidos nos primeiros dias, pois, devido ao calor, a deterioração é rápida, já que o armazenamento não é possível pela falta de energia elétrica nas comunidades.

Para o preparo da terra e as colheitas feitos coletivamente, espera-se cair a primeira chuva, quando o solo se encontra amaciado e se inicia o cultivo. A preparação é realizada de maneira braçal. As ferramentas usadas são a enxada, o facão e a picareta. Após a segunda chuva, as lavouras estão prontas para receber as sementes. Nessas regiões não se observou o uso de animais nem mecanização na agricultura, salvo os jumentos, que são utilizados para escoar a produção até o armazenamento ou mercado consumidor. O preparo da lavoura é realizado pelos homens. Quando há mutirão, as mulheres e crianças participam fazendo a alimentação.

Imagem 10 — Camponeses das montanhas preparando a terra para o plantio



Fonte: Foto do autor. Savan Kare, Gross Mond, 2009.

Nas famílias se observa a divisão social do trabalho: os homens e os filhos homens ficam com o trabalho na lavoura; as mulheres e as crianças também trabalham na lavoura realizando plantio e colheita, além do trabalho doméstico e o comércio nas feiras.

Todas as semanas há duas feiras de comercialização: uma nas próprias comunidades, onde se vende, troca e comercializa a produção local. Há também uma feira municipal, maior, que mobiliza maior número de comerciantes. As camponesas descem as montanhas para comercializar seus produtos. As estradas que cortam as montanhas são precárias, quase intransitáveis. Em muitos lugares, carros não passam. Para escoar a produção é necessário usar animais ou os próprios moradores carregarem até o mercado.

Imagem 11 — Camponesas das montanhas caminham em direção à feira



Fonte: Foto do arquivo da Brigada Dessalines. Pewoden, 2009.

O Haiti é uma região sazonal. Chove apenas em uma época do ano, normalmente, entre os meses de maio a novembro. O restante do ano é dominado por pouca chuva, impossibilitando a produção de alimentos. Quem possui irrigação ou armazenamento de água pode produzir mais de uma vez ao ano, porém é exceção.

Nessa “zona morta”, período em que não chove no Haiti, normalmente entre os meses de dezembro a maio, ocorre a migração de camponeses, principalmente à capital, Porto Príncipe, ou mesmo para outros países. A vizinha República Dominicana é a fuga mais fácil, mas ainda há Canadá, EUA, França e mais recentemente, o Brasil. Na própria formação de seus quadros técnicos há falta de oportunidade de trabalho, e, muitos, com boa formação profissional migram. Isso diminui a capacidade técnica das regiões.

Os problemas do campesinato, nessas regiões, não passam apenas pelo acesso à terra, ainda que seja uma das grandes questões a ser resolvida, tal como a titulação das terras e a sua oficialização aos camponeses pelo Estado. O problema central está na entrada, sem controle, de gêneros alimentícios oriundos do estrangeiro, tendo os camponeses que enfrentar a livre e desigual concorrência no mercado nacional a preços menores que os locais. Com a capacidade produtiva e a mão de obra que as comunidades apresentam, não seria difícil o país organizar sua autossustentabilidade alimentar. É necessário, portanto, o apoio do Estado, repassando as terras aos camponeses, financiando as plantações, dando apoio técnico e controlando a importação de alimentos que são produzidos no país.

5.4 Os movimentos camponeses e a soberania alimentar: um caminho a percorrer

A seguir, debateremos os movimentos camponeses haitianos e a perspectiva destes na luta pela soberania alimentar. Para isso, nos valem de documentos, das lutas travadas pelas organizações, assim como de conversas e entrevistas com camponeses e dirigentes políticos.

Todo o movimento social nasce das contradições de uma determinada sociedade. Não é diferente com os movimentos camponeses haitianos. Os maiores, mais antigos e com reconhecimento nacional, nasceram das lutas políticas contra a ditadura dos Duvalier, nas décadas de 1970 e 1980.

Entre eles estão: Movimento Camponês de Papay (MPP), que se iniciou em 1973, no Departamento Central, num período em que as manifestações coletivas eram proibidas pelo regime militar. Esses camponeses encontraram no *kombit* (mutirão), a forma de reunir-se, pois em cada comunidade havia representantes dos *tonton makout* (milícia da ditadura). Foi através da cultura haitiana, de fazer a roça juntos, que se encontrou a maneira de dialogar sobre as questões políticas e sobre a miséria que assolava a massa camponesa, assim, a milícia não imaginava que enquanto trabalhavam, também traçavam suas estratégias organizativas. Atualmente o MPP tem aproximadamente 60 mil membros. Pela metodologia haitiana, o movimento segue restrito ao departamento Central.

Outro movimento que merece destaque é o Tèt Kole Ti Peyizan Aysyen (Cabeças Unidas dos Pequenos Camponeses Haitianos). Começou com os primeiros grupos chamados Caritas Habitação, em 1983, fruto do trabalho de base de militantes e sacerdotes vinculados à teologia da libertação. Vale destacar o trabalho de Jean Marie Vensan⁵⁶. O movimento tornou-se oficial em 1987, um ano após o massacre em Jean Rabel⁵⁷. Atualmente o Tèt Kole está nos 10 departamentos do país, tendo base de 80 mil famílias.

Um terceiro movimento vinculado à Via Campesina Internacional é o Movimento Camponês do Congresso de Papay (MPNKP). Nasce em 1997, durante a realização do congresso do MPP. Por iniciativa dos dirigentes congressistas é lançada a ideia de criar um movimento nacional de camponeses. Vinculam-se a ele vários movimentos departamentais e locais. Atualmente, possui 120 mil membros.

Vale destacar que há outros movimentos departamentais que não compõem a Via Campesina Internacional, mas que têm trabalhos reconhecidos pela população, como a Coordenação Regional das Organizações do Sudeste (Cros) e o Konbit Peyzan Nip – Mutirão dos Camponeses de Nipes (KPN).

Esses movimentos e algumas plataformas nacionais têm dialogado, com suas bases, questões que dizem respeito à produção nacional, à permanência dos camponeses na terra, à melhoria nas condições de vida da população, à venda a preços justos da produção, à competição desigual com o mercado de alimentos internacional, ou seja, a soberania do campesinato. Para isso, se valem das discussões da Via Campesina Internacional, como a autonomia dos povos e a soberania alimentar.

⁵⁶ Jean Marie Vensan nasceu em 21 de outubro de 1945. Sacerdote vinculado a teologia da libertação, organizou os camponeses em Jean Rabel, que mais tarde transformou-se no Movimento Tèt Kole. Crítico ao golpe militar, foi assassinado pelo regime militar no dia 28 de agosto de 1994, durante o governo do general Raoul Cédras. O assassinato nunca foi esclarecido pelas autoridades haitianas.

⁵⁷ Massacre de 139 camponeses, que ocorreu nos dias 22 e 23 de julho de 1986, no município de Jean Rabel, Departamento Nord Ouest (Noroeste) do Haiti. Quem coordenou o massacre foram os fazendeiros da região e os paramilitares do regime ditatorial. Eram camponeses participantes dos Grupos Caritas habitação, gênese do Tèt Kole. Para reivindicar o acesso à terra, o Tèt Kole utiliza, em seu método, a ocupação, algo muito semelhante ao MST no Brasil. O massacre ocorreu numa das ocupações. Isso não intimidou os camponeses, pois no ano seguinte nasce o movimento a nível nacional. Em 2008, o Tèt Kole passou a compor a Via campesina Internacional e, nesse mesmo ano, elevou o pedido para adotar essa data como dia internacional de luta camponesa.

O termo soberania alimentar foi criado pela Via Campesina⁵⁸. O debate aparece publicamente, pela primeira vez, em 1996, quando da realização da Cúpula Mundial da Alimentação, organizada pela FAO, em Roma. O debate realizado com os camponeses, sociedade e governos vem para se contrapor às políticas governamentais de segurança alimentar.

O conceito de soberania alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que devem adotar as nações e povoados, municípios, regiões e países a fim de garantir que se produza os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada localidade. Para isso, parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista de seu próprio destino, o povo deve contar com as condições, recursos e apoio necessário para produzir seus próprios alimentos. (STEDILE e CARVALHO, in: CALDART, et al., 2013, p. 715).

Portanto, as condições de produzir alimentos devem ser garantidas, tanto nas decisões políticas dos governos, quanto nos recursos técnicos para os camponeses produzirem em seu próprio território. Com o passar do tempo esse conceito foi se aprimorando.

Soberania alimentar *parte do princípio de que os alimentos não são uma mercadoria, são um direito humano*, e a produção e distribuição de alimentos é uma questão de sobrevivência dos seres humanos, sendo, portanto, uma questão de soberania nacional e popular. Assim, soberania alimentar significa que, além de ter acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los. E é isso que pode garantir a soberania sobre suas existências. (STEDILE e CARVALHO, in: CALDART, et al., 2013, p. 729).

Documentos da Via Campesina apontam que “a terra e o território são bases fundamentais para a agricultura camponesa, indígena e para a soberania alimentar, ter acesso a ela e explorá-la racional e educadamente é vital para o desenvolvimento humano equitativo⁵⁹” (VIA CAMPESINA, 2015, p. 12). Soberania alimentar significa o direito dos povos de “controlar suas próprias sementes, terra e água, garantindo [...] o acesso dos povos a alimentos suficientes, variados e nutritivos. [...] Está em consonância com os direitos dos povos de controlar seus territórios, seus recursos naturais, sua fertilidade, sua reprodução social” (STEDILE; CARVALHO, in: CALDART, et al., 2013, p. 722). Ou seja, é o direito das populações decidirem seu modo de vida, sua existência, sua produção e reprodução, tendo acesso a todos os bens da natureza, usufruindo e cuidando dela. Acrescentam-se, ainda, o

⁵⁸ A Via Campesina nasceu em 1992 quando organizações camponesas da Europa e América participavam do II Congresso da União Nacional de Agricultores e Ganaderos, em Manágua, Nicarágua. Foi oficializada na Bélgica, em 1993, com sua primeira conferência. Atualmente participam centenas de organizações camponesas da África, da Ásia, das Américas e da Europa.

⁵⁹ Documento “Rumo ao V Congresso Continental, V Assembleia Continental das Mulheres, IV Assembleia Continental dos Jovens”. CLOC/Via Campesina. 10 a 17 de abril, Argentina, 2015.

cuidado e preservação das sementes como “patrimônio da humanidade”, ter acesso a créditos, assistência técnica, armazenamento e garantia de venda a preços justos de sua produção etc.

Soberania alimentar é mais do que um conceito, é um princípio de vida, embasado na construção coletiva, crítica às políticas atuais em que os alimentos se transformaram em mercadorias e os preços são controlados pelas grandes transnacionais da área, visando apenas o comércio e o lucro.

Na atualidade, a CLOC/Via Campesina acredita que a soberania alimentar é um princípio orientador de suas lutas e “prima pelo direito dos povos de produzir a alimentar-se de acordo com seus hábitos e costumes regionais, tendo as famílias camponesas, de pescadores artesanais, de pastores, as recoletadoras etc., a base produtiva na qual as mulheres cumprem um papel fundamental” (CLOC/VIA CAMPESINA, 2015, p. 13). Acrescenta-se que “a agricultura camponesa e indígena cumpre papel fundamental em qualquer país que vislumbre ser soberano [...] um país com agricultura camponesa forte, com soberania alimentar, diminuir grande parte seus problemas” (CLOC/VIA CAMPESINA, 2015, p. 13).

Em seu programa atual, a CLOC/Via Campesina aponta 13 itens (2015, p. 14-15) de diálogos entre camponeses, governos e sociedade. Com essa concepção de política da agricultura, de trabalhar na terra, “reconhecendo que o modo camponês de fazer agricultura é o único capaz de dar resposta aos principais dilemas da humanidade: crise alimentar, crise energética e crise ambiental” (CLOC/VIA CAMPESINA, 2015, p. 15). Crises em que o próprio Haiti está diretamente inserido. Por isso, o debate em suas organizações, que integram estas articulações continental e internacional.

As organizações camponesas haitianas estão inseridas num amplo processo de reivindicação, que vai desde a luta diária pela sobrevivência, contra o extermínio do campesinato, pela reestruturação do meio ambiente, mas vai além, pois debatem os princípios da soberania alimentar, o que implica na desocupação militar, na autonomia política e econômica, no fortalecimento da produção de alimentos etc. Criticam a concentração política e funcional do Estado na capital, Porto Príncipe. O país tem o governo central radicado na capital e os governos municipais não administram recursos financeiros. Tudo está concentrado. Qualquer documento que um haitiano necessite fazer, é necessário ir até a capital, não importa em que parte do país esteja.

Mas é no acesso à terra que os movimentos camponeses colocam suas energias. “A posição das organizações camponesas haitianas está baseada na questão agrária, na distribuição da terra, no financiamento agrícola e na garantia de venda da produção a preços justos⁶⁰” (PLATAFORMA HAITIANA DE ANÁLISE POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO, 2007, p. 33). Para o dirigente nacional do Tèt Kole Ti Peyizan Aysyen⁶¹ “a luta é por terra e por soberania alimentar, para isso é preciso uma reforma agrária integral”. Assim, trava-se uma luta “dos camponeses contra fazendeiros, igrejas e Estado, pois o artigo 36 da Constituição Nacional diz que todos aqueles que querem trabalhar na terra devem ter acesso a ela”. Já para Womè Meteye⁶², “o caminho para o Haiti sair da crise alimentar é a agroecologia. Acontece que hoje numa família de 10 pessoas, apenas um trabalha, é necessário 5 ou 6 pessoas dessa família trabalhar. Com a agroecologia é possível aproveitar melhor as terras e empregar mais mão de obra”. Na mesma linha de raciocínio está Petit Wilio⁶³, produtor de mamão, berinjela, tomate, banana, legumes, pimenta e arroz. “Todo o preparo da terra é com enxada, facão e picão, não tem mecanização nas lavouras”. Para ele, o problema “é não ter mercado para seus produtos, apenas as feiras locais. O Estado não tem a mínima responsabilidade em proteger os produtores nacionais, nem de gerir os preços”. Acrescenta ainda, que “o país tem condição de produzir muitos alimentos, mas os camponeses não têm créditos, então, para plantar é preciso se desfazer de suas economias”. Desde que tenha incentivo, melhores condições de trabalho e, sobretudo, o controle de entrada de alimentos, segundo ele “bananas e pimentas vêm da República Dominicana, com preços menores ou iguais aos nacionais e isso desestimula os camponeses a produzirem”.

Para Chavannes Jean Baptiste⁶⁴ um dos problemas do enfraquecimento da produção nacional está na submissão dos governos às empresas transnacionais do setor agrícola. Para ele, está claro o porquê da subordinação do governo frente a essas questões e de como isso ocorre. “Em encontro com a diáspora, buscando apoio às eleições, me garantiriam o financiamento, em troca, caso me eleja teria que dar 20 mil hectares de terras para eles plantarem café. Fiquei sem o apoio, é claro”.

⁶⁰ Tradução do autor.

⁶¹ Wosnèl Jean Baptiste. Membro da executiva nacional e porta voz do movimento. Entrevista concedida ao autor. Haiti, setembro de 2015.

⁶² Agrônomo, licenciado em agroecologia na Venezuela. Coordenador da produção do Centro Nacional de Formação e Agroecologia do Tèt Kole. Entrevista concedida ao autor. Haiti, setembro de 2015.

⁶³ Camponês das montanhas de Pyat, (Município de Saint Marc, Departamento de L’Artibonite), 50 anos, pai de 6 filhos. Entrevista concedida ao autor. Haiti, setembro de 2015.

⁶⁴ Fundador, coordenador nacional e porta-voz do MPP. Lançou-se a candidato nas eleições presidenciais de 2005, porém, 15 dias antes do pleito eleitoral renunciou à candidatura, alegando um golpe eleitoral em curso. Mesmo assim recebeu mais de 7 mil votos. Informações dadas ao autor. Haiti, agosto de 2015.

Para Franco Villalba⁶⁵ são as ajudas humanitárias que trazem essa contradição. “É certo que existe uma crise alimentar, mas as ajudas não visam fortalecer a agricultura camponesa, ao contrário, se tivesse aporte do Estado poderia produzir mais. As ajudas destroem o mercado local”. Acrescenta ainda, por sua experiência no trabalho de assessoria técnica, que “os jovens não se sentem estimulados a trabalhar a terra e os camponeses têm pouco conhecimento técnico. Os que produzem arroz só sabem produzir com adubos químicos, e esse tipo de técnica diminui a renda do produtor, já que os preços dos insumos são altos”. No Vale, não se diversifica a produção, o que causa um empobrecimento geral do solo, já que o arroz é uma cultura permanente. Salienta que nas montanhas o carvão gera sérios problemas ambientais. “O grande desafio hoje é resgatar os conhecimentos camponeses, pois eles conhecem as técnicas de preservação do solo nas montanhas; recuperar as sementes crioulas; melhorar a fertilidade do solo com adubação verde. E, claro, resolver o problema da terra, fazendo uma reforma agrária”.

A estrutura da indisponibilidade alimentar está diretamente ligada à questão agrária que, por sua vez, está ligada à dependência do país à abertura ao comércio mundial de alimentos, subordinando a fixação de preços ao mercado capitalista. Sem mudanças profundas na estrutura agrária e uma nova política econômica de desenvolvimento na agricultura será difícil superar os problemas enfrentados pela população camponesa.

É nesse contexto que os movimentos camponeses apresentam suas reivindicações.

Com base em manifestações e pronunciamentos públicos aparece, em primeiro lugar, a reforma agrária como medida urgente a ser adotada para tentar salvar o meio ambiente e evitar o fim do campesinato haitiano. Na concepção das organizações camponesas, é a única maneira de solucionar o problema a curto, médio e longo prazo, na produção de alimentos e evitar que a agricultura mergulhe em crises ainda mais profundas, já que o país não oferece outras possibilidades de trabalho à massa camponesa. Resolvendo o problema da estrutura agrária se dará um grande passo para aumentar a produção, evitar a migração, iniciar a recuperação do meio ambiente e superar a crise que ronda o país.

Além disso, uma infraestrutura social e técnica sólida, capaz de acompanhar o impulsionamento da reforma agrária. Historicamente os profissionais mais bem preparados

⁶⁵ Agrônomo, 25 anos, militante do Movimento Pátria Grande, da Argentina. Desde julho 2014 integra a Brigada Dessalines. Trabalha no projeto de intensificação na produção de arroz no vale de L'Artibonite, parceria com a Petrocaribe. Entrevista concedida ao autor. Haiti, agosto de 2015.

migraram em busca de trabalho em outros países. É necessário recuperar a capacidade técnica profissional. Isso se deu por dois motivos: 1) o país não oferece condição aos haitianos estudarem e se formarem em seu próprio país; a Faculdade de agronomia, por exemplo, oferece 50 vagas por ano, número insignificante a uma população acima de 6 milhões de camponeses; 2) devido à falta de oportunidade de trabalho em seu próprio país, onde as maiores possibilidades estão em prestar serviços às ONGs, mas sem garantia de trabalho, ao fim dos projetos.

Outra reivindicação é a criação de um banco de desenvolvimento nacional especialmente para o crédito agrícola. Os camponeses, em muitos momentos, não conseguem realizar a plantação, devido à falta de recursos financeiros. O Estado não tem uma política de incentivo ou suporte para os camponeses realizarem suas plantações, ou ainda, em casos de perda da produção por seca ou ciclones. Quando isso ocorre, as dificuldades aumentam, pois, na maioria dos casos, as famílias comem suas sementes, tendo enormes dificuldades de plantar no ano seguinte.

A revisão dos acordos comerciais, que implique na retomada da agricultura camponesa e permita caminhar rumo à soberania alimentar é outro tema reivindicado. Estancar a entrada de alimentos que podem ser produzidos no Haiti é outra medida a ser tomada com certa urgência, pois há possibilidade de produzir mais alimentos, mas a competição desigual com as transnacionais desestimula os camponeses a produzirem. Os acordos de importação de alimentos beneficiam principalmente a burguesia haitiana, que vive em Porto Príncipe, nos EUA, Canadá ou França e nunca os camponeses que precisam de uma comercialização justa de seus alimentos.

É necessária uma proteção à saúde alimentar, já que ninguém sabe a origem e a qualidade nutricional dos produtos estrangeiros. Um exemplo claro é que o Haiti importa 10 mil dúzias de ovos da República Dominicana a cada semana, porém, estudo feito pela Venezuela, em 2014, quando tentava fechar acordo comercial para importar ovos da República Dominicana, constatou que eles não continham a nutrição suficiente recomendada para a alimentação humana.

Também é necessária a descentralização das estruturas estatais de Porto Príncipe, pois os camponeses são a maioria da população e precisam ser assistidos pelas políticas públicas. O Estado haitiano, além de lento, burocrático, é concentrado na capital do país, uma clara

evidência do isolamento do campesinato. Como os camponeses podem reivindicar seus direitos, quando tudo está longe do alcance de seus olhos e de suas vidas? A democratização das estruturais estatais é uma necessidade, assim como políticas públicas que incluam o campesinato como habitantes do país, pois em certos governos estes nunca são escutados.

O incentivo à produção agroecológica, como forma de diminuir o custo de produção e disponibilizar alimentos saudáveis aos consumidores é também reivindicada. Essa política não é difícil de ser aplicada, basta que haja incentivo por parte do Estado, já que a maioria dos camponeses se utiliza dessas técnicas. Porém, as erosões provocadas pelo desmatamento é um limitante e, para isso, faz-se necessário o melhoramento do solo. Criar escolas técnicas agroecológicas no país é uma medida que poderá dar certo. Porém, das 12 existentes, todas estão fechadas.

Por fim, a desocupação militar, pois sem soberania nacional, não há soberania alimentar. Redimensionar os investimentos da segurança para questões sociais e projetos de desenvolvimento sustentável e duradouro. Se os recursos desperdiçados na tentativa de trazer a paz social pelas tropas militares fossem investidos em outras áreas com seriedade, o Haiti seria um país com desenvolvimento em nível elevado. Mas não são. O medo, a repressão, os equívocos da cooperação internacional não permitem ao país trilhar o caminho de superação das crises. E como sabemos, em lugar nenhum do mundo há paz sem desenvolvimento, educação, trabalho, bem-estar, vida digna. Porém, da forma como os recursos são utilizados e desperdiçados, jamais se alcançará esses feitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, não resta dúvida das causas históricas e de quem carrega a maior responsabilidade pela situação em que se encontra o Haiti na atualidade. Sempre foram os impérios, antes francês, agora estadunidense, aplicando suas políticas, antes coloniais, agora neocoloniais, em plena era do neoliberalismo, arraigadas no preconceito e no racismo em distintos tempos históricos. Alinhados à burguesia local, os *bougeios-grandons* do meio rural se beneficiam da fusão e dos acordos comerciais com a importação de alimentos, mantendo a grande massa de camponeses sob controle, limitando o acesso à terra e à produção de alimentos, afastada de qualquer política pública que possa impulsionar uma melhor produção. A burguesia industrial dos centros urbanos e zonas francas, também se beneficiam contratando mão de obra barata, produzindo para exportação. Ainda que esses grupos sejam, numericamente, a minoria da população, utilizam-se do Estado para controlar as massas subalternizadas, negando-lhes acesso à terra, educação, trabalho, renda etc.

O exemplo mais emblemático, na relação da precursora nação haitiana com a Comunidade Internacional foi a Dívida da Independência paga por 140 anos. Nenhuma nação é capaz de se desenvolver pagando por mais de um século uma dívida, sem ter tomado sequer um dólar emprestado. Os atuais U\$S 21 bilhões, levados pelos bancos franceses e estadunidenses, representam não só a ganância do capitalismo, como a tumultuada relação da Comunidade Internacional com o Haiti. Como se não aprendessem as lições históricas a CI mais uma vez comete os equívocos com a presença da Minustah, gastando fortunas em “segurança”. Desde 2004, somaram-se nesse processo, 32 países na “missão”. O orçamento anual para manter os militares no Haiti é de, em média, U\$S 6 bilhões. Somente o Brasil gastou U\$S 2,3 bilhões em 12 anos de operação; com esse recurso daria para construir centenas de escolas, estradas, posto de saúdes etc.

A Internacional Comunitária se manifesta de diferentes formas. Mas é nas ajudas alimentares que se materializa seu projeto. Muhammad Yunus, na segunda metade do século XX, tentando encontrar solução para a pobreza que matava milhões de camponeses em Bangladesh chegou à seguinte conclusão: “A ajuda alimentar encoraja a perpetuação das penúrias: importadores e exportadores de cereais, transportadores e funcionários do governo que intervêm nas compras e na distribuição de cereais, todos têm algo a perder com a perspectiva da autossuficiência alimentar” (YUNUS; JOLIS, 1997). Exemplo perfeitamente

aplicado à atualidade haitiana, já que 55% dos alimentos consumidos no país vem do estrangeiro. Um verdadeiro mercado às empresas do ramo. Os interesses das corporações alimentícias, dos representantes governamentais, das empresas locais são grandes. Logo, a luta dos movimentos camponeses em promover o diálogo com suas bases, com a sociedade, se torna ainda mais desafiador. E, também, mais do que nunca, uma necessidade para manter a existência do campesinato.

Mas, como pode um país, em sua imensa maioria pobres e despossuídos, ficar na inércia diante das contradições, submetendo-se a essa desigualdade sem precedentes? Por que as inúmeras organizações não chegam a um consenso nacional e tentam buscar formas de resolver os problemas enfrentados pela maioria da população? Onde residem os gargalos a serem internamente resolvidos? Digo interno, porque externamente todos conhecem, e mais que isso, todos sentem o efeito das políticas diariamente aplicadas sob a determinação do polo externo da economia haitiana.

Qual é o erro recorrente e, talvez esteja aí o dilema central das principais lideranças comunitárias: seja de movimentos sociais, sindicatos, estudantes, ONGs locais alternativas, partidos políticos, bem como dos intelectuais haitianos? É o que Marx chamaria de *princípio da totalidade*. O discurso no meio popular é quase sempre o mesmo, fica difícil identificar de que lado está e quais as verdadeiras intenções de projetos. É na palavra que a humanidade se faz, mas é, sobretudo, na ação política pela libertação dos seres humanos que a prática é reconhecida.

Os problemas enfrentados no Sul são os mesmos do Norte, passando pelo Centro e chegando aos mais remotos lugares do montanhoso país. Cada qual tenta resolver o seu problema, tem dificuldade de olhar o país como um todo, culturalmente considera que “o meu país é o meu local”. Para que servem as dezenas de partidos políticos? As centenas de organizações sociais camponesas? As milhares de ONGs humanitárias? Se não for para somar em um projeto de unidade coletiva a fim de combater o mal principal: o imperialismo, materializado nas ajudas enviadas para a população, como forma de justificar a exploração exercida. Quando a classe trabalhadora em épocas diferentes, por distintos objetivos logrou ter unidade nacional, seja na revolução de 1804, seja na expulsão dos ianques em 1934, na queda do regime Duvalierista em 1986, ou ainda, na primeira eleição de Aristide em 1990, rupturas drásticas na sociedade foram feitas. Porém, na atualidade há uma nítida fragmentação no seio da sociedade haitiana. Ela é causada pelas ajudas enviadas ao país. Muitas

organizações populares abandonaram um projeto conjunto de sociedade e buscam apenas na colaboração internacional as parcerias para resolver seus problemas, como se isso fosse possível. E as principais causadoras dessa fragmentação são as ONGs como um todo, mas principalmente as de alcance transnacional.

“O interesse central de toda a classe que domina é perpetuar sua dominação” (OSÓRIO, 2014, p. 77). Nada melhor que dominar as estruturas estatais de poder para seguir dominando a grande massa de trabalhadores e/ou camponeses. O Estado haitiano é dominado pela burocracia e pela ausência de transparência na relação com os organismos internacionais. Essas questões fazem os trabalhadores desacreditarem nos seus representantes. Porém, o problema não reside na não ação da massa de despossuídos, porque ela é o que precisa ser em seu tempo histórico. Os exemplos, para ficar somente no próprio Haiti, são vários, como já assinalados. Portanto, com efeito, as contradições, desavenças, desconfianças fomentadas pela burguesia nacional, alinhadas ao imperialismo, trazem um enorme prejuízo à classe trabalhadora haitiana. A unidade reside no projeto, e este não está apenas no discurso (ainda que seja importante). Projeto consiste em ação prática, que parte da leitura subjacente das contradições latentes da realidade imposta, e é nela que reside a busca coletiva das soluções.

Os intelectuais haitianos poderiam proporcionar reflexões mais profundas sobre os grandes problemas e desafios a serem superados pelos trabalhadores. Alinhar-se ao movimento popular que, de alguma maneira, tenta plantear na sociedade as contradições da dependência seja do Estado, seja dos governos e da própria população aos organismos internacionais.

As ONGs não têm projetos para mudar a condição de dependência do país. Muitas desenvolvem trabalhos sérios e acreditam estar dando as melhores contribuições às comunidades, porém, quem determina os grandes projetos são as ONGs de alcances transnacionais e essas estão alinhadas às políticas das grandes corporações internacionais, por sua vez, ligadas ao imperialismo. Restando a essas milhares de ONGs levarem adiante apenas uma tarefa de assistencialismo à população, não contribuindo, dessa forma, para um projeto soberano e de independência do país.

É necessário aprender com o povo haitiano. O camponês tem sua sabedoria. Mas também vê no estrangeiro a possibilidade de arrumar um trabalho, prestar serviços, ser beneficiado por alguma ajuda em qualquer nível. Há um vício estabelecido nesse meio e quem

desenvolve projetos precisa entender. Evidentemente, que isso foi causado pela facilidade das ONGs se instalarem nas comunidades, como também pela falta de transparência nos projetos aplicados pela Comunidade Internacional no país.

O Haiti tem condições de trilhar o caminho da soberania alimentar. Há terras e há camponeses. É necessário resolver o problema da titulação das terras. Disponibilizar aos camponeses trabalharem de forma autônoma, sem ter que partilhar a produção por eles realizada com os proprietários ou administradores. Ter uma política de crédito que possa garantir aos camponeses plantarem suas lavouras. Mais uma vez, entra o papel do Estado, que precisa ainda controlar a importação de alimentos que podem ser produzidos no país.

Os movimentos camponeses se dedicaram ao desenvolvimento, porém, ainda pautados nos critérios de dominação econômica e de serviços sociais. Contrariamente às lutas antigas, atualmente, os camponeses não estão isolados. Eles se beneficiam da existência do acompanhamento das ONGs e dos recursos de comunicação disponíveis no país. As primeiras lutas camponesas são mais radicais que as segundas. A partir da organização do Tèt Kole, em 1986 e 1987, nenhuma organização camponesa levou na prática a luta por reforma agrária. Elas se contentam com pequenos projetos oferecidos pelas ONGs. Na atualidade, não são todos os movimentos camponeses que planteiam a reforma agrária como luta principal para resolver os problemas da população. O código rural, pelo sistema de meeiros, promulgado por Duvalier, ainda continua em vigor e o metabolismo social continua no interior do país, assim como os mercados determinando a capacidade de produção dos camponeses.

Em suma, a questão agrária persiste, não somente no desenvolvimentismo como contribuição para desviar a atenção das organizações camponesas e facilitar uma reprodução com práticas de renda capitalista. A descentralização política dos serviços públicos é uma necessidade para atender a massa camponesa no interior do país. As organizações camponesas e seus representantes terão de estar atentos para não reduzir a luta dos camponeses apenas ao enquadramento financeiro, à conservação do solo e água, ainda que num primeiro momento isso seja importante.

As lideranças amarradas à burocracia partidária, às pequenas ações das ONGs, às dificuldades dos movimentos camponeses em pautar, de forma coletiva, suas necessidades no cenário nacional, não têm conseguido resolver de maneira eficaz a incógnita que perturba a unidade nacional. É provável que o caminho seja encontrado, assim como foi em outros

momentos das lutas históricas travadas pelo povo haitiano. Ela virá e não deve demorar. Como afirma Veríssimo Mendes Júnior, militante do MST, que atua no Haiti desde 2014 e atualmente coordena a Brigada Dessalines: “O Haiti tem jeito! Por isso, estamos aqui!”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo. Estrutura Fundiária. In: CALDART et al., **Dicionário da Educação do Campo**. 3 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Técnica de Saúde Joaquin Venâncio, Expressão Popular, 2013, p. 353.

ALTERPRESSE – RÉSEAU ALTERNATIF HAÏTIEN D'INFORMATION. “Haiti: Perspectiva de Segurança Alimentar”. Porto Príncipe, out. 2013-mar. de 2014. Disponível em: <<http://www.AlterPresse>>. Acesso em: 9 nov. 2014.

_____. “La faim en Haïti: Des causes multiples”. Port-au-Prince, Haiti, 14 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.AlterPresse>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

_____. “Les défis du reboisement”. Petit Goave, Haiti, 20 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.AlterPresse>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. “Un programme d’aide alimentaire pour Haiti, mais qui aide les fermiers des États-Unis”. Port-au-Prince, Haiti, 10 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.AlterPresse>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. “Monsanto no Haiti”. Disponível em: <<http://www.alterpresses.com>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

AYITI KALE JE. Haiti: El “Exito” del Banco Mundial conta la democracia. Porto Príncipe, 22 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.AyitiKaleJe>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. “¿Sembrando reconstrucción o destrucción?” Porto Príncipe, 30 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.AyitiKaleJe>>. Acesso em: 19 maio 2014.

_____. Les cause de la faim en Haiti.. Disponível em: <<http://www.Ayitikaleje.com>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

BAPTISTE, Bonny Jean. Libéralisation commercial et production agricole: le cas du riz en Haiti. In: Insecurity and Development: Regional Issues and policies for an interdependent world. Born: **II EADI General Conference**, 2005.

CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel B; ALANTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudencio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 3 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Técnica de Saúde Joaquin Venâncio, Expressão Popular, 2013.

CASTOR, Susy. Estrutura de Dominação e de Resistência Camponesa no Haiti. **Boletín de Estudios Latinoamericano y del Caribe**. Amsterdam, 1983.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1963.

CECEÑA, Ana Ester. La dominación de espectro completo sobre América. Publicado em **Pátria**, n. 1, dezembro de 2013 (Ecuador: Ministério de Defesa Nacional).

CLOC – COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. Documento final. **IV Congreso de la CLOC**. Quito, Equador, 2010.

CLOC/ VIA CAMPESINA. Documento: Rumo ao V Congresso Continental, V Assembleia Continental das Mulheres, IV Assembleia Continental dos Jovens. Argentina, 10 a 17 de abril, 2015.

COORDINATION NACONAL DE LA SÉCURITÉ ALIMENTAIRE- CNSA. L'aide Alimentaire en Haiti. Porto Príncipe, 1996.

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. Coletânea de Textos. Teoria da renda da Terra. **Cartilha n. 2**. Fevereiro de 2011.

_____. Teorias do Desenvolvimento Capitalista na Agricultura. **Cartilha n. 3**. Outubro de 2010.

_____. Teoria do desenvolvimento na Agricultura das colônias: 1942-1900. Plantation e haciendas. **Cartilha n. 4**. Março de 2011.

FANON, Frantz. **Pele negra máscara branca**. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.

_____. **Los Condenados de la Tierra**. México: Editora Fondo de Cultura Económico, 2011.

FILS-AIMÉ, Marc-Arthur. “Haiti: A ocupação dos EUA e suas consequências profundas”. In: ALTERPRESSE, 16 de maio de 2008. Acesso em: 11 maio 2015.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. Declaração de Nyéléni. Mali, 2007. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy/temas/mujer/Declaracion>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

GRONDIN, Marcelo. **Haiti: cultura, poder e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

HAITI LIBERTÉ. Port-au-Prince, v. 6, n. 51, 3 jul. 2013.

HONORAT, J. J. **Enquete sur le développement**. Port-au-Prince: Impr. Centrale, 1974, p. 202.

HOUTART, François; RÉMY Anselme. **Haiti et la mondialisation de la culture**: Étude de las mentalités e de las religions face aux réalités économiques, sociales et politiques. Montreal: L'Armattan, 2000.

JAMES, C.L.R. **Os Jacobinos Negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980, p. 11.

LAHENS, Jean Richard. **L'aide Internacional à Haiti Favorise-t-elle le développement durable**. Mestrado sobre meio ambiente. Université de Sherbrooke, Agosto de 2014.

LE MONITEUR. Jornal Official de la Republique, n. 90, 27 de dezembro de 1982.

LENIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 3ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

LOUIS-JUSTE, Jean Anil. **ONG: Ki gouvènmman ou ye?** Port-au-Prince: Asosyasyon Inivèsitè ak Inivèsitèz Desalinyèn, 2009.

_____. **A Internacional Comunitária e o Desenvolvimento das ONGs na crise social haitiana**. Tese de doutorado, UFPE Recife, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4ª ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

_____. **O Capital: crítica à economia política**. Livro I. O processo de produção do capital. Seção I: Mercadoria e dinheiro. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAL, Paul. **Le paysan haïtien: étude sur la vie rurale en Haïti**. Paris: G. P. Maisonneuve & Larose, 1961.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**: a sociedade civil o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 77.

PAPDA. La Question Agraire Haïtienne et les Revolutions Paysannes Actuelles. Maison d'impression: kay Ana. Port-au-Prince, Haiti, julho de 2007.

_____. Kenbe peyi a Sou Kontròl, Demokrasi Nan Grangrou: Men Politik Usaid An Ayiti. Pòtoprens, maio de 1997.

_____. Eksperyans Refòm agrè a nan Vale Latibonit la. Pòtoprens. Port-au-Prince, janeiro de 2009.

_____. Plaidoyer Pour le Financement de L'Agriculture Paysanne. Port-au-Prince, janeiro de 2012.

PEQUENHO, Itziar. 95% do dinheiro dado a Haiti pelos EUA regressa a este país. In: PERIÓDICO DIAGONAL. Disponível em: <<http://www.diagonalperiodico.net/global>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro: 1944-2008**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010.

PERIÓDICO DIAGONAL. Disponível em: <<http://www.diagonalperiodico.net/global>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

PERKINS, John. **Confessions of an economic hit men**. London: Edition Penguin Books, 2006.

REDE JUBILEU SUL. **Haiti: Soberania e Dignidade. Missão Internacional de Investigação e Solidariedade com o Haiti**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

ROSA, Renata de Melo. **A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais**. Brasília: PIBIC-UNICEUB, 2006.

_____. **Haiti e os projetos de desenvolvimento: entre o isolamento e a ocidentalização**. Brasília: PIBIC-UNICEUB, 2010.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs.). **Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2014.

SEITENFUS, Ricardo. **HAITI Dilemas e Fracassos Internacionais**. Ijuí: Editora UNIJUI, 2014.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, J. P. e CARVALHO, H. M. Soberania Alimentar. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel B; ALANTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudencio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 3 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Técnica de Saúde Joaquin Venâncio, Expressão Popular, 2013.

STEFANO, Fabiane. “A ajuda que não ajuda”. *Revista Exame*, 2013. Disponível em: <<http://Exame.abril.com.br>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

TARDIM, J. M. Cultura camponesa. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel B; ALANTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudencio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 3 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Técnica de Saúde Joaquin Venâncio,

Expressão Popular, 2013, p. 178.

THOMAZ, Omar Ribeiro.” O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o lougawou”. Campinas: Unicamp, 2010.

Usaid. Bilan Alimentaire 2010. Port-au- Prince, Maio 2011. Acesso em: 2 fev. 2014.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática, 1997.